

**PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

HELOISA HELENA ANZOLIN

**UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO
CENTRO DIFUSOR NA HISTÓRIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
ATUAÇÃO DO PROFESSOR COMO PESQUISADOR E DOCENTE**

**CURITIBA
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HELOISA HELENA ANZOLIN

**UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO
CENTRO DIFUSOR NA HISTÓRIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
ATUAÇÃO DO PROFESSOR COMO PESQUISADOR E DOCENTE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Linha de pesquisa: História e Políticas da Educação.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Lydía Teixeira Corrêa.

**CURITIBA
2008**

A637u
2008

Anzolin, Heloisa Helena.

Universidade e conhecimento : biblioteca universitária como centro difusor na história e suas contribuições para a atuação do professor como pesquisador e docente / Heloisa Helena Anzolin ; orientadora Rosa Lydia Teixeira Corrêa. – Curitiba : 2008.
121 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.
Bibliografia: f. 104-109

1. Universidades e faculdades. 2. Conhecimento. 3. Professores. 4. Pesquisa. 5. Biblioteca universitária. I. Corrêa, Rosa Lydia Teixeira. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me dar saúde e força ao longo desta caminhada.

À Professora Doutora Rosa Lydia Teixeira Corrêa, pela orientação segura e paciente na construção deste conhecimento e aprendizado.

Aos pesquisadores, professores e alunos que aceitaram participar da pesquisa, sem os quais não teria sido possível a realização deste estudo de caso.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho.

“Se o conhecimento pode criar problemas, não é através da ignorância que podemos solucioná-los”.

(Isaac Asimov)

RESUMO

A investigação teve como objeto de pesquisa Universidade e Conhecimento: biblioteca universitária com centro difusor na história e suas contribuições para a atuação do professor como pesquisador e docente. Teve como fio condutor o objetivo de analisar de que modo a Biblioteca Central de uma IES contribui para produção científica de seus pesquisadores e na atuação docente. Iniciamos com uma retomada histórica das universidades e bibliotecas, apoiada nos autores Charle e Verger (1996), Janotti (1992), Báez (2006), Canfora (1989), Baratin e Jacob (2000), Martins (1998), Wanderley (1983), Milanesi (1983, 2002); as definições, características e aspectos históricos do conhecimento fundamentam-se em Burke (2003), Morin (1999, 2005); Santos (2002a); a formação de professores traz o pensamento de Severino e Pimenta (2002), Nóvoa (2001), Tardif (2005), dentre outros. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso em uma IES de Curitiba, PR. Para análise de dados privilegiou-se a abordagem qualitativa. A coleta de dados se deu por meio de análise documental e questionários enviados a vinte e um sujeitos, sendo seis professores-pesquisadores, cinco professores e dez alunos-PIBIC. Analisando de acordo com as respostas obtidas, percebe-se que a biblioteca, no entendimento dos sujeitos da pesquisa, está subliminarmente contribuindo para a produção científica dos pesquisadores, alunos-PIBIC e atuação docente, quer por meio da biblioteca virtual e digital, quer por meio das diferentes possibilidades de acesso à informação de que dispõe e serviços/produtos oferecidos. Conclui-se que a biblioteca está, sim, contribuindo para aquela produção; entretanto, essa contribuição não está totalmente visível por parte da comunidade pesquisada neste estudo.

Palavras-chave: Universidade. Conhecimento. Professores. Atuação profissional. Pesquisa. Biblioteca universitária.

ABSTRACT

The investigation's research target was University and Knowledge: the university library as a broadcasting center in history and its contributions to the work of the professor as a researcher and faculty member. The core goal was to analyze how the Central Library of an IES contributes to the scientific research of its researchers and its role in faculty work. We began by performing a historical take on the universities and libraries, supported on the work of authors such as Charle and Verger (1996), Janotti (1992), Báez (2006), Canfora (1989), Baratin and Jacob (2000), Martins (1998), Wanderley (1983), Milanese (1983, 2002); the characteristic definitions and historical aspects of knowledge are based on Burke (2003), Morin (1999, 2005); Santos (2002a); the training of professors draws on the thinking of Severino and Pimenta (2002), Nóvoa (2001), Tardif (2005), among others. The research was carried out through a case study of an IES in Curitiba, PR. Qualitative approach was elected in order to enable a data analysis. The data collection was achieved through documental analysis and questionnaires sent to twenty one subjects: six researcher-professors, five professors and ten PIBIC-students. The analysis, carried out in accordance with the answers obtained, shows that the library, as per the understanding of the subjects of the research, is subliminally contributing to the scientific production of researchers, PIBIC-students and members of the faculty. This is achieved either through the virtual and digital library or through the assorted ways for accessing available information and the services/products being offered. The conclusion we have arrived at is that the library is in fact contributing to that type of production; nevertheless, said contribution is not totally visible to the community that was surveyed in this study.

Keywords: University. Knowledge. Professors. Professional work. Research. University Library.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Categoria dos sujeitos da pesquisa.....	63
Figura 2 – Tempo de atuação no ensino.....	65
Figura 3 – Tempo de atuação do professor-pesquisador na pesquisa.....	67
Figura 4 – Tempo de atuação do aluno na pesquisa	70
Figura 5 – Frequência de uso da Biblioteca Central.....	71
Figura 6 – Uso da biblioteca virtual	74
Figura 7 – Uso de livros e periódicos como consulta local.....	76
Figura 8 – Uso da biblioteca digital de teses e dissertações.....	77
Figura 9 – Uso de materiais audiovisuais / multimeios.....	79
Figura 10 – Uso de empréstimo domiciliar	80
Figura 11 – Uso de empréstimo entre bibliotecas	82
Figura 12 – Uso de comutação bibliográfica	83
Figura 13 – Uso de malote entre bibliotecas do SIBI	84
Figura 14 – Uso de orientações de normalização	86
Figura 15 – Uso da catalogação na fonte.....	87
Figura 16 – Participação em oficinas para uso das bases de dados.....	88
Quadro 1 – Formas de conhecimento	42

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
BC	- Biblioteca Central
BU	- Biblioteca Universitária
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD-ROM	- Compact disc
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	- Programa de Comutação Bibliográfica
DVD	- Digital Video Disc
IES	- Instituição de Ensino Superior
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MEC	- Ministério da Educação
PA	- Programa de Aprendizagem
PIBIC	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PUC-Rio	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SIBI	- Sistema Integrado de Bibliotecas
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
Unesco	- Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – UNIVERSIDADE E BIBLIOTECA: RETOMADA HISTÓRICA	15
1.1 UNIVERSIDADES E BIBLIOTECAS NO BRASIL	29
CAPÍTULO 2 - CONHECIMENTO	38
2.1 QUE É CONHECIMENTO?	38
2.3 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	49
2.4. CONHECIMENTO CIENTÍFICO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	52
CAPÍTULO 3 - UNIVERSIDADE, BIBLIOTECA E CONHECIMENTO NA ÓTICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	59
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO	59
2.2 DADOS DE REALIDADE	62
2.2.1 Características dos sujeitos da pesquisa	62
2.2.2 Tempo de exercício de docência na graduação	65
2.3 TEMPO DE EXERCÍCIO NA PESQUISA.....	67
2.3.1 Professor-pesquisador	67
2.3.2 Aluno-PIBIC	69
2.4 USO DA BIBLIOTECA	71
2.5 USO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	72
2.5.1 Uso de base de dados da biblioteca virtual	73
2.5.2 Uso da consulta local de livros e periódicos	74
2.5.3 Biblioteca digital de teses e dissertações	76
2.5.4 Consulta local de multimeios / materiais audiovisuais	78
2.5.5 Empréstimo domiciliar	79
2.5.6 Empréstimo entre bibliotecas	81
2.5.7 Comutação bibliográfica	82
2.5.8 Malote entre bibliotecas do SIBI	84
2.5.9 Orientação para normalização de trabalhos científicos	85
2.5.10 Catalogação na fonte	86
2.5.11 Oficinas de treinamento para uso das bases de dados	88
2.5.12 Uso do laboratório de acessibilidade	88
2.6 OS DIZERES DOS PROFESSORES SOBRE A BIBLIOTECA.....	90

2.6.1 Desenvolvimento de um novo projeto de pesquisa ou PA.....	90
2.6.2 Relação entre biblioteca universitária e conhecimento na universidade..	90
2.7 OS DIZERES DOS ALUNOS-PIBIC SOBRE A BIBLIOTECA.....	96
2.7.1 Incentivo ao uso da biblioteca universitária para pesquisa e como apoio aos PAs	96
2.7.2 Relação entre biblioteca universitária e conhecimento na universidade..	97
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA UTILIZADO NA COLETA DOS DADOS DE PROFESSORES	110
APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE PESQUISA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS	115
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	120

1 INTRODUÇÃO

Uma das funções da universidade é ser um espaço que desperte o pensamento crítico e criativo, onde o conhecimento seja adquirido, transformado em novo conhecimento e difundido. As universidades, de acordo com Oliveira (2002), caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino de graduação, pesquisa e extensão, devendo manter programas de mestrado e de doutorado.

Desde tempos remotos, a universidade sempre teve por fim cultivar e transmitir o saber humano acumulado, missão que ela cumpriu com persistência (WANDERLEY, 1983, p. 37). De acordo com Rodrigues Júnior et al. (2000), a universidade teve como única função, por um longo período de sua história, a transmissão do conhecimento, o ensinar. Mas a partir do século XIX incorporou a atividade de pesquisa no ambiente acadêmico.

A globalização, o desenvolvimento científico do século XX, especialmente a revolução tecnológica, geraram nova forma de organização social, que foi denominada por Suaiden e Leite (2006) de Sociedade da Informação ou, ainda Era da Informatização, na qual a informação é considerada vantagem competitiva, é poder e propicia essa globalização. Essas mudanças na sociedade ocasionadas pela globalização, pelo desenvolvimento tecnológico, científico, das comunicações e telecomunicações, também afetam o modo de ser e fazer da universidade. Mas esses avanços tecnológicos, de acordo com Suaiden e Leite (2006), produzem, simultaneamente, fenômenos de maior igualdade ou desigualdade, de maior homogeneidade ou diferenciação, pois a

democratização do acesso à informação e sua transformação em conhecimento devem passar por uma educação básica que seja capaz de dotar o conjunto de cidadãos de instrumentos e competências cognitivas necessárias para a atuação mais crítica, tornando-os, efetivamente, partícipes da sociedade globalizada.

E, ainda, segundo os autores citados,

aprender a aprender representa o passe para a sociedade da informação e a educação ao longo da vida, a construção contínua de seus conhecimentos. Esse novo conceito de educação deve permitir ao indivíduo tomar consciência de si mesmo, de seu entorno e possibilitar a cada cidadão desempenhar sua função social no mundo do trabalho e na vida pública.

Mais que nunca a função essencial da educação é conferir a todos a liberdade de pensamento, de juízo, de sentimentos e de criatividade, necessárias para que seus talentos alcancem a plenitude e possam seguir partícipes, na medida do possível, de seu destino (SUAIDEN; LEITE, 2006, p. 100).

Dentro desse contexto histórico está a biblioteca universitária¹ (BU), que tem tido como missão armazenar o conhecimento para o ensino, a pesquisa e a extensão, de acordo com a política, projeto pedagógico e programas da universidade na qual está inserida. As diretrizes atuais do ensino superior reforçam a atuação das bibliotecas nos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Diante do exposto, acredita-se ser de grande relevância investigar como a Biblioteca Central (BC) de uma instituição de ensino superior (IES) está contribuindo com seus recursos e serviços informacionais, oferecidos aos professores e alunos, e principalmente se está contribuindo para a consolidação de sua tríplice função, qual seja a pesquisa, o ensino e a extensão. Neste trabalho, dá-se especial atenção à pesquisa e ao ensino.

O interesse em pesquisar este tema deu-se pela curiosidade de identificar se a Biblioteca Central da IES situada em Curitiba, Paraná, está cumprindo a missão definida para biblioteca universitária, que é a de dar suporte informacional aos professores na atividade docente e em sua produção científica. A biblioteca, por meios de seus profissionais, deve subsidiar os professores, quer aqueles que se dedicam à pesquisa, quer os que exclusivamente ministram aulas, oferecendo suporte bibliográfico documental e informacional necessários à realização de suas atividades.

O volume de informações produzido no mundo, que circula em todos os canais disponíveis, é simplesmente inimaginável e vem desafiando tanto aqueles que precisam encontrá-las quanto os encarregados de selecioná-las e organizá-las. Quanto mais informações há ao dispor das pessoas, mais é difícil e demorado chegar exatamente à informação desejada. Por essa razão, hoje, cada vez mais a biblioteca e, neste caso específico, a biblioteca universitária, por meio de seu acervo, é mais exigida no sentido de responder, de um lado, às crescentes

¹ Biblioteca mantida por uma instituição de ensino superior, funciona como órgão de apoio informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão, com acervo geral e especializado, podendo apresentar estrutura administrativa centralizada ou descentralizada. Seus usuários são estudantes de graduação, pós-graduação, pesquisadores, professores, funcionários e comunidade em geral. Têm como função prover informações referenciais e bibliográficas específicas, necessárias ao ensino e à pesquisa.

exigências de atualização, e, de outro, às demandas geradas pela produção do conhecimento por meio da pesquisa de natureza científica.

Os pesquisadores necessitam ter conhecimento do que já foi ou está sendo pesquisado sobre o tema de interesse de outros grupos. Nesse contexto entra o bibliotecário, procurando, selecionando e disseminando a informação, ou seja, oferecendo serviços com eficiência e rapidez à comunidade científica.

A biblioteca universitária deve responder à demanda da comunidade a que serve. Para tanto precisa estar equipada com acervo diversificado e atualizado, oferecendo infinitas possibilidades de acesso à informação. De acordo com Milanesi (1998, p. 72),

a universidade e a biblioteca refletem-se. Uma medida da qualidade de uma instituição de ensino superior é a excelência de sua biblioteca. Ela, talvez, possa ser considerada a determinante da qualidade. Não é possível a existência de uma universidade de nível alto erguida sobre uma biblioteca com acervo ridículo, pessoal incompetente e espaço inadequado.

A biblioteca de uma universidade deve ser considerada como uma “enciclopédia” viva do mundo moderno. Funciona como um centro de armazenamento e classificação do saber acumulado da humanidade e de irradiação da informação e das variadas formas de cultura (JULIATTO, 1998, p. 105).

A Biblioteca Central da IES foi pensada para funcionar como um Centro de Recursos de Aprendizagem e de Informação, ou seja, para abrigar todas as formas de informação em qualquer suporte e também com espaços culturais, como, por exemplo, exposições, apresentações musicais, artísticas, etc. (JULIATTO, 1998).

A Biblioteca Central é esteticamente belíssima, sendo referência em Curitiba e no Estado do Paraná; possui espaço agradável e um acervo de boa qualidade. Todavia, não há pesquisas nessa área que comprovem efetivamente que a biblioteca com seu acervo esteja contribuindo significativamente para a produção do conhecimento dos professores e alunos. Como bibliotecária coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), tem-se essas indagações não respondidas em relação à prestação de serviços aos usuários e também quanto à satisfação de toda a comunidade acadêmica com os recursos informacionais e serviços disponíveis na biblioteca. É uma avaliação do acervo em todas as suas formas de apresentação, seu uso, acessibilidade aos documentos por parte dos usuários. Para que a biblioteca desempenhe suas atividades satisfatoriamente, precisa-se

identificar qual é o relacionamento com seu usuário, pois sabe-se que cada usuário, ao buscar informações, tem objetivos, necessidades diferentes e específicas, como, por exemplo, pesquisa/ensino/lazer/informação. À medida que a biblioteca universitária antecipa essas necessidades, está contribuindo efetivamente com sua comunidade, intermediando a circulação da informação, bem como seu uso para que seja produzido um novo conhecimento e, assim, fazendo parte desse ciclo dinâmico da produção do conhecimento.

A compreensão da biblioteca da IES, objeto de estudo, não pode se dar fora do processo histórico que assinala o surgimento das universidades e das bibliotecas no mundo, ainda que para isso se tenha que proceder a uma breve retomada histórica nesse sentido. Esse é um primeiro aspecto que se considera importante na realização deste estudo.

O segundo aspecto se refere à idéia do conhecimento, justamente pelo fato de ser essa a questão nuclear da universidade desde sua origem e, articulada a ela, a da biblioteca. Por essa razão, importa que, em princípio, se proceda a um esclarecimento sobre o conhecimento com o fito de se indicar em que sentido se estará entendendo-o e, posteriormente, apresentando-se uma breve apreciação histórica sobre a origem da universidade e sua vinculação com a biblioteca para que se possa situar e, por assim dizer, entender melhor nosso objeto de estudo.

Como **problema de pesquisa**, pergunta-se: A biblioteca universitária, como centro difusor do saber, tem contribuído para a atuação do professor como pesquisador e docente?

A pesquisa está norteada pelos seguintes objetivos: o **objetivo geral** desta investigação é analisar de que modo a Biblioteca Central de uma IES contribui para a produção científica e atuação do professor como pesquisador e docente.

Tem-se como **objetivos específicos**: 1) situar a IES, por meio de análise, no panorama histórico da universidade e da universidade brasileira; 2) caracterizar a biblioteca universitária como espaço fundamental para a produção do conhecimento científico; 3) analisar o uso de recursos e serviços informacionais da Biblioteca Central oferecidos aos professores da instituição, com vistas à produção do conhecimento científico e do ensino.

Os resultados da pesquisa estão apresentados neste trabalho nos capítulos que seguem. No primeiro, realiza-se uma retomada histórica das universidades e bibliotecas, desde seu surgimento até os dias de hoje.

No segundo capítulo, caracteriza-se o que é conhecimento, no sentido amplo, e conhecimento científico, que é o aspecto que nos interessa neste estudo, sendo esse o conhecimento desenvolvido na universidade. Inicialmente se pensou em incluir o referencial teórico sobre conhecimento no primeiro capítulo, juntamente com universidades e bibliotecas. Mas diante das primeiras respostas dos sujeitos de pesquisa, percebeu-se que a idéia de conhecimento estava muito ampla e então o segundo capítulo foi dedicado ao aprofundamento do seu conceito.

No terceiro capítulo, foram analisados os dados provenientes dos questionários submetidos aos sujeitos da pesquisa, que levantam o uso da biblioteca por meio de produtos e serviços oferecidos à comunidade acadêmica, e a percepção deles a respeito da relação biblioteca universitária e conhecimento produzido na Universidade.

Por último são tecidas considerações sobre os resultados atingidos, e o que esta pesquisa agregou na formação da mestranda como pesquisadora.

CAPÍTULO 1 – UNIVERSIDADE E BIBLIOTECA: RETOMADA HISTÓRICA

Não se pode precisar exatamente quando se deu o surgimento das primeiras universidades, mas atribui-se o seu aparecimento na Europa Ocidental no início do século XIII. Embora, segundo Freire-Maia (1991, p. 204), a história do “ensino superior” remonte a Atenas do século VI a.C., e, embora não existissem universidades, filósofos independentes criavam seus cursos e tinham alunos particulares. Nos mosteiros, por volta daquele século, já existiam manifestações que se podem entender como a semente da universidade. Esse período histórico foi muito conturbado por guerras e invasões. Os mosteiros, por sua vez, eram locais que serviam como refúgio para homens “perfeitos” e, por essa razão, eram freqüentemente preservados nas guerras, bem como recebiam privilégios especiais, como o não pagamento de impostos e taxas. Esses mosteiros, no século VI, tornaram-se centros de estudos e preservação da literatura tanto religiosa como secular.

Esse importante desenvolvimento começou com *Cassiodorus*, que quis estabelecer em Roma um centro de estudo e ensino da literatura cristã, comparada a outros centros nos quais a literatura pagã vinha sendo ensinada. Seu objetivo não foi plenamente atingido e, mais tarde, estabeleceu a comunidade monástica de *Vicarium*, fazendo dela um centro de estudos religiosos baseados na Bíblia, tendo recomendado aos monges a leitura e o estudo de autores seculares, ou seja, autores não religiosos, como também de autores cristãos, de forma a poderem entender melhor as Escrituras. Para dar base a esse programa de estudos, ele instalou uma grande biblioteca, adicionando-lhe sua coleção pessoal de manuscritos de literatura cristã e pagã, grega e latina. A biblioteca foi mais tarde aumentada e enriquecida com produtos de seu centro copista, instalado para a reprodução de literatura cristã e secular, traduções de autores gregos para o latim. Como protetor, editor e escritor, ele conseguiu reunir uma grande e diversificada biblioteca, assegurando a preservação da literatura antiga, tanto sacra como profana (BÁEZ, 2006).

Na Grécia Clássica, a primeira referência à existência de bibliotecas públicas surgiu em Atenas. Foi estabelecida em 330 a. C., por Pisístrato, e organizada para que o povo pudesse ter um lugar onde ler os textos autênticos dos dramaturgos

gregos. Nesse período a produção escrita de exemplares era reduzida, a produção literária era, sobretudo, verbal (o ex. de Sócrates); muitas bibliotecas eram locais de encontro de letrados, finalidade que se aproxima da universidade na sua origem. Ali podiam consultar os manuscritos, podendo levá-los para casa (surge aqui a idéia de empréstimo domiciliar) e havia ainda espaços de discussão e elaboração de projetos. A biblioteca mais significativa da Grécia Antiga estava em Alexandria.

A Antiga Biblioteca de Alexandria, a mais célebre e grandiosa biblioteca da antiguidade, tinha um acervo que cobria a maioria da produção escrita da época. Foi fundada por Ptolomeu I, o primeiro faraó do Egito, ampliada por seu filho Ptolomeu II e depois por seus sucessores. Surge no período helenístico, séc. III a.C., e chegou a ter setecentos mil volumes em pergaminho antes de ser destruída por três incêndios. Era constituída por duas coleções. Uma estava no *Musaion*, no bairro de *Bruchium*, perto do porto. Seu acervo era de cerca de quatrocentos mil volumes de origem grega, judaica, egípcia e babilônia.

Ali ocorria grande movimento de aulas e estudos de modo geral. Todos os grandes sábios, poetas e literatos da época passaram por ela, ensinando ou estudando. A segunda coleção estava situada no Templo de Serápio, cujo acervo era de aproximadamente trezentos mil volumes. Quando César ocupou Alexandria, com o incêndio do porto a parte da biblioteca situada no mesmo bairro foi totalmente destruída. Para compensar a enorme perda, Marco Antônio deu de presente a Cleópatra duzentos mil volumes em pergaminho procedentes de Pérgamo. No ano de 391, nas lutas entre cristãos e pagãos, a preciosa biblioteca foi queimada (CANFORA, 1989).

Essa biblioteca possuía um sistema racional de organização e tinha em seu acervo um número considerável de exemplares únicos. Era constituída por uma sala de leitura, uma oficina de copistas e um arquivo para a documentação oficial. Todos os viajantes e sábios que chegavam a Alexandria eram obrigados a deixar à biblioteca a cópia dos livros que possuíam. Foi na biblioteca de Alexandria que se fez a tradução para o grego dos livros sagrados dos hebreus por setenta sábios que, por isso, leva o nome de “versão dos Setenta”. Segundo Estrabão, era “um cenáculo erudito destinado aos homens de letras que trabalhavam na biblioteca”. As versões em relação aos incêndios e à destruição da Biblioteca de Alexandria são várias e nada se pode afirmar com certeza. Provavelmente, durante séculos a biblioteca foi objeto de longa série de saques e depredações até que nada mais restou. Pode-se

apenas especular sobre o conhecimento do velho mundo que desapareceu com a destruição da biblioteca, ou das riquezas culturais da época (CANFORA, 1989).

A Biblioteca de Pérgamo, localizada no canto noroeste da Ásia Menor, criada por Ilumines II, foi a segunda biblioteca mais importante do mundo clássico e era rival da Biblioteca de Alexandria. Utilizava o couro de cabra como suporte para a escrita, o que ficou conhecido como pergaminho. Conforme conta a história, sua existência chegou ao fim quando Marco Antônio saqueou sua coleção, que correspondia a duzentos mil volumes, e a deu a Cleópatra para enriquecer a Biblioteca de Alexandria, após o primeiro incêndio.

No Império Romano a cultura foi impregnada pela grega. Uma importante característica da civilização romana foram as bibliotecas particulares, que eram numerosas. Muitas delas tinham o acervo constituído de despojos de guerra nas campanhas da Grécia. Toda família de bom nível social tinha sua biblioteca particular, que era constituída de livros em latim e grego. Nem todos liam, mas era “status”, ou seja, era símbolo de riqueza e prestígio ter uma boa biblioteca. A grande procura de livros estimulou a sua produção e expansão. Geralmente eram copiadas por escravos gregos. Aparece o comércio de livro – as livrarias (*bibliopolas*) - que estavam situadas em lugares importantes nas ruas movimentadas.

Outra característica foi que Julio César, motivado por Alexandria e Pérgamo, idealizou criar bibliotecas públicas em Roma, mas morreu antes de concretizar seu plano. Gaius Assinius Pecúlio criou a primeira biblioteca pública em Roma, no ano 39 (37) a.C. no *Atrium Libertatis* (Templo da Liberdade). Sob o império de Augusto a cidade ganha as bibliotecas Octaviana e a Palatina. É importante ressaltar que o termo biblioteca pública não tinha o significado de hoje, elas foram criadas para o uso de eruditos, pois que na época eram poucos os alfabetizados. Essas bibliotecas eram utilizadas pelo império como instrumentos de dominação intelectual. O conceito de biblioteca pública tal com o conhecemos só aparece no século XIX, na América do Norte, produto da onda inicial de entusiasmo pela educação pública universal.

Com o declínio do Império Romano e da Alta Idade Média, período esse muito conturbado e de grande instabilidade, com muita destruição e barbarismo, a expansão das bibliotecas foi interrompida. No entanto, as causas da crise que levou o Império Romano do Ocidente ao desaparecimento e o fim da biblioteca antiga foi causada por fatores externos, como acontecimentos sociais, políticos e militares, e

causas internas, como o enfraquecimento e a decadência da tradição filosófica e literária clássica sob o impulso da nova ideologia cristã (SERRAI, 1975, p. 143-144). Esse período ficou conhecido como Idade das Trevas ou Séculos Escuros. Arruinadas as bibliotecas existentes, muitas refluem para os conventos e castelos feudais. Nos conventos, o culto dos livros e sua paciente reprodução prosseguem como uma das virtudes monacais. As bibliotecas fecham-se ao exterior e destinam-se apenas à minoria que freqüenta os conventos, mosteiros e palácios. Mas esse período, que compreende aproximadamente os séculos XII-VIII a.C. não foram totalmente escuros, porque foram também os séculos que viram o florescimento da civilização bizantina e o surgimento do mundo muçulmano no Oriente e no Ocidente, a expansão do monasticismo cristão e ainda, o renascimento do saber sob Carlos Magno.

No Império Bizantino, Constantino, o Grande, trouxe um grande desenvolvimento a Constantinopla (atual Istambul), tornando-a um grande centro cultural. Fundou a biblioteca imperial e deu grande importância às obras latinas, sendo que o latim era a língua oficial até o século VI. Seus sucessores enriqueceram a biblioteca com obras cristãs e pagãs tanto em latim como em grego. No século V, aproximadamente, a biblioteca imperial tinha cento e vinte mil volume, constituindo-se a maior coleção de livros na Europa. Durante esse século, Theodosius II, grande estudioso, entusiasta colecionador de livros, fundou a Universidade de Constantinopla, que se tornou o mais importante centro de estudos do Império e a igreja era a sua mais importante instituição nos primeiros anos; bispos, monges e padres se destacaram como sábios escritores. As igrejas se multiplicaram e, como consequência dessa situação, cada bispo tinha uma biblioteca. Por mais de onze séculos Constantinopla sobreviveu aos ataques dos bárbaros e às invasões árabes; tornou-se, nos séculos VIII, IX e X, o mais estável poder cultural do mundo e berço de futuras civilizações.

A biblioteca Árabe no Oriente, de que se tem referência é a do famoso Califa Al Raschid e de seu filho Al Manum, em Bagdá, em que se encontravam livros gregos, bem como traduções árabes e siríacas de obras gregas. A biblioteca de Fatimidas, no Cairo, continha, em 1068, cem mil exemplares, mas foi completamente destruída no século XII. Muitos manuscritos foram trazidos pelos árabes para o Ocidente, mas sem dúvida a sua maior contribuição foi o papel.

As bibliotecas monásticas por um longo período foram os locais onde o conhecimento permaneceu guardado, sendo que determinados textos, como a Bíblia, eram considerados sagrados e, portanto, seu acesso era restrito a poucos.

A Idade Média, século XIII, trouxe o aparecimento de grandes universidades e, conseqüentemente, das bibliotecas de colégios e de universidades. Os *scriptoria* e as bibliotecas monásticas deixam de ser os únicos centros da vida intelectual e os franciscanos e os dominicanos tiveram influência direta na fundação das primeiras universidades. As mais célebres universidades medievais são as de Paris, fundada por um religioso chamado Robert de Sorbon (donde o nome Sorbonne), e a de Pádua, em Bolonha, que foi um centro célebre devido aos estudos de direito romano muito em voga naquela época. Todas essas universidades possuíam bibliotecas de maior ou menor importância. Um ex-aluno universitário jamais esquecia de fazer doações à sua biblioteca quando chegava a uma alta função.

Até mais ou menos o século XIII os livros nas bibliotecas monásticas eram geralmente colocados em prateleiras dos armários de portas fechadas, que se chamavam "*armarium*" (NOVA ENCICLOPÉDIA BARSÁ, 2002, v. 2, p. 469). No século XIV aparece um novo móvel de bibliotecas, o "*lectrinum*" ou "*pulpitum*", carteiras com lâmpadas inclinadas sob a qual se colocavam os livros. Nas bibliotecas mais ricas os livros eram arrumados numa sala especial, onde se encontravam dispostos perto das janelas; perpendicularmente às paredes de frente havia um certo número de carteiras daquele tipo, geralmente munidas de um banco para permitir a leitura no lugar. Após o século XVI, os livros deixam de ser guardados em armários e passam a ser acorrentados para permitir a consulta local, evitando o roubo. Os livros eram fixados definitivamente sobre a carteira e presos por correntes de ferro bastante sólidas e de comprimento suficiente para permitir que o livro fosse manuseado à vontade. A corrente era fixada, de um lado, na beira superior ou inferior da encadernação; do outro lado, a uma barra colocada no alto da carteira. Dessa forma, os livros só poderiam ser liberados com uma chave. Havia, entretanto, armários com livros que poderiam ser emprestados aos monges para ler em sua cela. O exemplo mais antigo de bibliotecas com correntes data de 1320, em Oxford, na Inglaterra. Em 1321 começam a aparecer acorrentadas as obras da biblioteca da Sorbonne.

A censura e o controle do acesso aos textos escritos predominaram no mundo antigo. Mas, além da censura, também havia muitos furtos de livros na Idade

Média e na Renascença. No mundo atual, ocorre justamente o contrário: a informação está praticamente toda disponível para consulta em bibliotecas ou centros de documentação, em que o acesso às estantes é livre, sem falar dos documentos que estão disponíveis na rede mundial de computadores, com texto completo. O que ocorre hoje talvez seja um grande problema para a civilização pós-moderna, porque se tornou impossível saber tudo que está sendo publicado sobre determinado assunto no mundo, embora o acesso a essas informações ainda continue não disponível de forma igualitária para todos.

As universidades são herdeiras das instituições do mundo grego-romano e, aos poucos, assumiram uma forma específica no contexto religioso do Oriente islâmico e do Ocidente cristão (WANDERLEY, 1983, p. 15). Já na Alta Antiguidade grega e romana existiam escolas de ensino superior, dentre as quais se destacavam a Academia (387 a.C.) e o Liceu (334 a.C.). Fechadas pelo imperador cristão de Constantinopla em 529, não tiveram continuidade histórica. As escolas antigas distribuíram-se em três classes, conhecidas por escolas monacais, junto aos mosteiros, escolas catedrais, anexas às Sés Episcopais, escolas palatinas, nas cortes. Tiveram maior incremento as escolas catedrais, ligadas mais diretamente à hierarquia eclesiástica, ou seja, aos bispos e ao clero secular. Muitas dessas escolas desenvolveram-se e renovaram-se, o que lhes trouxe grande prestígio. Escolas diversas, numerosas e ativas no século XII deram origem às universidades do século XIII, o que não aconteceu naturalmente. Mas num primeiro momento houve declínio bastante brusco em alguns centros escolares, fato esse a justificar que apenas algumas sobreviveram e se reclassificaram.

Dava-se o nome de *studium generale* aos lugares onde se reuniam os estudantes vindos de todas as partes, e assuntos eram ensinados por um número considerável de professores. Esse termo correspondia mais à noção de universidade e o diferenciava de *universitas*, que dava a idéia de apenas um conjunto de pessoas. “Foi no decorrer do século XV que a distinção entre *universitas* e *studium generale* desapareceu, quando então os dois termos, a princípio distintos, tornaram-se sinônimos” (JANOTTI, 1992, p. 25).

O berço da cultura dos novos tempos encontra-se, como sempre, nas cidades. Foi nelas que surgiram as instituições que, em alguns casos, preservaram suas origens medievais até hoje: as universidades. Nelas aprendiam-se as sete artes liberais: o *trivium* (gramática, lógica e retórica) e o *quadrivium* (geometria,

astronomia, aritmética e música), além das especialidades: direito, medicina, teologia e a filosofia (SCHWANITZ, 2007).

O nascimento e a história das bibliotecas antecedem a própria história do livro. As bibliotecas apareceram antes do livro e dos manuscritos, eram acervos geralmente destinados ao clero e confundiam-se com arquivos. Muito embora as bibliotecas tenham sido formadas e desenvolvidas a partir da necessidade de guarda e manuseio do material escrito, elas se projetaram através do tempo no mundo em decorrência de sua existência estar diretamente ligada à educação, ao conhecimento, à cultura, à preservação da memória intelectual coletiva de um povo. A biblioteca, como uma instituição da sociedade civilizada, torna-se inevitável onde e quando quer que se estabeleça a necessidade da organização, preservação e transmissão da informação em qualquer suporte, para que possa ser recuperada e utilizada quando necessária, com isso aumentando o conhecimento global.

Ao pensar biblioteca, entretanto, deve-se ter o entendimento de que não se trata apenas de um espaço cheio de estantes de livros, mas sim de um espaço dinâmico, inclusive com livros, mas também com todas as possibilidades de acesso à informação que a tecnologia da informação e da comunicação possibilitam. Para Jacob, a biblioteca é

um lugar, uma instituição. É o cruzamento paradoxal de um projeto utópico (fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios do pensamento humano confiados à escrita) com restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação de textos, das imagens, hoje, dos sons. É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação. Enfim, é uma coleção de livros, o efeito resultante de sua justaposição e interação: uma biblioteca não é necessariamente um edifício, como nos mostram as estantes de Alexandria ou os provedores informáticos que transmitem hoje, a distância, livros ou artigos digitalizados. Por sua arquitetura, definição de seu público, princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que determinam a acessibilidade e a materialidade dos textos, assim como pela visibilidade das escolhas intelectuais que organizam sua classificação, toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo (JACOB, 2000, p. 10).

Nas necessidades sociais e econômicas básicas do indivíduo e da comunidade está o início da história das bibliotecas e do bibliotecário, história essa que acompanha a das civilizações. Como essas estão sempre mudando e se

transformando de forma contínua e dinâmica, adequando-se ao contexto, também as bibliotecas estão evoluindo e transformando-se em função do usuário.

As primeiras bibliotecas de que se têm notícia são as chamadas “minerais”, pois seus acervos eram constituídos de tabletes de argila; depois vieram as bibliotecas “vegetais” e “animais”, formadas por rolos de papiros e pergaminhos. Essas são as bibliotecas dos babilônios, assírios, egípcios, persas e chineses. Mais tarde, com o advento do papel fabricado pelos árabes, começam a se formar as bibliotecas de papel e, mais tarde, as do livro impresso. Recentemente surgiram as bibliotecas “eletrônicas”, informatizadas, com documentos em disquetes, CDs, DVDs bibliotecas “digitais/virtuais”, formadas por documentos com acesso remoto e textos completos, com *hiperlinks*, essas últimas não necessitando basicamente de espaço físico estabelecido, trazendo um novo conceito de biblioteca.

A biblioteca de Nínive (séc. VI a.C.) é considerada a mais antiga. Assurbanipal constituiu a primeira grande biblioteca assírio-babilônica organizada da Antiguidade, muito antes da de Alexandria, no Egito. Ela chegou a possuir vinte e cinco mil placas de argila escritas com caracteres cuneiformes. Assurbanipal pretendeu reunir em sua biblioteca todos os textos escritos que se relacionavam às tradições sociais, intelectuais e religiosas das pessoas que viveram em torno dos rios Tigre e Eufrates (NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, 2002, v. 2, p. 468).

As antigas bibliotecas da Mesopotâmia, 3.000 a.C., e do Egito foram formadas, respectivamente, por coleções de placas de argila e por conjuntos de documentos em papiro e reservadas a um número muito restrito de utilizadores, ou seja, à elite intelectual e foram das primeiras bibliotecas privadas abertas à consulta pública.

Quanto ao nascimento das primeiras universidades, não se pode atribuir a nenhuma delas uma data precisa de nascimento, mas pode-se considerar praticamente contemporâneas as universidades de Bolonha (1108), de Paris (1200) e de Oxford (1200); um pouco mais recente foram, certamente, a universidade de Medicina de Montpellier (1220), a de Pádua (1222), Nápoles (1224), Salamanca (1243), Cambridge (1284), Coimbra (1290). Outras universidades, menos importantes do que as de Paris e Bolonha, apareceram igualmente no Ocidente antes de 1250 para formar o que se poderia chamar a primeira geração das universidades medievais. Em 1257 aparecem os colégios, como o da Sorbonne, destinados, de início, a abrigar estudantes pobres. A biblioteca da Sorbonne era

dividida em duas partes: “grande biblioteca”, que continha as obras mais consultadas, presas por correntes, e a “pequena biblioteca”, que continha duplicatas de livros de uso menos freqüente, que ela emprestava mediante um depósito fixado conforme o valor da obra, indicada no catálogo.

Na Europa Central a primeira universidade foi a de Praga, já em funcionamento no século XIII. A universidade de Cracóvia, na Polônia, data de 1364; a de Viena aparece quase simultaneamente em 1365; a primeira universidade alemã é a de Heidelberg, reconhecida em 1385; a seguir vem as de Erfurt (1379), Colônia (1388), Leipzig (1409), Rostock (1419), Freiburg (1455), Tübingen (1477). Surgem universidades em Barcelona (1450), Basileia (1460), Upsala (1477), Leiden (1575), Edimburgo (1583), Gottingen (1737), Moscou (1755), São Petersburgo (1789), Londres (1836). Na América, as primeiras universidades são as de Lima (1551), México (1553), Córdoba (1613), Harvard (1636), Yale (1701), Princeton (1746) (WANDERLEY, 1983, p. 16).

Para o nascimento das universidades européias foram necessárias duas condições: a social, com o renascimento das cidades, e a cultural, com o renascimento intelectual do século XII (JANOTTI, 1992, p. 192). Atribui-se o nascimento e a expansão das universidades no mundo medieval a três principais formas de aglutinações: 1) universidades espontâneas; 2) universidades nascidas por migração; 3) universidades criadas.

1) *Universidades “espontâneas”* ou *“ex consuetudine”*: chamam-se assim aquelas nascidas do desenvolvimento “espontâneo” de escolas pré-existentes. São as mais célebres e consistentes. Elas primeiro se formavam e, depois, solicitavam reconhecimento. As de Paris e as de Bolonha e Oxford são exemplos absolutamente típicos.

2) *Universidades nascidas por migração* ou *“ex migratione”*: sua organização refletia a das universidades-mãe, e funcionavam muitas vezes longamente, de fato antes de receberem uma bula de fundação e seus primeiros estatutos oficiais. São exemplos dessas universidades: na Inglaterra, a universidade de Cambridge (1318) teve sua origem em Oxford; na França, em Angers (1337) e Orléans (1306) teve sua origem na de Paris; na Itália, a universidade de Pádua (1222), que teve origem em Bolonha.

3) *Universidades “criadas”* ou *“ex privilegio”*: chamamos dessa maneira as universidades “criadas” de uma só vez pelo Papa ou pelo Imperador; tais

universidades recebiam, pois, desde sua origem, uma bula ou uma carta de fundação que definia a *priori* seus estatutos e seus privilégios.

Uma atividade que teve grande importância no século XII, para as transformações da vida escolar no Ocidente e contribuíram para o nascimento das universidades, foi a dos tradutores e suas traduções. Na época carolíngia aparece o primeiro esforço significativo, nos grandes mosteiros, para conferir e recopiar os manuscritos da Bíblia, dos padres latinos e dos autores clássicos. Uma parte da literatura latina e, sobretudo, toda a literatura grega permaneciam desconhecidas no Ocidente. Essa última somente poderia chegar sob forma de traduções, pois desde o Baixo Império o conhecimento do grego perdera-se por completo; a contribuição do século XII foi, nesse domínio, decisiva. No entanto, cabe aqui observar que, geograficamente, os centros de traduções do século XII não coincidem com os das escolas.

O aumento do estoque de textos postos à disposição dos mestres e dos alunos não basta, contudo, para explicar a profunda transformação da organização escolar do Ocidente ao longo do século XIII. Mas, no conjunto, é claro que o nascimento das universidades é indissociável do renascimento das cidades em certas regiões do Ocidente, a partir do final do século XI (CHARLE; VERGER, 1996, p. 26).

Por volta de 1230, as universidades ainda eram pouco numerosas, mas seu prestígio já era considerável e elas permaneceram até a atualidade entre as mais famosas. Suas instituições, de início tão simples, foram pouco a pouco se tornando mais complexas e os estatutos definitivos datam freqüentemente apenas do início do século XIV. Mas as universidades enfrentaram crises e conflitos nesse período. Muito embora as autoridades eclesiásticas e leigas respeitassem, de certa forma, a autonomia, os choques com a população urbana eram constantes. O papado intervinha freqüentemente nas atividades da universidade (CHARLE; VERGER, 1996, p. 22).

Nesse período o ensino era predominantemente oral, sendo proibido aos mestres ditar suas "leituras"; os estudantes seguiam as explicações magistrais sem tomar notas. Contudo, o livro tinha seu espaço nesse tipo de ensino; o mestre deveria possuir as obras que ele "lia" e consultar os principais comentaristas anteriores; pressupunha-se que os próprios estudantes tivessem pelo menos lido os textos em classe. As universidades procuravam facilitar o acesso de seus membros

ao livro. No entanto, até o século XV, havia bibliotecas apenas nos grandes colégios. O acesso ao livro, por sua vez, era difícil, pois era dispendioso e muitos estudantes ficavam sem ele. Segundo Charle e Verger (1996, p. 36-37), “as insuficiências da produção livresca certamente são responsáveis por muitas das deficiências do ensino universitário medieval”. Portanto, percebe-se que o acesso aos livros e a falta de bibliotecas constituem-se em grande problema para a qualidade do ensino universitário medieval.

A biblioteca, desde o seu surgimento até o final da Idade Média, persistia em conservar a idéia de depósito de livros, exatamente o que a palavra biblioteca significa “e mais o lugar onde se esconde o livro do que o lugar de onde se procura fazê-lo circular ou perpetuá-lo. A própria disposição arquitetônica dos edifícios demonstra isso” (MARTINS, 1998, p. 71-21).

As universidades medievais continham as sementes de idéias modernas de uma instrução mais elevada e sua estrutura é refletida naquela das escolas modernas. Essas universidades tinham como características a liberdade acadêmica, desde que não pregassem o ateísmo ou heresias, a autonomia que fora garantida pelo *status* de auto-gestão. Apesar de não seguirem um único modelo, houve um traço comum importante entre elas: o movimento associativo, que era bastante forte no início de século XIII. Por toda parte, mestres e/ou estudantes reuniram-se para constituir uma “universidade” juramentada, com estatutos próprios, representantes eleitos, para assegurar sua proteção frente a ameaças e garantir o exercício autônomo da atividade: o estudo e o ensino. Outro traço característico das universidades naquele período deu-se pela saída deliberada do estreito quadro diocesano, que era o das escolas anteriores. Com forte proteção pontifical, afirmaram sua capacidade de recrutamento em toda a cristandade, sem outro limite além de seu renome específico (CHARLE; VERGER, 1996, p. 18-19).

O aparecimento das primeiras bibliotecas senhoriais e reais deu-se nos séculos XIV a XVI. As bibliotecas surgem novamente como símbolo de riqueza, poder e prestígio. As bibliotecas reais, inicialmente de caráter privado, ficam primeiro acessíveis aos sábios e só a partir do séc. XVII se tornam públicas. As coleções privadas eram destinadas à leitura reservada às classes superiores, privilegiadas, e os livros eram caríssimos, o que impedia, portanto, de chegar ao povo. Somente no decorrer dos séculos XIV e XV a classe burguesa chega a um grau de cultura e a uma condição social econômica que lhe permite colecionar livros, os quais, então

não sendo mais destinados exclusivamente a igrejas, mosteiros e colégios, não são obrigatoriamente em latim e começam a aparecer nas línguas maternas de vários países e sobre os mais variados assuntos: direito, medicina, botânica, literatura, poética nacional. Surgem então as bibliotecas da burguesia. Entre os séculos XIV e XV desenvolvem-se idéias sobre a necessidade de as bibliotecas serem locais de estudo e reflexão e terem, para além de livros, um ambiente propício ao desenvolvimento de atividades intelectuais (Erasmus). O livro sempre foi restrito a pequenos grupos de intelectuais como já afirmamos, e, geralmente estavam reunidos em mosteiros, conventos, fato que muda a partir da invenção de Gutenberg no século XV, que possibilitou editar vários exemplares de um mesmo livro, a um preço acessível, popularizando e democratizando a leitura.

Do final do século XVI em diante, as bibliotecas passam por um processo gradativo, ininterrupto e simultâneo de transformação, marcado essencialmente por quatro características principais: 1) laicização - que a biblioteca acompanhou com a evolução social. Os livros foram pouco a pouco perdendo seu caráter de objeto divino e secreto para se transformar em instrumento de trabalho colocado ao alcance de todos, o que leva à segunda característica; 2) democratização – pela qual o livro teve indiscutivelmente um papel importante nesse sentido. A democratização é, em si mesma, um processo de laicização; 3) especialização – com a popularização do livro e as bibliotecas abertas ao público em geral, isso acarretou uma especialização dos acervos, em face da impossibilidade de atendimento aos interesses diversificados de seus usuários; 4) socialização – característica mais importante, porque a biblioteca moderna abriu suas portas e ainda saiu à procura de leitores para satisfazer as necessidades de informações da comunidade (MARTINS, 1998, p. 323-325).

No século XV, a palavra universidade passou a designar uma comunidade de mestres e alunos, reconhecida pelas autoridades civil e eclesiástica. No período medieval, as universidades podem ser caracterizadas, de acordo com Wanderley, por seu

caráter conservador, suas polêmicas teológicas e de outro teor, como disputas entre realistas e nominalistas, o espírito universalista do professorado italiano, os cursos longos de teologia, o regime de internato, as aulas orais, a defesa de tese ao final dos estudos. Sua tônica estava voltada para o saber como um fim em si mesmo, o saber desinteressado. Criadas para formar uma elite aristocrática, foram depois complementadas através

dos tempos e se adequando às novas condições impostas pela realidade (WANDERLEY, 1983, p.17-18).

Como se pode observar, as universidades na sua grande maioria surgiram a partir de escolas importantes, quase sempre ligadas à Igreja Católica. Eram freqüentadas por pessoas do clero e, ainda, por alunos de famílias com posses, ou seja, para poucos privilegiados da classe elitizada. A finalidade dessas universidades era a transmissão do conhecimento e não a produção de um novo conhecimento, tornando a atividade do professor uma mera rotina de passar um saber cristalizado. O saber permanecia isolado, com fim em si mesmo.

A primeira universidade considerada moderna foi a de Halle, fundada por luteranos em 1664. De orientação progressista, foi a primeira a renunciar à ortodoxia religiosa em benefício da investigação intelectual objetiva e racional, a primeira em que os professores ensinaram na língua alemã, isto é, na língua vernácula, em lugar do latim, adotado depois pela maioria das universidades alemãs e americanas. No final do século XVIII até o começo do século XIX, a religião foi gradualmente substituída como força dominante à medida que as universidades européias se tornaram instituições modernas de ensino e pesquisa e secularizaram o currículo e a administração. A universidade teve como única função, por um longo período de sua história, a transmissão do conhecimento, o ensinar, e somente a partir do século XIX incorporou a atividade de pesquisa no ambiente acadêmico (RODRIGUES JÚNIOR et al., 2000).

A universidade moderna foi fruto da Revolução Industrial, cujas exigências deram origem e prioridade a um novo sistema de conhecimentos. Esse processo de renovação, entretanto, iria ser lento. As universidades continuavam a se desenvolver no tempo e no espaço ainda essencialmente estruturadas na antiga base.

A universidade no século XIX, segundo Anísio Teixeira, viveu um período de evolução lenta e

embora tivesse aceito a ciência experimental, não se rendeu à pesquisa aplicada e se deixou envolver nos negócios do mundo, mas insistiu em acentuar a caráter “desinteressado” do saber pelo saber, do saber como fim em si mesmo. [...] Até aí a missão da universidade era a guarda e transmissão do saber, como condição para a ordem e a civilização. Eminentemente seletiva, orgulhava-se de poucos alunos e da alta qualidade dos seus intelectuais e eruditos. Era a casa do intelecto, a torre de marfim de uma cultura fora do tempo. Foi essa universidade que começou a transformar-se com as três revoluções do nosso tempo: a revolução

científica, a revolução industrial e a revolução democrática (TEIXEIRA, 1998, p. 39-34).

A partir do século XIX, a maioria das universidades adotou o princípio de liberdade de cátedra, que concedia a professores e alunos o direito de buscarem a verdade sem restrições ideológicas, políticas ou religiosas. As democracias liberais favoreceram essa prerrogativa, enquanto governos autoritários ou os que sofriam influências de confissões religiosas a restringiram. A Universidade de Londres adotou dois conceitos revolucionários após a segunda guerra mundial: o de universidade aberta e o de cursos de extensão universitária (NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, 2002, v. 14, p. 250).

No século XIX e início do século XX surgem as grandes bibliotecas no mundo, com acervos enormes de coleções de livros. Prédios foram construídos para abrigar esses acervos, havendo necessidade de organização de todo o material para disponibilizá-lo ao público. As bibliotecas passam do acesso fechado às estantes, que era comum até então, para “livre acesso às estantes”, o que foi um avanço porque dá a possibilidade ao leitor de escolher pessoalmente os livros nas estantes, de examinar e folhear à vontade (MARTINS, 1998, p. 328).

As bibliotecas, devido às condições sociais específicas, como a fragmentação do conhecimento e também pela impossibilidade espacial e financeira de reunir em um único espaço toda a informação registrada disponível, são divididas em vários tipos, tais como: universitárias, públicas, especializadas, escolares, infantis. Cada uma delas tem características específicas de acordo com o público e a comunidade a que servem.

Em meados do século XX, a aceleração da mudança social aliada à progressiva expansão e fragmentação do conhecimento leva a uma outra fase de evolução, em que a preocupação com o “tipo” de biblioteca tende a desaparecer em face da configuração dos serviços bibliotecários como uma totalidade: um sistema independente de origem institucional; um padrão de serviços que torne acessível todo o potencial dos serviços de bibliotecas aos utilizadores potenciais; uma grande diversificação dos serviços e produtos; uma grande diversificação dos suportes informacionais disponíveis. São palavras de ordem nesse período: flexibilidade, adaptabilidade, interdependência e cooperação. No final daquele século surge uma nova configuração de bibliotecas, as virtuais/digitais.

No século XXI, as bibliotecas virtuais/digitais são uma realidade indiscutível. Entra-se na chamada era virtual, que Browning, 2002, chamou de “bibliotecas sem paredes para livros sem páginas”. Uma quantidade inimaginável de informação está à disposição no ciberespaço. O acesso a essa informação tornou-se mais democrático pelo uso das tecnologias da informação e comunicação, que têm uma participação decisiva nas mudanças ocorridas na sociedade em geral e, como não poderia ser diferente, nas universidades elas também estão presentes com o ensino a distância. Nas bibliotecas, conseqüentemente essas mudanças são visíveis na forma de atuação e prestação de serviços, decorrentes do novo contexto social, já que tanto as universidades quanto suas bibliotecas são instituições sociais que existem em função da sociedade a que servem.

As grandes bibliotecas modernas no mundo, como a Nacional de Paris, a *British Library*, a Biblioteca do Congresso, USA, a maior do mundo com acervo de 128 milhões de itens (29 milhões de livros), distribuídos em 460 línguas e perfilados em 848 km de prateleiras, dentre outras, atendem às características sociais e mundiais.

1.1 UNIVERSIDADES E BIBLIOTECAS NO BRASIL

No Brasil, ao contrário dos países de colonização espanhola, não houve universidades enquanto colônia de Portugal. Até a independência, menos de três mil brasileiros se formaram, a maioria em Coimbra, alguns em Toulouse e Montpellier ou Reino Unido. É longa e, até certo passo tumultuada, a história das tentativas de criação da universidade brasileira. Apesar dos velhos sonhos e projetos, ela é obra do século XX, isto é, oito séculos depois de sua germinação na Europa (FREIRE-MAIA, 1991, p. 205). Uma tentativa de criação de universidade brasileira deu-se com a Inconfidência Mineira, mas o movimento foi desmantelado em 1789. Em 1808 a Família Real chega ao Brasil, e outra tentativa frustrada para criação de uma universidade foi feita por parte do comércio da Bahia, sugerindo ao Príncipe Regente sua criação em troca de contribuição financeira para construção do palácio real. E, assim, sucessivas tentativas de criação de universidade foram feitas sem sucesso: em 1823, Fernandes Pinheiro apresentou projeto na primeira constituição brasileira;

em 1824 a Constituição garantiu o direito dos brasileiros à universidade (sem universidades); em 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos defendeu a criação de “um corpo de universidade na Capital do Império...”; em 1870, Paulino José Soares de Souza tenta criar uma universidade no Rio de Janeiro; em 1903, Gastão da Cunha elabora projeto para criar cinco universidades e Sátiro Dias, sete universidades. E continuam os projetos de 1904 a 1910, que não tiveram sucesso (FREIRE-MAIA, 1991, p. 205-206).

Constatam-se divergências de datas nos fatos referentes à história das universidades brasileiras nas fontes consultadas. No entanto, para efeito deste trabalho, adotaremos a cronologia do texto “Ensino superior no Brasil”, de Luiz Antônio Cunha (2000).

Os projetos de criação de universidades brasileiras foram muitos, mas, no entanto, de 1891 a 1910 foram criadas somente escolas superiores, que somavam ao todo vinte sendo nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia, oito de Direito, quatro de Engenharia, três de Economia e três de Agronomia. Cresce no Brasil a busca pelo diploma superior. Esse período foi marcado pelo movimento de desoficialização do ensino e abolição dos privilégios dos diplomas escolares e, ainda, pela crítica à qualidade do ensino secundário e superior. O Decreto nº. 8.659, de 5 de abril de 1911, determinou que os estabelecimentos de ensino superior criados pelo governo federal deixariam de gozar de qualquer privilégio e passariam a ser corporações autônomas, podendo eleger os diretores com total autonomia didática, administrativa e financeira. O Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915, reorganizou o ensino secundário e superior de todo o país. Em 1925 o Decreto nº. 16.782-A, de 13 de janeiro, adotou o critério de *numerus clausus* para o caráter seletivo do exame vestibular.

Em 1909 tem-se notícias da criação de universidade em Manaus, no Estado do Amazonas, que funcionou até 1926. Deu-se por iniciativa privada e ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. Em 1911 foi criada a Universidade de São Paulo, de iniciativa privada e que, por questões financeiras, foi dissolvida em 1917, diante da concorrência que se deu pela criação da Faculdade de Medicina pelo governo de Estado de São Paulo.

A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, foi a primeira instituição de ensino superior no Brasil que assumiu duradouramente o *status* de universidade. A

segunda foi a de Minas Gerais, em 1927, por iniciativa do governo do Estado, e a terceira foi a do Rio Grande do Sul, em 1934. Nesse mesmo ano foi realizado no Rio de Janeiro o primeiro congresso católico de educação, quando a Igreja manifestou interesse na criação de uma universidade subordinada à hierarquia eclesiástica e independente do Estado. Coube aos jesuítas a tarefa de organizar, administrar e orientar pedagogicamente a futura universidade (OLIVE, 2002, p. 35). Então, em 1940, surgiram as Faculdades Católicas, embrião da universidade reconhecida pelo Estado em 1946 e, mais tarde, pontifícia, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que foi a primeira universidade privada católica do país.

Quanto à história das bibliotecas brasileiras ela é obscura, já que não temos fontes documentais registradas sobre existência de livros na primeira metade do século XVI. Em fins desse século já se nota certa vida intelectual na Bahia e em Pernambuco, talvez no Rio de Janeiro. No resto do país não havia nenhum indício de manifestação literária (MORAES, 1979, p. 1-2). As primeiras bibliotecas de que temos informação são as dos jesuítas, nos colégios e conventos.

As bibliotecas jesuíticas tinham, por conseguinte, acervos de nível universitário, abrangendo os mais vários conhecimentos. [...] As bibliotecas sofreram um golpe terrível com a expulsão da Companhia de Jesus. Todos os seus bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficaram amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário dos bens dos inacianos. Se uma obra ou outra foi incorporada aos bispados, algumas remetidas para Lisboa, a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do restante. Não foram somente os livros o que o abandono destruiu. A magnífica sala da livraria dos Jesuítas em Salvador estava, em 1811, em tão mau estado que só depois de restaurada pode instalar-se nela a Biblioteca Pública da Bahia (MORAES, 1979, p. 6-7).

Outras ordens religiosas também possuíam bibliotecas, principalmente os beneditinos, franciscanos e carmelitas que tinham escolas anexas aos seus conventos. Pernambuco teve, a partir do século XVII, boas bibliotecas, bem como as abadias beneditinas, e seus acervos eram enriquecidos por compra e herança. As bibliotecas conventuais foram, até a segunda metade do século XVIII, os centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros que iam completar seus estudos em Portugal (MORAES, 1979, p. 19). Em relação à existência de bibliotecas particulares, também não se tem praticamente quase nenhuma informação a esse respeito nos séculos XVI e XVII. Segundo Moraes (1979), ao pesquisar a história

dos livros e das bibliotecas no Brasil Colonial, existiram boas bibliotecas em alguns conventos.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi a primeira biblioteca oficial a ser instalada no Brasil. Inicialmente se chamava Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro, hoje Fundação Biblioteca Nacional. Tem como função principal reunir toda a memória nacional registrada e é considerada pela Unesco a oitava maior do mundo em sua categoria e também a maior biblioteca da América Latina.

A Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo, foi inaugurada em 1926. Seu acervo foi aumentado ao longo dos anos e, em 1942, ela se mudou para o endereço atual. Com rico acervo de arte sobre papel, a biblioteca busca se modernizar para se aproximar da população.

No Estado do Paraná destaca-se a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que foi fruto da ousadia e da competência de seus idealizadores, motivados pela sociedade paranaense, que fizeram da UFPR a primeira Universidade do Brasil. Sua história começa em 1892, quando o político Rocha Pombo lançou na Praça Ouvidor Pardini a pedra fundamental da Universidade do Paraná. Mas devido ao Movimento Federalista o projeto não foi adiante. Somente em 1912, quando o Paraná sentiu que precisava de massa crítica para defendê-lo, pois seu grupo intelectual era reduzido, foi que se iniciou novamente o movimento pró Universidade do Paraná. Nessa época, as lideranças políticas também se mobilizaram em prol da criação da Universidade, pois o Paraná havia perdido a Região do Contestado para Santa Catarina. No dia 19 de dezembro de 1912, Victor Ferreira do Amaral e Silva liderou a criação efetiva da Universidade do Paraná. Era uma época próspera da economia paranaense devido à abundante produção e ao bom comércio da erva-mate. O dia 19 de dezembro representava a emancipação política do Estado e deveria também representar sua emancipação intelectual (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2007).

Como biblioteca de destaque temos, em Curitiba, a Biblioteca Pública do Paraná, criada pelo Vice-Presidente da Província, José Antônio Vaz de Carvalhaes, em 7 de março de 1857. Instalada na atual sede desde 19 de dezembro de 1954, ocupa uma área de 8.528,96m². Foi inaugurada no Governo de Bento Munhoz da Rocha Netto, como parte das comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ, 2007).

Em 1959, foi criada a IES², objeto desta pesquisa, e sua criação mostra como historicamente se formaram as universidades no Brasil, ou seja, a partir de agregação de faculdades isoladas, conforme mostra o histórico a seguir.

A instituição de ensino superior analisada é particular. Sua missão é

orientada por princípios éticos, cristãos e maristas, tem por missão desenvolver e difundir o conhecimento e a cultura e promover a formação integral e permanente de cidadãos e de profissionais comprometidos com a vida e com o progresso da sociedade (SITE DA IES, 2007).

A IES, objeto deste trabalho, foi criada em 14 de março de 1959, a partir da agregação de diversas escolas de nível superior existentes, na época, em Curitiba. Além das escolas e faculdades que lhe deram origem, associou-se a um órgão de natureza cultural, fundado em 1929. No ano seguinte à sua criação, a Universidade obteve o reconhecimento oficial do Governo Federal pelo Decreto nº. 48.232, de 17 de maio de 1960. Até 1991, a IES desenvolvia suas atividades no Campus Curitiba. A partir desse ano, foi criado um Campus na Região Metropolitana de Curitiba, expandindo o número de cursos ofertados pela Instituição. Em 1998, foi implantada uma Fazenda Experimental, num município vizinho, ampliando a prática educacional e serviços na área agro-veterinária. Dentro da política de expansão da universidade, mais três novos *campi* instalados no interior do Estado vieram integrar a estrutura de ensino da Instituição: o primeiro implantado em 2002, o segundo teve o início das atividades em 2003, e o terceiro, em 2004. Além de prestar atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação, a IES desenvolve programas sociais em sintonia com o compromisso social e filantrópico da Instituição. Um centro social e um programa de ação comunitária e ambiental, presente em seis municípios paranaenses, representam o esforço da Instituição nesse sentido. Em 1999, foi selada uma aliança com uma instituição de saúde, integrada pelas unidades mantidas pelas duas instituições. Trata-se de um complexo hospitalar e de saúde, que engloba hospitais localizados em Curitiba e na Região Metropolitana. Essa aliança assegura um crescimento qualitativo na área de assistência médica, beneficiando a sociedade com atendimento hospitalar e os acadêmicos da área de saúde pela oferta de um ensino de excelência.

² A IES surge num período em que o Brasil passava por mudanças com o fim do Estado Novo, mudanças como a promulgação de uma Constituição em 16 de setembro de 1946 com a inserção da pesquisa nas universidades brasileiras, dentre outras.

A mantenedora da IES é uma instituição civil, de direito privado, filantrópica e com fins educacionais. Foi criada em 31 de dezembro de 1950 com o objetivo de manter a futura IES. O complexo sob a administração da mantenedora é formado por cinco *campi*, hospital, farmácia, editora, centro social e de comunicação, fazenda e centro profissional.

A IES possui um Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), constituído pela Biblioteca Central, coordenadora do sistema, e pelas quatro bibliotecas universitárias setoriais e uma especializada na área da saúde.

A Biblioteca Central da IES é órgão suplementar, subordinado à Pró-Reitoria Administrativa. Desde 18 de fevereiro de 1994 está instalada em novo edifício, especialmente projetado e construído para essa finalidade. É referência na cidade e no Estado como beleza estética e pelo seu acervo. Conta com uma área construída total de 10.545,40 m², sendo 3.511,11 m² destinados à leitura, ao acervo e outras atividades. A Biblioteca Central atende mais de vinte mil usuários entre alunos, professores e pesquisadores da universidade e da comunidade, reunindo um acervo de livros, periódicos, teses, mapas, filmes, folhetos, CD-ROM, *slides*, DVD. Considerada um espaço do conhecimento acumulado e organizado de forma acessível, dispõe, no andar térreo, do serviço de pronta referência, espaço para exposições, lançamentos de livros e apresentações musicais e, ainda, dois auditórios. Em todos os andares conta com terminais de computadores para acesso ao catálogo on-line e Rede *Wireless*. Destina área para consulta, estudo e leitura, tendo, no terceiro andar, cabines para estudo individual e em grupo, cabines com televisor para assistir fita de vídeo e DVD, laboratório para digitação de trabalhos com impressora e acesso à Internet. Dentro da necessidade de inclusão informacional, disponibiliza o laboratório de acessibilidade³.

O controle bibliotecário está totalmente informatizado, utilizando banco de dados *Sybase*, arquitetura cliente/servidor com interface gráfica Windows. O sistema de informatização é o Pergamum⁴ – Sistema Integrado de Bibliotecas - e está conectado à rede corporativa da Instituição, abrangendo os principais procedimentos da Biblioteca: catalogação de todos os materiais; aquisição; reserva, empréstimos e

³ Sala para usuários portadores de necessidades especiais (deficientes auditivos, baixa visão, cegos, cadeirantes temporários/definitivos), equipada com softwares apropriados, áudio-livros, impressora braille, etc.

⁴ Sistema Pergamum é o software gerenciador dos serviços da Biblioteca, que fornece todas as informações estatísticas de acervo.

devolução de materiais; pesquisa e recuperação do acervo; emissão de relatórios de apoio; controle do acesso aos ambientes internos; reserva de cabine e microcomputador para trabalhos de digitação. Todo acervo está protegido por um sistema eletrônico de segurança.

A Biblioteca Central oferece todos os serviços que caracterizam uma grande biblioteca universitária, como: empréstimo domiciliar, renovação, reserva de materiais, serviço de malote entre *campi*, comutação bibliográfica, levantamento bibliográfico, acesso local e remoto à bases de dados, biblioteca digital de trabalhos científicos, disseminação seletiva da informação por e-mail, etc. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta das 7h30 às 23h, sábado das 8h às 18h e domingo das 14h às 18h (site da biblioteca).

Atualmente, o acervo da Biblioteca Central atinge a casa dos 530.000 volumes e 235.000 títulos (dados até 31/12/07), além de 26 bases de dados; 01 base de livros eletrônicos com aproximadamente 50 títulos; 593 teses e dissertações disponíveis em formato digital; e 19.446 artigos de periódicos indexados, entre todos os materiais bibliográficos. Houve, no ano de 2006, aproximadamente 370.000 empréstimos de livros e multimeios. Segundo estatísticas, os livros mais emprestados são das seguintes áreas: Ciências da Saúde, Direito, Administração, Filosofia, Educação, Literatura e Artes. Quanto ao material gravação de vídeo e DVDs, os mais emprestados são vídeos de lazer com 2.957 empréstimos de um total de 4.941. Houve ainda um acesso em média de 3.000 artigos mensais à bases de dados e 1.539 de acesso e impressão de livros eletrônicos (*full text*) (dados Sistema Pergamum).

A história das bibliotecas nos mostra que: 1) elas são componentes essenciais de uma sociedade civilizada, porém de modo bastante restrito no início, e posteriormente, é ampliado gradativamente numa perspectiva mais democrática; 2) elas surgem como conseqüência de uma necessidade, as quais determinam sua finalidade, objetivos, funções, programas e serviços; 3) certas condições econômicas, tecnológicas, científicas, geográficas, culturais ou sociais encorajam seu desenvolvimento, e quando tais condições não prevalecem, as bibliotecas declinam e podem desaparecer.

O conhecimento, porém, é dinâmico e as bibliotecas continuam sendo o local para abrigar esse conhecimento local e global, quer seja em livro, quer seja em disquetes, CDs, DVDs, *chips*, enfim, todas as possibilidades de armazenamento de

informação que as tecnologia de informação e comunicação possibilitam. Por sua vez, a biblioteca pode ser um espaço físico determinado, virtual/digital. Diante desse novo contexto, o comentário de Baratin e Jacob (2000) em relação ao saber e ao conhecimento é que:

todo saber se funda no saber precedente. O conhecimento é cumulativo e se desdobra em tradição. A biblioteca capitaliza essa herança, permite aumentá-la graças a atividade coletiva do que a exploram. O trabalho intelectual pressupõe que se faça referência a tudo que já foi escrito sobre o assunto, que se mobilizem os conhecimentos arquivados nos livros. Todos os livros da Terra num só lugar, isto é, todos os pensamentos jamais formulados, os fatos jamais relatados, as observações consignadas, os problemas e suas soluções (BARATIN; JACOB, 2000, p. 68).

A idéia de biblioteca universal era o sonho da Biblioteca de Alexandria. Hoje esse sonho talvez esteja sendo realizado, pelo menos parcialmente, com o acesso a portais, com grandes acervos *on-line* de acesso via *Internet*, onde são reunidos uma quantidade inimaginável de informações disponíveis para consulta e pesquisa.

A pesquisa universitária é um dos principais componentes do sistema científico que, por definição, é parte do sistema de educação superior. Muito conhecimento é produzido dentro das universidades por discentes, docentes, mas principalmente por pesquisadores. No Brasil a pesquisa está instalada dentro das Universidades, nos Programas de Pós-Graduação, onde geralmente está institucionalizada, sendo que em algumas instituições universitárias do país exige-se que os docentes desenvolvam projetos de pesquisa. “Ao realizar uma pesquisa científica, um novo conhecimento é gerado, e incorpora-se ao estoque universal do saber humano sobre um determinado fato, fenômeno ou realidade” (AGUIAR, 2000, p. 46). Diz ainda Aguiar que é essencial em qualquer atividade de pesquisa científica ou tecnológica começar com uma pesquisa bibliográfica, que permita definir o “estado-da-arte” do conhecimento a respeito do objeto pesquisado.

[...] O conhecimento é o produto de um enfiamento do mundo realizado pelo ser humano que só faz plenamente sentido na medida em que o produzimos e o retemos como um modo de entender a realidade, que nos facilite e nos melhore o modo de viver, e não, pura e simplesmente, como uma forma enfadonha e desinteressante de memorizar fórmulas abstratas e inúteis para a nossa vivência e convivência no e com o mundo (LUCKESI et., 2001, p. 47-48).

Souza (1997, p. 152) comenta em seu livro sobre LDB e educação superior a importância da pesquisa na academia, quando afirma que

inseparável do ensino, a pesquisa torna-se um caminho privilegiado para a conquista do saber. Melhor dizendo, do novo saber. Por isso é que na universidade fazer pesquisa é obrigatório e indispensável, eis que uma das missões dessa instituição de ensino decorre de sua capacidade de criar novos conhecimentos. Essa criação fez-se seja pela invenção, que gera produtos, serviços, idéias e o que mais seja para o benefício do homem, antes inexistentes, seja por inovação, que transforma e adapta saberes preexistentes às novas necessidades sociais e humanas. Ambas, tanto a invenção como a inovação, são resultados diretos da atividade de pesquisa. Ademais de apresentar-se como mola propulsora do progresso cultural, científico e tecnológico da humanidade, a pesquisa também caminha *paripassu* com as atividades de ensino, na universidade.

Muitas mudanças aconteceram na educação superior desde o surgimento das primeiras universidades e suas bibliotecas. De acordo com o Parecer CNE/CES nº. 37/2007:

As transformações acontecidas na educação superior nos últimos 40 anos, especialmente direcionadas às universidades, se caracterizaram pela busca da integração entre ensino e pesquisa, à qual viria se juntar a atividade de extensão, para configurar o princípio constitucional da indissociabilidade. Nesse contexto, o fortalecimento da pós-graduação *stricto sensu* e as políticas voltadas ao aperfeiçoamento do pessoal docente resultaram na melhoria da titulação dos professores e pesquisadores da educação superior. De fato, desde a década de 1960, ocorreu a institucionalização da carreira do magistério superior, a qual se apoiou em dois pilares: titulação e regime de trabalho (BRASIL, 2007).

As universidades se multiplicaram e essas mudanças acompanham o desenvolvimento e o progresso da sociedade. As tecnologias de informação e comunicação têm uma participação significativa nesses últimos anos para aquelas mudanças. As bibliotecas universitárias conseqüentemente, também evoluíram junto com as universidades pois são integrantes delas. Novas tendências na educação superior têm resultado em novos conceitos de serviços por parte das bibliotecas universitárias.

Como já dito, o ensino e pesquisa universitária são características indissociáveis da universidade, são a mola propulsora que faz com que novos conhecimentos sejam produzidos e disseminados de forma dinâmica e contínua.

CAPÍTULO 2 - CONHECIMENTO

2.1 QUE É CONHECIMENTO?

Conceituar conhecimento se faz necessário porque a universidade, por meio do ensino e da pesquisa, está diretamente relacionada à sua produção, transmissão, preservação, criação e difusão. É um *lócus* que permite seu desenvolvimento tanto científico quanto humano. Nenhum saber se origina do nada mas também nenhum saber se faz na mera “transmissão do já sabido” (MARQUES, 2003). A universidade não apenas o produz por meio da pesquisa, mas o repassa e parte dele para gerar um novo conhecimento.

Ao pesquisar o significado da palavra conhecimento, percebe-se a complexidade para se chegar a uma definição que realmente represente o que ele significa no sentido do conceito que se estará usando neste trabalho.

Com efeito, Ferreira (1986) apresenta várias definições de conhecimento como “prática de vida”, “consciência de si mesmo”, “apropriação do objeto pelo pensamento, como quer que se conceba essa apropriação: como definição, como percepção clara, apreensão completa, análise, etc.”.

O Glossário da Sociedade da Informação (2005) traz a definição de conhecimento como um “conjunto de noções e de princípios que uma pessoa adquire pelo estudo, observação ou experiência e que pode integrar nas suas capacitações” ou, ainda, “coleção de fatos e acontecimentos, crenças e regras, organizadas para uso sistemático”.

Para Setzer (1999) conhecimento é

uma abstração interior, pessoal, de alguma coisa que foi experimentada por alguém, e completa que está associado com pragmática, isto é, relaciona-se com alguma coisa existente no mundo real do qual temos uma experiência direta.

Como se pode observar, uma das definições do termo conhecimento, em Ferreira (1986), refere-se à apropriação do objeto pelo pensamento, opera-se em

nível cognitivo, tácito, com a faculdade de perceber, compreender e interpretar. A definição do Glossário da Sociedade do Conhecimento (2005) diz que conhecimento são noções e princípios que podem ser adquiridos por observação e estudo, podendo integrar-se como capacitação pessoal ou, ainda, experiência pessoal, incluída a consciência de si mesmo e a prática de vida, citado também em Ferreira (1986). A definição de Setzer (1999) comunga com a idéia de conhecimento como experimentação de algo vivido ou observado também em nível cognitivo e pessoal. A segunda definição do Glossário da Sociedade do Conhecimento (2005) trata o termo conhecimento como fatos e acontecimentos, crenças e regras, ou seja, a vida cotidiana de uma pessoa, organizado para uso sistemático, para aplicá-lo no convívio em sociedade.

Nesse ponto se pode presumir que conhecimento é toda manifestação de algo que se dá em nível pessoal e cognitivo, advindo da experiência de vida ou do estudo, podendo ser organizado para desenvolvimento pessoal.

Na visão de Morin (2005, p. 244-225), conhecimento é o “conjunto de noções e de princípios que uma pessoa adquire pelo estudo, observação ou experiência e que pode integrar nas suas capacitações”. O conhecimento é, ao mesmo tempo, atividade (cognição) e produto dessa atividade. Todo conhecimento é vivo, o conhecimento humano é um conhecimento de um indivíduo, ao mesmo tempo produto e produtor, ao mesmo tempo subjetivo e objetivo.

Para entender, porém, o que é conhecimento num contexto mais amplo, em primeiro lugar se faz necessário estabelecer diferenças entre dados, informação e conhecimento. Os três termos na sua grande maioria são definidos como sinônimos, embora exista uma diferença conceitual entre eles, ainda que não se possa delimitar suas fronteiras claramente.

O dado é o que é posto a conhecer e pode ser definido como algo possível de ser quantificado, transferível, estruturado e facilmente obtido por meio de máquinas. A informação incorpora dados relevantes e com propósito definido, requer análise, exige consenso quanto ao significado, necessitando obrigatoriamente de mediação humana. O conhecimento agrega informação valiosa da mente humana, inclui reflexão, síntese e contexto, sendo de difícil estruturação, transferência e captura por máquinas, ou seja, é tácito (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Isso posto, parece correto afirmar que o dado interpretado e contextualizado transforma-se em

informação, que é a matéria prima para o conhecimento, o qual é formado a partir dela.

A informação, entretanto, necessita de um contexto apropriado para transformar-se em conhecimento, ou seja, de talento humano, pois não basta que uma pessoa tenha acesso a inúmeras informações à sua disposição, em diversas formas e suportes, se não for capaz de inseri-las em um contexto, interpretá-las diante do mesmo e traduzi-las em uma nova realidade, ou seja, gerar conhecimento.

A esse respeito Morin (1999) nos ensina que o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido. Partindo dessa perspectiva, pode-se dizer que o conhecimento se dá a partir do sentido que cada ator social atribui à informação que a ele se apresenta, em um contexto específico. Nessa interação do autor com o ato de conhecer, a sua trajetória pessoal, o contexto histórico em que ele se situa, as suas visões de mundo passam a fazer parte do conhecimento científico que produz. Trata-se de uma conexão reconhecida como intrínseca ao ato de conhecer (ZEN, 2004, p. 15).

Assim, o conhecimento pode ser entendido como produção de sentidos a partir de uma mensagem, comunicação, verdade, crenças, valores, fatos ou acontecimentos que são incorporados na história de vida do homem. Esse conhecimento está atrelado ao conceito de cultura, que Geertz (1989) defende em sua fala ao dizer que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu a partir de suas interações cotidianas.

De acordo com Santos (2005) o conhecimento é a apropriação intelectual das coisas, daquilo que se transformou em objeto de interesse as pessoas. Ele subdivide o conhecimento em três níveis: 1) descritivo, 2) explicativo; 3) compreensivo. O primeiro nível, o descritivo é a constatação de um fato ou acontecimento, ou seja, um dado bruto sem nenhuma análise ou interpretação. O segundo nível, o explicativo, são os fatores determinantes que explicam com inúmeras variáveis os dados, a informação que se tem à disposição, decorrentes de observações e pesquisas sobre esse fato ou acontecimento. Já o terceiro nível, o compreensivo, questiona a explicação dada ao fato ou acontecimento, formulando perguntas, cujas respostas advindas desses questionamentos permitirão a compreensão do mesmo. O autor já citado afirma que o conhecimento é produto de um processo social

coletivo. Esse conhecimento é desenvolvido pelo indivíduo no interior de um grupo social e em determinada classe social, em uma sociedade. Diz ainda que

quem procura adquirir conhecimento são os homens e são eles também que produzem conhecimento ao mesmo tempo em que produzem sua própria vida. Conhecer e existir fazem parte de um processo social. O homem é fundamentalmente um ser social. E, para existir, tem de conhecer (SANTOS, 2005, p.3).

Essa afirmação vem ao encontro do pensamento de Morin (1989), quando diz que os dados e informações precisam ser contextualizados para que adquiram sentido, ou seja, o homem constrói o conhecimento em um determinado grupo social, que é específico desse grupo e desse momento. Afirma ainda que na produção de conhecimento um indivíduo atua ao mesmo tempo como produto e produtor.

O conhecimento é uma atividade do homem, é social genericamente falando e aí, em grande medida, está o seu ponto de partida seja ele de que natureza for. Daí estar imerso naquela teia de significados, apontada por Geertz (1989). Ele é revelador da ação humana em seus múltiplos significados.

Ao se falar em conhecimento, vale dizer que o mesmo pode se manifestar de várias formas na literatura, como: conhecimento popular ou senso comum; conhecimento filosófico; conhecimento religioso ou teológico; conhecimento artístico ou estético e conhecimento científico. Essas formas de conhecimento remetem à seguinte indagação: de que tipo de conhecimento tratamos neste estudo?. Sem dúvida, do conhecimento científico, já que ele está no centro do fazer universitário. É em torno desse que alunos e professores e que a instituição universitária se organizam e criam uma dinâmica própria. Para efeito deste trabalho, focar-se-á apenas o conhecimento científico, que é a transformação em saber científico do que está no senso comum⁵.

O conhecimento científico não é mais ou menos importante do que as outras formas de conhecimento para a humanidade, mas pode-se dizer que é uma forma privilegiada, segundo o pensamento de Boaventura Sousa Santos em sua fala:

⁵ É um conhecimento acrítico, imediatista, crédulo. Não possui sofisticação. Não problematiza a ação sujeito/objeto. Acredita no que vê. Não distingue entre fenômeno e essência, entre o que aparece na superfície e o que existe por baixo. Ao mesmo tempo, assume informações de terceiros sem as criticar (DEMO, 1985, p. 30).

O conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e a sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação. Na medida das possibilidades, todos os países se dedicam à promoção da ciência, esperando benefícios do investimento nela (SANTOS, 2006a, p. 17).

O conhecimento pode ser sistematizado, para Trujillo (1974), de quatro formas, conforme característica específica para cada tipo, a saber:

Conhecimento Popular	Conhecimento Científico	Conhecimento Filosófico	Conhecimento Religioso
Valorativo	Real (factual)	Valorativo	Valorativo
Reflexivo	Contingente	Racional	Inspiracional
Assistemático	Sistemático	Sistemático	Sistemático
Verificável	Verificável	Não verificável	Não verificável
Falível	Falível	Infalível	Infalível
Inexato	Aprox. exato	Exato	Exato

Quadro 1 – Formas de conhecimento
Fonte: Trujillo, 1974, p. 11

Do ponto de vista daquele autor, o conhecimento científico é considerado real (factual) porque lida com ocorrências ou fatos, isto é, com toda a forma de existência que se manifesta de algum modo (TRUJILLO, 1974, p. 14). É contingente porque sua comprovação quanto a ser verdadeiro ou falso depende de comprovação por experimentação e não apenas pela razão, como ocorre no conhecimento filosófico. Esse conhecimento resulta do desejo de se dar explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas por meio de provas empíricas e de discussão; trata-se de um saber ordenado logicamente com idéias ligadas entre si e não conhecimentos dispersos e desconexos. Convém mencionar que o conhecimento científico não é gerado somente da experimentação nas ciências humanas e sociais. O que se poderia denominar de conhecimento científico é produzido por meio da argumentação criteriosa por ser sistemático, tendo por base certas teorias e métodos dela originados. A realidade humano/social é o grande universo a partir do qual elementos de diferentes naturezas são trazidos sob a forma de problemas para serem submetidos ao rigor analítico do estudioso.

Embora pertinentes às apreciações sobre conhecimento trazidas por Trujillo (1974), é preciso datá-las. Elas remetem a um tempo em que o conhecimento, destacadamente o científico, era concebido como verdade, razão pela qual ele lida

com termos, como: verdadeiro, falso, exato, inexato, entre outros. A contemporaneidade tem mostrado que mesmo assim deve ser entendido, já que é a própria dinâmica científica que respalda a factibilidade, verdade, etc.

O conhecimento científico deve ser desenvolvido com uma metodologia, ou seja, com procedimentos, ferramentas e, por assim dizer, caminhos próprios, dados pela exigência de sistematização e de rigor que são necessários à sua validade em qualquer que seja sua área. É fora de dúvida que, na pesquisa científica, haja necessidade de um rigor; entretanto, a esse respeito a posição de Santos (2001, p. 32-33) é que o rigor científico é fundado no rigor matemático, mas a experiência rigorosa é irrealizável, pois exigiria um despêndio infinito de atividades humanas. Afirma ainda que a precisão quantitativa do conhecimento é estruturalmente limitada.

Do ponto de vista de Zilles (1994, p. 164), somente é considerado conhecimento científico se puder ser verificável, ou seja, comprovado. Para explicar o conjunto de um fenômeno ou de diversos, o cientista inventa conjecturas fundadas, de alguma maneira, no saber adquirido. É falível, já que é passível de engano ou erro, não sendo definitivo e absoluto ou final e, portanto, é aproximadamente exato, já que novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente (MARCONI; LAKATOS, 2000; TRUJILLO, 1974).

No entendimento de que o conhecimento científico é “aproximadamente exato” pelos três autores mencionados, talvez haja um equívoco de interpretação do que seja aproximadamente exato. Segundo Ferreira (1986), aproximar é deixar o mais perto possível; já o termo exato quer dizer algo certo, preciso, rigoroso, que não deixa margem para erro. Não se pode fazer essa afirmação sobre o conhecimento científico, porque nele as “certezas” são temporárias, nada é permanente e definitivo. Essa verdade permanece até que outra verdade se sobreponha a ela, por comprovação científica.

O conhecimento científico se apresenta como um recorte da realidade, é constituído de aproximações sucessivas, nunca esgotadas. As teorias científicas são esforços de aproximação da verdade, jamais pontos de vista últimos ou definitivos, sendo esse provisório e relativo; é produzido por um processo evolutivo, formado por rupturas, crises, avanços, retrocessos. Sendo assim, convida o pesquisador a estar

aberto a mudanças constantes, revendo teorias não confirmadas. Além disso, há a dimensão da intervenção humana.

As mudanças acontecem de forma cada vez mais rápidas e constantes. Basta acompanhar os telejornais, em que se mostra que uma nova pesquisa chega a outras conclusões sobre o uso de alimentos para prevenção de doenças. Muitos desses alimentos, até pouco tempo atrás, eram proibidos para essas doenças. Esse é apenas um exemplo corriqueiro das mudanças em pesquisas científicas, em que um novo conhecimento vem à luz por meio de novos estudos. Diante disso, pode-se afirmar que ele é mutável e dinâmico, está constantemente se reorganizando perante novas descobertas. A ciência progride a partir da tentativa de solucionar problemas. O erro ou a não comprovação de uma hipótese inicial oportuniza um aprendizado de não repetir o que foi feito até esse ponto e dessa forma. O conhecimento humano se dá a partir do direito que se tem de errar e aprender com erros também. Não existe fonte última de conhecimento que garanta a verdade absoluta.

No entendimento de Freire-Maia (1992, p. 30),

a ciência visa à procura da verossimilhança – isto é, do que nos pareça ser verdadeiro. O cientista que, em geral, parte dos fatos para, em seguida, elaborar a sua descoberta. A crença popular de que a ciência conduz à verdade deriva de outra crença: a de que são os fatos que geram a descoberta. E como, segundo o refrão popular, contra os fatos não há argumentos, assim se desenvolveu o mito de que a ciência tudo pode explicar e que, por definição, suas explicações são verdadeiras. Nada disso é correto. A pesquisa mais elementar parte de uma hipótese (teórica) e mesmo a mais simples descoberta não é gerada pelos fatos, mais resulta de uma interpretação deles [...] Não é raro que cientistas formulem idéias diferentes diante dos mesmos dados.

A esse respeito Santos (2006a) afirma que a ciência opera autonomamente, segundo as suas próprias regras e lógicas, para produzir um conhecimento verdadeiro ou tão próximo da verdade quanto é humanamente possível. A verdade consiste na representação fiel ou, pelo menos, o mais aproximada possível da realidade que existe, independentemente das formas que assume e dos processos pelos quais é produzido o conhecimento que se tem dela.

A produção do conhecimento é mediada pela condição humana de quem o produz. Eis aqui a dimensão da subjetividade tão acertadamente posta pela fenomenologia. Por outro lado, a objetividade é um ideal válido para o trabalho

científico, que deve ser buscada com garra. A ciência não pode deixar de lado o seu ideal de não-tendenciosidade. Assim é porque os fatos observados correm o risco de serem distorcidos pelos preconceitos daquele que observa, o que pode levar ao falseamento da realidade apresentada (MORAIS, 1988). O próprio Moraes, já citado, mostra que a subjetividade do pesquisador na pesquisa científica é valorizada por quatro aspectos: a) necessidade de pré-estruturas⁶ para a aquisição de novos conhecimentos; b) necessidade mesmo de certa cultura do sujeito (conhecimento anteriores) para uma aproximação mais consciente aos novos fenômenos; c) capacidade lógica (portanto subjetiva) de relacionar inteligentemente dados que, de outra maneira, permaneceriam esparsos e sem sentido; d) necessidade de certa participação (engajamento humano) naquilo que está sendo investigado para um conhecimento mais profundo.

De acordo com Ruivo (2006a), o que a ciência faz são leituras, representações da natureza, em que o tipo de objetividade do conhecimento que se pode ter é a “objetividade construída”. Por mais subjetivo que tenha sido o processo de formulação de uma conjectura, por mais escolhas que tenham havido na forma de fazer falar a natureza, os resultados finais são um saber partilhado, são considerados fatos depois de serem testados independentemente por diferentes investigadores, isto é, depois de serem alvo de um amplo consenso.

Pode-se dizer que, em quaisquer formas sob as quais o conhecimento se apresente, num determinado momento histórico ou limitado a uma sociedade específica, é sempre objeto de debate sobre sua natureza, sobre os seus limites e sua contribuição para o bem social. O debate gira obrigatoriamente em torno de que formas privilegiadas do conhecimento conferem avanço social, político e cultural a quem os detêm (SANTOS, 2006a). A fim de se situar melhor a idéia de conhecimento científico, tece-se a seguir algumas considerações históricas sobre o conhecimento.

2.2 CONHECIMENTO: RETOMADA HISTÓRICA

⁶ A psicologia ensina que, para fixar um conhecimento novo, são necessárias pré-estruturas, ou seja, a mente não pode ser uma “tábua rasa” (MORAIS, 1988, p. 89).

O conhecimento desde a Antiguidade passou por uma série de fases caracterizadas por idéias acerca do mundo. Assim, resgatando a história social do conhecimento, na Europa moderna ele foi classificado por grupos diferentes de maneiras também diferentes. Uma distinção recorrente era feita entre conhecimento teórico e o conhecimento prático, o conhecimento dos filósofos e o dos empíricos, Ciência (*scientia*) e Arte (*ars*). Há distinção também entre conhecimento público e privado. O privado no sentido de restrito a um grupo particular da elite. Já o conhecimento público gerava controvérsia e respondia de maneira diferente por diferentes gerações. Esse conhecimento também passou pela censura de textos, como, por exemplo, a Bíblia. A confiabilidade também foi questionada por diferentes culturas e em diferentes períodos, o objetivo de saber tudo sobre tudo foi um ideal perseguido (BURKE, 2003).

Na Antiguidade, do ponto de vista da produção do conhecimento, três pensadores se destacaram: Sócrates, Platão e Aristóteles. Eles viveram em Atenas, pelo menos durante o período central de sua produção, e suas obras não influenciaram apenas o momento histórico em que viveram, mas também o próprio desenvolvimento da filosofia e da ciência. Aqueles pensadores caracterizaram-se por suas reflexões sobre as bases para a produção do conhecimento rigoroso. Estavam envolvidos na busca de formas de ação que levariam o homem a produzir conhecimento, e todos propuseram métodos para isso (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 1999).

Sócrates, Platão e Aristóteles acreditavam que:

A proposição de métodos para a produção de conhecimento do e para o homem está associada à crença de que pela via do conhecimento das verdades, pela via do conhecimento objetivo, seria possível formar cidadãos e, portanto, seria possível transformar a cidade para que essa fosse melhor e mais justa. Acreditavam que o conhecimento – a filosofia – tinha uma função social, e a formação de suas escolas é a demonstração disso. Pela primeira vez, fundavam-se instituições particulares com a preocupação de transmitir e produzir conhecimento (e não importa que cada uma delas fosse marcada por concepções metodológicas e prioridades diferentes). Pela primeira vez, também, a formação dos cidadãos foi encarada como sendo tarefa fundamental para que se pudesse transformar (ou manter) a sociedade (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 1999, p. 59).

Na Idade Média a maioria dos professores e alunos das universidades era constituída por membros do clero, muitas vezes de ordens religiosas, principalmente dominicanos, que contavam com o mais famoso professor medieval, Tomás de

Aquino (BURKE, 2003, p. 28). Nesse período (século V ao século X – Alta Idade Média - e do século XI ao século XV – Baixa Idade Média) o conhecimento era privilégio de poucos. Hoje ainda o é, principalmente do ponto de vista científico.

É possível falar do conhecimento científico somente após o século XV, com o desenvolvimento da ciência moderna. Desde o século XVII, as sociedades ocidentais têm privilegiado epistemológica e sociologicamente a forma de conhecimento que se designa por ciência moderna. Entre os séculos XVI e XVII, alguns nomes, como Filosofia Natural, Magia Universal, Nova Ciência, Filosofia Experimental, foram atribuídos à ciência moderna (ALFONSO-GOLDFARB, 1994). Houve muita discussão e debates sobre essa ciência que estava nascendo, sobre quais seriam seus pontos de apoio, seus temas principais, etc. Dentre as correntes, linhas, escolas e pensamentos, estavam os que achavam que a ciência deveria retomar os conhecimentos clássicos⁷. Outros pensavam que o melhor seria acabar com os conhecimentos clássicos, começar da estaca zero e ouvir da própria natureza o que ela teria a contar (ALFONSO-GOLDFARB, 1994).

A nova forma de conhecimento se autoconcebeu como um novo começo, uma ruptura em relação ao passado, uma revolução científica, como foi caracterizada mais tarde. O conhecimento centrou-se na ciência moderna, nos fundamentos da validade privilegiada do conhecimento científico, nas relações desse com outras formas de conhecimento (filosófico, artístico, religioso, etc.) nos processos de produção da ciência e no impacto da sua aplicação. A ciência moderna propôs-se não apenas a compreender o mundo ou explicá-lo, mas sobretudo a transformá-lo (SANTOS, 2006a).

Na história social do conhecimento a figura do intelectual surge em meados do século XIX na Rússia, quando a palavra *intelligentsia* foi cunhada para referir-se aos homens de letras ou homens do saber que não queriam ou não conseguiam encontrar posições na burocracia. Historiadores, como Jacques Le Goff, falam de intelectuais na Idade Média, pelo menos em relação às universidades (BURKE, 2003). Essas pessoas dedicavam-se a estudos, reflexões ou especulações acerca de idéias. Eram privilegiadas em relação a outras por conhecerem as letras, o que os tornava superiores.

⁷ São conhecimentos que surgiram na Grécia Antiga por pensadores que vão de Tales de Mileto a Aristóteles e que passaram para a civilização helenística e o mundo romano. Alguns estudiosos chamam esse período de clássico greco-romano.

Na categoria de homens das letras ou letrados estavam incluídos os professores. Foram denominados humanistas por seguirem um novo estilo de currículo universitário e eram um novo tipo de letrados. Alguns faziam parte de ordens religiosas, mas muitos eram leigos e ensinavam em escolas e universidades, ou atuavam como tutores privados, ou, ainda, dependiam da liberalidade de seus patronos ou mecenas (BURKE, 2003). O número de intelectuais foi aumentando, mas por volta de 1600, na Europa, ficou evidente um processo de diferenciação estrutural entre os letrados. Os escritores formavam um grupo semi-independente. Aumentou também uma diferenciação social no mundo do saber, o que gerou conflitos entre diferentes grupos.

A idéia de conhecimento na Inglaterra, no início do século XVII, e como entendida por Isaac Barrow, era que o conhecimento não seria a informação sobre “questões óbvias e vulgares”, mas sobre “temas sublimes, abstrusos e intrincados, distantes da observação e do senso comum” (BURKE, 2003).

Por muito tempo, a imagem da história das ciências foi concebida como um acúmulo contínuo de um número crescente de verdades. Até que veio o historiador da ciência, Thomas Kuhn que em suas investigações, se deu conta de que as ciências também haviam produzido um monte de disparates e que a refutação desses havia contribuído para o seu progresso. Portanto, a ciência não poderia ser descrita apenas como acúmulo de verdades, mas também como acúmulo de disparates (SCHWANITZ, 2007).

A ciência aos poucos vai criando um perfil único, cada vez mais parecido com aquele que se conhece atualmente. É no século XIX que se cria o termo ciência⁸ em seu sentido moderno. A palavra cientista passa, por sua vez, a ser usada para nomear aqueles que se dedicam a estudos específicos. A ciência influencia desde a mudança de currículo das escolas até o desenvolvimento das nações (quem não tivesse uma boa ciência, como até hoje, perdia o trem da História). Mas a ciência, que parecia um corpo de conhecimentos quase prontos e acabados, sofreu ainda sérias transformações no século XX (ALFONSO-GOLDFARB, 1994).

O conhecimento passa por diversas fases de desenvolvimento ao longo da história pois novas teorias e descobertas surgem e vão contribuindo para a transformação da sociedade em seus diferentes aspectos. Os meios de

⁸ Conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto, especialmente os obtidos mediante a observação, a experiência dos fatos e um método próprio (FERREIRA, 1996).

comunicações, entre eles o livro, e a tecnologia da informação têm uma participação importante na democratização do conhecimento. Com o advento da internet, que é uma fonte inesgotável de informação, a aquisição da informação não é privilégio somente das escolas e universidades. Atualmente qualquer pessoa pode informar-se sobre o que tiver interesse, acessando a internet de seu computador em casa e em locais apropriados para os que não possuem computador doméstico. A biblioteca é um desses locais, pois que além de disponibilizar coleções impressas, em sua grande maioria põe a disposição computadores para acesso à internet. Mas com essa facilidade de acesso, criou-se o problema de quantidade: é tanta informação veiculada que se torna impossível ter conhecimento de tudo que está sendo publicado, ou seja, o mundo moderno trouxe uma questão oposta à da Antiguidade, que era o pouco acesso à informação. Além disso, o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação possibilita o acesso à informação pela Internet, embora esse acesso esteja longe de resolver as questões de desigualdades sociais, porque também criou os excluídos digitais.

Segundo documento da Unesco (1999) sobre política de mudança e desenvolvimento no ensino superior,

o termo biblioteca tomou um significado novo nas modernas instituições acadêmicas. Não mais um lugar onde livros e outros materiais escritos, relevantes para o ensino e a pesquisa, são regularmente colecionados, catalogados e preservados. Está se tornando, cada vez mais, um centro nervoso para interação entre aqueles que providenciam as informações e seus usuários, dos quais o ensino moderno e a pesquisa dependem. Juntamente com arquivos e museus, as bibliotecas providenciam não somente um local físico, mas também um contexto intelectual para a guarda, preservação e troca do conhecimento.

2.3 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

O conhecimento científico continua sendo produzido em larga escala dentro das universidades e é armazenado, preservado, disponibilizado e socializado por meio das bibliotecas universitárias, as quais têm, entre outros, o objetivo de resguardar toda a produção científica da instituição em que está inserida, dando a essa produção visibilidade perante a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Na relação entre universidade e biblioteca universitária, o conhecimento científico exerce uma função mediadora em dois sentidos. O primeiro, por meio da produção científica acadêmica inerente à idéia de universidade, e, o segundo, articulado a esse entendimento por estar esse conhecimento em grande medida “armazenado” sob diferentes suportes em espaços das bibliotecas. Nesse sentido a biblioteca universitária pode ser entendida como uma grande expressão de objetivação/concretização do conhecimento a ser socializado, justamente pela sua função de armazenamento.

A socialização do conhecimento é um dos objetivos da biblioteca universitária. Estando ela inserida na universidade, que é um centro gerador de conhecimento, cabe-lhe então essa tarefa, porque de nada adianta um acervo riquíssimo, com obras antigas preservadas e coleções de periódicos, livros impressos e eletrônicos, se não estiverem visíveis à sociedade. Para tanto, é imprescindível que a biblioteca universitária faça uso de novas tecnologias de informação como aliada para dar visibilidade aos seus serviços e produtos. É função da biblioteca universitária ofertar suporte informacional à comunidade acadêmica e ainda servir de repositório para a produção científica da universidade.

Sabe-se, entretanto, que a quantidade de informação cresceu muito nos últimos anos, sendo impossível a biblioteca absorvê-la completamente. Para ampliar o acesso à informação, cabe-lhe fazer parcerias com outras instituições, participar em redes para ampliar o acesso à informação e garantir que seus usuários serão atendidos em suas necessidades.

O conhecimento científico parte, como já dito, de um pré-conhecimento, um conhecimento acumulado, é dinâmico e está permanentemente sendo revisto e atualizado; principalmente nas áreas das ciências exatas e da saúde, nas quais os avanços são mais rápidos.

No âmbito da biblioteca universitária as transformações e mudanças também são visíveis e constantes, até porque elas, de forma mais lenta, também acompanham as mudanças da sociedade, já que existem em função de uma sociedade e não podem estar fora desse processo. Na contemporaneidade a biblioteca universitária coabita com acervo impresso de materiais antigos, aí dando ênfase à preservação da memória ou patrimônio cultural coletivo (conhecimento acumulado) e acervo virtual/digital (conhecimento em desenvolvimento, mutável, inacabado).

A importância do conhecimento acumulado para a humanidade encontrado nas bibliotecas está em servir de base, ponto de partida, que possibilita, a partir do já conhecido e aceito, a produção de um conhecimento novo. Esse dinamismo em torno do conhecimento acumulado permite afirmar que ele é inacabado. Já o conhecimento disponibilizado de forma virtual/digital caracteriza-se por ser atual, mutável e também inacabado. Ambos são necessários e cada um tem a sua importância, como o saber para o desenvolvimento da sociedade humana. Nesse sentido, a biblioteca pode ser comparada à ciência que não pode desprezar o antigo e permanecer somente com o novo, atual.

Conhecimento científico, universidade e biblioteca universitária são indissociáveis e formam uma teia. À universidade cabe a produção do conhecimento científico; já à biblioteca universitária cabe a organização, armazenamento e mediação à acessibilidade tanto à informação quanto ao conhecimento científico.

Universidades e bibliotecas apresentam, ao longo de suas histórias, os mesmos problemas, como acesso restrito a poucos intelectuais, censura, crises e revoluções. Como já se viu na história das universidades, ela surge em torno de poucas pessoas da Igreja e de intelectuais. As primeiras bibliotecas igualmente tinham mais a função de esconder e proteger o conhecimento da sociedade em benefício de poucos letrados.

Ter conhecimento significa ter poder, afirmações que se ouve muito atualmente. A expressão “conhecimento é poder” é de Francis Bacon. Demonstra que essa relação entre conhecimento e poder não é recente, muito pelo contrário, já se manifesta desde o século XVIII, período da Revolução Científica Moderna, relação essa evidenciada ao se indagar quais são os países que dominam a economia mundial, as tecnologias, as patentes de remédios, etc. A resposta é óbvia: são aqueles que detêm o conhecimento, que investem em pesquisas.

Ter conhecimento, de forma geral, também possibilita ao cidadão saber cobrar seus direitos sociais, participar das decisões de seu país, assumir sua responsabilidade perante a sociedade de forma consciente e segura, não correndo o risco de ser manipulado.

O conhecimento científico tem na biblioteca universitária o seu alento, digamos assim. É dela que ele se nutre, porque aí estão dispostos os livros, compêndios, periódicos, audiovisuais, além de acesso a materiais que se constituem em conhecimento que, por sua vez, dão ao pesquisador novas possibilidades de

produzir/elaborar novos conhecimentos. Essa possibilidade põe em cena também novas oportunidades de criação, tenha ela o ponto de partida teórico ou prático. O pesquisador, ou se quiser, o estudioso estabelece uma relação de constante interatividade com a biblioteca por meio do acervo que ela contém, mesmo que utilize apenas algumas obras. É lá que ele estabelece uma relação de encontro, muitas vezes de aceitação, outras de questionamentos que estabelece com os conteúdos contidos nas obras lidas.

O conhecimento, no entanto, chega à atualidade cada vez mais acessível em suas diversas formas de manifestação, quer seja filosófico, teológico, artístico, popular ou mesmo científico, ao maior número de pessoas de qualquer posição social. À biblioteca de forma geral, universitária, escolar, especializada ou pública, cabe tornar o conhecimento mais democrático, facilitando-lhe o acesso.

Trabalhar informações, na perspectiva de transformá-las em conhecimento, é primordialmente tarefa das instituições educativas. A universidade, de maneiras que variam em sua história, desde muito tempo trabalha o conhecimento (ANASTASIOU; PIMENTA, 2002). Faz-se então necessário tentar-se entender como se dá a formação do professor universitário em relação à construção do conhecimento científico.

2.4. CONHECIMENTO CIENTÍFICO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O conhecimento científico, como já se afirmou é o desenvolvido na universidade. Portanto, é inserido nesse conhecimento que o professor universitário transita como mediador entre o estudante, como pesquisador, produtor e disseminador do conhecimento. O reconhecimento da pesquisa como aliada no trabalho e na formação de professores é citado por autores, como por exemplo, Pimenta e Anastasiou (2002), André (2001), Balzan (2000), Severino (2002), dentre outros, como uma necessidade principalmente no ensino superior.

Aqui se depara com as seguintes indagações: Será que esse profissional foi preparado para atuar no papel de pesquisador, produtor do conhecimento e orientador, sendo ele o mestre no sentido de formar seguidores com idéias, ou seja, homem conhecedor de grandes doutrinas, que ensina e serve de guia? Como se

constrói esse conhecimento no professor para que ele possa atuar? São questões muito complexas, subjetivas e difíceis de responder.

À medida que se iniciam leituras e reflexões sobre a formação de professores universitários, percebe-se, a complexidade do tema. Para se tentar entender esse processo de formação e atuação docente voltado para a produção do conhecimento, traz-se à luz desta pesquisa as teorias de autores que têm o tema como objeto de estudo: Severino (2002); Pimenta (1999); Pimenta e Anastasiou (2002); Nóvoa (1995a, 2001b), entre outros.

Para as autoras Pimenta e Anastasiou (2002, p.103-104), o ensino universitário caracteriza-se como um processo de busca e de construção científica e crítica do conhecimento. Essa tarefa supõe as seguintes disposições: a) pressupor o domínio de um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas científicas que devem ser ensinados criticamente (ou seja, em seus nexos com a produção social e história da sociedade); conduzir a uma progressiva autonomia do aluno na busca de conhecimentos; o desenvolver a capacidade de reflexão; habilidade de usar documentação; domínio científico e profissional do campo específico; b) considerar o processo de ensinar e aprender como atividade integrada à investigação; c) propor a substituição do ensino que se limita à transmissão de conteúdos teóricos por um ensino que constitua um processo de investigação do conhecimento; d) integrar a atividade de investigação à atividade de ensinar do professor, o que supõe trabalho em equipe; e) buscar criar e recriar situações de aprendizagem; f) valorizar mais a avaliação diagnóstica e compreensiva da atividade do que a avaliação como controle; g) procurar conhecer o universo cognitivo e cultural dos alunos e, com base nisso, desenvolver processos de ensino e aprendizagem interativos e participativos, dentre outras características.

Conforme essas características, percebe-se que não é uma tarefa fácil a atividade do professor universitário, pois não pode apenas transmitir/reproduzir os conhecimentos sedimentados e desenvolvidos por outras pessoas, mas deve, sim, tomar esses conhecimentos, ou seja, apropriar-se deles. E a partir daí refletir, concordar ou discordar, problematizar, questionar, tentar ver por outro ângulo, levantar outras possíveis respostas. Isso é construir um novo conhecimento, é essa atitude investigativa que se espera do professor universitário para que ele possa desenvolver em seus alunos a mesma atitude.

O movimento que valoriza a pesquisa na formação do professor é bastante recente. Ganha força no final dos anos 80 e cresce substancialmente na década de 90 (ANDRÉ, 2001, p. 56). Esse novo movimento trouxe discussões em torno do tema tanto em âmbito nacional como internacional e muitos textos têm sido escritos sobre a relação ensino-pesquisa na formação do professor.

Balzan (2000) levanta questões sobre essa articulação como, por exemplo: É possível a realização de um ensino de boa qualidade sem pesquisa? O êxito de um professor depende de ser ele obrigatoriamente um pesquisador? Responde aquele autor:

Sim, embora difícil, atingir um ensino de boa qualidade sem pesquisa. Trata-se dos casos raros em que o docente é dotado de uma capacidade invejável de comunicar-se com seus alunos. Leitor assíduo de jornais e revistas, atualizado em sua própria área de conhecimentos, discursa em tom apaixonado sobre um determinado tema, relaciona conceitos a fatos, faz perguntas, responde a maioria delas e deixa algumas em aberto. *Fala com o corpo todo*, estimula a curiosidade científica... [...]. Exceto os casos que se aproximam desse exemplo e que constituem, de fato, absolutas exceções, a articulação ensino-pesquisa é necessária para que se alcance um ensino de alta qualidade ou, se preferirmos, em nível de excelência (BALZAN, 2000, p. 116).

Continua Balzan (2000) em seu questionamento: E o professor, especialmente o que atua em nível universitário, deve ser obrigatoriamente um pesquisador? Ele afirma:

Não, se entendermos o termo *pesquisador* em seu sentido mais radical, absoluto. Se, por um lado, é legítimo esperar que o professor universitário seja um pesquisador, por outro lado, também deve haver lugar na universidade para pessoas que gostem de ensinar, que tenham paixão pela docência, mas que não se considerem *talhadas* para a pesquisa. No entanto, deve ser cobrada dessas mesmas pessoas a atualização constante nas disciplinas que lecionem, assim como na área e subáreas de conhecimento em que elas se inserem. [...] Se essa qualidade não for exigida, teremos forçosamente um dador de aulas, um repetidor de informações que se superam cada vez com maior rapidez. Evidentemente, esse perfil estará em desacordo com o perfil do docente necessário para este final de século (BALZAN, 2000, p. 117).

Deixando de lado as questões dos riscos, benefícios e armadilhas para a profissão docente na inserção da pesquisa em sua formação, porque esse não é o foco do trabalho, passa-se à discussão da forma como essa articulação entre ensino e pesquisa pode se dar na formação do professor universitário.

André (2001) sugere pelo menos três possibilidades dessa articulação: 1) que a pesquisa se torne um eixo ou um núcleo do curso, que ela integre o projeto

pedagógico de formação inicial e continuada da instituição, construído pelos atores envolvidos, considerando os recursos e condições disponíveis, com disciplinas e atividades planejadas, visando a desenvolver habilidades e atitudes de investigação nos futuros professores; 2) que os docentes insiram seus próprios temas e projetos de pesquisa nos programas das disciplinas, o que oportuniza ao aluno, ainda em sua formação, discutir resultados, analisar dados, perceber a metodologia utilizada e que, a partir daí, tenha condições de propor e gerar novos temas e problemas ; 3) outra possibilidade seria a pesquisa em colaboração, utilizando diferentes metodologias⁹ e realizando trabalhos conjuntos dos professores da universidade com os profissionais das escolas.

Severino (2002) ressalta que o corpo docente da universidade deve ter formação pós-graduada e esclarece que não é apenas o diploma que conta, mais, sim, a experiência real de construção do conhecimento, haja vista que esse contato com a produção do conhecimento se dá dentro da pós-graduação. Enfatiza que preparando um bom pesquisador é que se prepara o bom professor universitário.

Severino e Pimenta (2002, p.17a) entendem que “a construção do conhecimento se dá através da prática da pesquisa”. Ensinar e aprender só ocorrem significativamente quando decorrem de uma postura investigativa de trabalho”. Esses autores acreditam que a pesquisa deve ser um princípio cognitivo trabalhado nos alunos para desenvolver a atitude investigativa, passando a princípio formativo também na docência. Para tanto, o professor evidenciar espírito de busca.

De acordo com Demo (2000b), o professor universitário é um profissional da pesquisa, porque sem pesquisa não há vida acadêmica, seria apenas um repasse, uma cópia de informações. Ele estabelece uma distinção entre o professor que faz pesquisa menos exclusiva e o professor que tem a pesquisa como propedêutica central. Diz que o professor universitário deveria ser pelo menos um pesquisador propedêutico, assumindo a papel de orientador da pesquisa do aluno.

O professor que atua tanto no ensino com em pesquisa para Nóvoa (2001b) é o professor-pesquisador que pesquisa ou que reflete sobre sua prática, é o indagador, que assume a sua própria realidade escolar como um objeto de pesquisa, como objeto de reflexão, como objeto de análise. Nóvoa, no entanto, não esclarece sobre que tipo de pesquisa está falando. Parece lidar com a idéia de

⁹ Metodologias citadas: resgate da memória educativa, autobiografia, combinação da etnografia com a pesquisa-ação, diário reflexivo, leitura crítica da prática, pesquisa-ação.

princípio de pesquisa e não de fazer pesquisa, ou seja, assumir uma atitude reflexiva a partir da prática não significa estar fazendo pesquisa, pois ela exige procedimentos sistemáticos e rigorosos de coleta e análise dos dados. Pesquisa impõe que o conhecimento produzido seja submetido à comunidade científica, que irá confirmar ou não esse conhecimento como científico.

De acordo com Beillerot (2001), existe uma diferença entre estar “em” pesquisa e “fazer” pesquisa. “Estar em pesquisa” seria toda a pessoa que reflete sobre problemas ou dificuldades que ela encontra, ou então, sobre os sentidos que tenta descobrir tanto na vida pessoal quanto social. Novas correntes de pensamento tentam fazer desse trabalho reflexivo e da experiência um meio privilegiado de formação. Já a expressão “fazer pesquisa” implica outros procedimentos, como: encontrar os meios para uma objetivação de questões e de preocupações para poder estudá-las.

Fazer pesquisa é fazer ciência e

quaisquer que sejam os pressupostos epistemológicos e as mediações técnico-metodológicas, existirá sempre, no processo de conhecimento científico, uma interpretação teórica de dados empíricos, entrelaçamento do lógico com o real, do qual germina uma significação (SEVERINO, 2002, p. 70).

A formação de professores no processo educativo se dá por meio da teoria e da prática, teoria essa desenvolvida por pesquisadores e extremamente importante numa primeira fase da formação profissional. Mas a teoria deve ser articulada com a prática. O cotidiano e a vivência como docente vai possibilitar que se desenvolva uma competência em relação à crítica e à análise da prática, ou seja, refletir sobre ela.

A esse respeito Nóvoa (1995a, p. 25) entende que

a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal.

Por outro lado, para a atuação docente são necessárias competências e saberes específicos, que devem ser desenvolvidos de forma contínua. A experiência desenvolvida pela prática, adquire valor se for feita uma reflexão sobre ela pelos professores. Desse modo,

A experiência de cada um só se transforma em conhecimento através desta análise sistemática das práticas. Uma análise que a análise individual, mas que é também coletiva, ou seja, feita com colegas, nas escolas e em situações de formação (Nóvoa, 2001, p.3).

Nóvoa (2001) justifica seu ponto de vista a respeito da experiência quando diz que “a experiência, por si só, pode ser mera repetição, uma mera rotina, não é ela que é formadora. Formadora é a reflexão sobre essa experiência, ou a pesquisa sobre essa experiência”. O próprio Nóvoa afirma que considera como competência importante para a prática do professor a compreensão do conhecimento. Segundo ele, não basta deter o conhecimento para saber transmiti-lo a alguém, é preciso compreendê-lo, ser capaz de reorganizá-lo, ser capaz de reelaborar e de transpô-lo. Pimenta (1999) compartilha da mesma opinião de Nóvoa sobre a importância dos saberes da experiência, necessários à docência.

Pimenta e Anastasiou (2002) apontam para as exigências legais de um percentual do corpo docente composto de especialistas, mestres e doutores atuantes na graduação, ou seja, professores universitários com experiência em pesquisa. Enfatizam que um reconhecido pesquisador que produz acréscimos significativos às teorias existentes, não garante de excelência no desempenho pedagógico. Isso acontece porque a atividade de pesquisa e o ensinar seguem métodos diferenciados nos seguintes componentes: os sujeitos envolvidos, o tempo, os resultados, o método e o conhecimento.

Em relação à formação do professor universitário, os autores Pimenta e Anastasiou (2002), Severino (2002) e Nóvoa (2001) compartilham a mesma opinião quanto ao fato de que a reflexão sobre a prática possibilita ao professor desempenhar suas atividades, construindo um novo pensar de suas ações, reconstruindo a teoria existente, ou seja, produzindo um novo conhecimento. E constatam que a pesquisa é inerente e essencial à profissão docente.

No entanto, isso não significa que todos os professores que adotam uma postura reflexiva da prática na atuação docente possam ser considerados pesquisadores. Entende-se que essa é uma postura quase obrigatória para o professor universitário, pois que para ser considerado professor-pesquisador é necessário mais que isso, ou seja, algumas exigências por parte das instituições que reconhecem e conferem o *status* de pesquisador a esses professores precisam ser preenchidas. Para poder atuar em grupos de pesquisas institucionais, a primeira

exigência é ter o título de doutor, o que demonstra que esse professor tem domínio das metodologias e técnicas de pesquisa.

Percebe-se que ainda não é uma realidade a articulação do ensino-pesquisa na formação de professores, que o desenvolvimento dessa competência se dá obrigatoriamente nos cursos de pós-graduação. Mas para o professor universitário essa competência é essencial, porque só assim ele terá mais condições de orientar e desenvolver a atitude investigativa em seus alunos.

CAPÍTULO 3 - UNIVERSIDADE, BIBLIOTECA E CONHECIMENTO NA ÓTICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O problema que orienta esta pesquisa foi investigado por meio de um estudo de caso, que é uma das maneiras possíveis de realizar uma pesquisa social e “representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo com e por que, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 1).

De acordo com Triviños (1987, p. 133), “o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objetivo é a unidade que se analisa profundamente”. Já para Antônio Chizzotti (2003) o estudo de caso é

uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora (CHIZZOTTI, 2003, p. 102).

Optou-se por estudar o caso da biblioteca universitária e sua contribuição para a produção científica na IES específica por se tratar de uma instituição de renome no Paraná, com diversos programas de pós-graduação *stricto sensu* e por estar com o programa para iniciação científica/PIBIC institucionalizado desde 1992. Além disso, a IES está entre as melhores instituições privadas de ensino superior e de pesquisa no cenário nacional (SITE DA IES, 2007). O que a *a priori* a qualifica para o estudo.

O tipo de pesquisa que foi utilizado é a qualitativa, que descreve e analisa a complexidade de um problema real. Segundo Minayo,

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço

mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2000, p 21-22).

Para contextualização do tema foi realizada uma pesquisa bibliográfica que teve como propósito de fundamentar com as teorias sobre o assunto, o interesse da pesquisa. Para montar perfil dos professores e posteriormente convidá-los a participar da pesquisa, foi realizada uma análise documental e analisados relatórios de uso da biblioteca e serviços disponibilizados à comunidade acadêmica. Os dados foram fornecidos pela Biblioteca Central.

Os participantes da pesquisa foram selecionados dentro do universo de professores da IES, lotados em um *campus* específico, com atuação somente em sala de aula na graduação, professores-pesquisadores integrantes dos Grupos de Pesquisa da instituição com atuação na graduação e pós-graduação, e ainda alunos inseridos em Programas de Iniciação Científica (PIBIC)¹⁰. O período investigado foi de 2002 a 2005.

Limitou-se o universo de sujeitos a dois professores de cada área do conhecimento de acordo com a distribuição dos Centros da IES estudada, ou seja, dois professores da área de humanas; dois da área de exatas; dois da área da saúde; dois da área das jurídicas e sociais e dois da área de ciências sociais aplicadas, bem como dez alunos-PIBIC. Desse modo o número de participantes envolvidos na pesquisa, entre professores e alunos, totaliza vinte e um participantes.

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se o questionário semi-estruturado direcionado aos professores (APÊNDICE A) e outro aos alunos (APÊNDICE B). Realizou-se um pré-teste com três pessoas escolhidas aleatoriamente, uma de cada categoria, para verificar se as questões colocadas no instrumento estavam adequadas, o que foi corroborado por elas, já que nenhuma teve dificuldade de entendimento das questões.

¹⁰ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Programa que introduz o aluno na pesquisa científica, que tem como objetivos: a) despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação; b) contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores; c) propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação; d) estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação; e) contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa; f) contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação; g) estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural; h) proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto como os problemas de pesquisa (www.cnpq.br).

Inicialmente foram levantados os nomes dos professores, professores-pesquisadores e alunos-PIBIC que participaram deste estudo junto ao cadastro institucional da IES. Em seguida procedeu-se a um levantamento da produção científica dos participantes por meio do acesso ao Currículo Lattes¹¹.

Os critérios adotados para selecionar os participantes da pesquisa foram: professores com formação em nível de *lato sensu*, atuando como docentes exclusivamente na graduação e não envolvidos em grupos de pesquisas institucionalizados; professores-pesquisadores com produtividade científica e tempo de atuação em grupos de pesquisas; alunos-PIBIC que tiveram seus trabalhos incluídos nos Cadernos de Resumos de Seminários de Iniciação Científica da IES.

Para desenvolver o estudo, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP - da IES que após análise, recebeu o parecer “aprovado”. Em seguida, solicitou-se aos participantes selecionados a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A), que autoriza a utilização dos dados na pesquisa e lhes garante anonimato. Esse Termo também foi obtido junto à direção do Sistema Integrado de Bibliotecas da IES, para levantar e utilizar na pesquisa dados de serviços oferecidos pela Biblioteca Central por meio do Sistema Pergamum que gerencia todos os processos dela. Os dados necessários para essa primeira etapa foram: dados de empréstimos por categoria específica de usuário, pedidos de pesquisas na biblioteca virtual e levantamentos bibliográficos, solicitações de cópias de artigos por meio do serviço de comutação bibliográfica (COMUT), participação em oficinas para capacitação no uso de base de dados disponíveis na IES e, ainda, solicitações de aquisição de bibliografia. A partir dessas informações teve-se um perfil dos professores, professores-pesquisadores e alunos que deram suporte à pesquisa. Esses dados também serviram para cruzar as respostas obtidas nos questionários com as informações de uso dos serviços da Biblioteca Central por meio de relatórios fornecidos pelo Sistema Pergamum.

Para efeito de análise, foram separadas as três categorias pesquisadas: professores-pesquisadores, professores e alunos-PIBIC. Os participantes da pesquisa foram todos codificados para preservar suas identidades. Os professores-pesquisadores receberam a designação professor-pesquisador 1, 2 e assim por

¹¹ Padrão nacional de currículos, criado pelo CNPq, que registra a vida pregressa e atual dos pesquisadores, sendo elemento indispensável à análise de mérito e competência dos pleitos apresentados à Agência (www.lattes.cnpq.br).

diante; do mesmo modo os professores receberam igual designação, bem como os alunos-PIBIC.

Para destacar as falas mais significativas dos sujeitos da pesquisa citadas no texto, apresentam-se todas em formato de citação longa, embora algumas não o sejam.

Foram enviados vinte e um questionários via e-mail para professores e professores-pesquisadores, tendo retornado onze questionários. Para os alunos-PIBIC enviaram-se vinte e seis e se obteve retorno de dez questionários, totalizando vinte e um sujeitos de pesquisa.

Teve-se muita dificuldade para conseguir retorno dos questionários encaminhados aos alunos-PIBIC. Várias tentativas foram feitas sem sucesso, via e-mail e contatos telefônicos. Muitos alunos não moram mais em Curitiba, ou não acessam mais a conta do e-mail que está no cadastro institucional. O fato de não haver um canal de comunicação atualizado com ex-alunos é um complicador para a realização de pesquisas dessa natureza. Em alguns casos, foi preciso que convencer os ex-alunos a participarem da pesquisa e, mesmo assim, nem todos reenviaram os questionários.

2.2 DADOS DE REALIDADE

Entende-se como dados de realidade aqueles obtidos por meio dos questionários, os quais foram incluídos com o objetivo de direcionar as respostas, para que se possa responder o problema de pesquisa no contexto específico da IES. A seguir, apresentar-se-á a consolidação dos dados encontrados sobre o perfil dos sujeitos da pesquisa. Para a caracterização desses sujeitos da pesquisa formularam-se quatro questões sobre dados de referência.

2.2.1 Características dos sujeitos da pesquisa

Inicia-se levantando a **categoria dos pesquisados**, dos quais 23% são professores, 27% professores-pesquisadores e 50% alunos-PIBIC, conforme mostra a Figura 1.

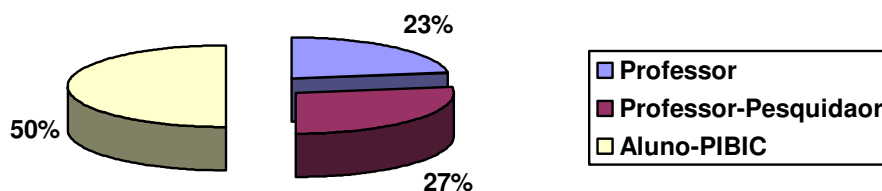


Figura 1 – Categoria dos sujeitos da pesquisa
Fonte: Dados da pesquisa

Considera-se a categoria professor aquele docente que não atua em grupos de pesquisa institucional ou do CNPq, eles apenas ministram aulas na graduação, embora de alguma forma pratiquem pesquisa, já que ela é inerente à profissão docente.

Para Demo (1992c, p. 15) o conceito de professor é

quem tendo conquistado espaço acadêmico próprio através da produção, tem condições e bagagem para transmitir via ensino. Não se atribui a função de professor a alguém que não é basicamente pesquisador. Em vista disso, a termo professor é reservado para nível específico de amadurecimento acadêmico, geralmente o catedrático, o titular, que já teria demonstrado capacidade de criação científica própria.

Ainda segundo Demo (2000b), o professor universitário é um profissional da pesquisa, porque sem pesquisa não há vida acadêmica, seria apenas um repasse, uma cópia de informações. Aquele autor estabelece uma distinção entre o professor que faz pesquisa menos exclusiva e o professor que tem a pesquisa como propedêutica central. Afirma que o professor universitário deveria ser pelo menos um pesquisador propedêutico, assumindo a papel de orientador da pesquisa do aluno.

A categoria professor-pesquisador neste trabalho é entendida como aquele professor que atua na graduação e pós-graduação e também em grupos de

pesquisas oficialmente vinculados à universidade, e orientando estudantes na iniciação à pesquisa.

A categoria professor-pesquisador, segundo Nóvoa (2001), é aquele que pesquisa ou que reflete sobre sua prática, é o indagador, que assume a sua própria realidade escolar como um objeto de pesquisa, como objeto de reflexão, como objeto de análise. Sistematiza o conhecimento e produz um novo conhecimento científico como resultado de suas pesquisas e reflexões. O professor-pesquisador tem aqui uma dimensão mais ampla e, ao mesmo tempo, é mais do isso, é mais profunda.

Assume a parte da realidade de sua área como objeto de conhecimento e, por assim dizer, de investigação. Na medida em que se debruça sobremaneira sobre essa realidade, ela se torna fundante à relação de conhecimento estabelecida no fazer docente cotidiano. O princípio da pesquisa torna-se inerente à sua atuação, já que ele se constitui no próprio *habitus* que o move cotidianamente.

O termo pesquisador é definido por Ferreira (1986) como quem ou aquele que pesquisa, ou seja, é a pessoa que busca, indaga, que investiga e estuda, de forma minuciosa e sistemática, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento. O pesquisador se dedica exclusivamente à pesquisa, geralmente em institutos de pesquisa.

Para Demo (1992b, p. 20), o pesquisador não somente é quem sabe acumular dados mensurados, mas, sobretudo, aquele que nunca desiste de questionar a realidade, sabendo que qualquer conhecimento é apenas recorte. O pesquisador deve ter o entendimento de que esse recorte acontece em um determinado tempo, contexto e, portanto, é limitado. A mesma investigação realizada em outro contexto, por outro pesquisador, pode apontar para uma análise enfocando outro aspecto não percebido na pesquisa anterior que, conseqüentemente, conduzirá a outras conclusões. Esse fato é perfeitamente aceitável, considerando-se as implicações subjetivas envolvidas, como: vivência, experiência e maturidade intelectual do pesquisador, além do contexto.

Na categoria alunos-PIBIC participaram apenas os que tiveram seus trabalhos publicados nos Cadernos de Pesquisa da IES. São aprendizes que se caracterizam por participarem de programas institucionais de iniciação à pesquisa científica. Esse programa visa a inserir o estudante de graduação no ambiente de desenvolvimento da pesquisa e, com isso, despertar a vocação científica. Esses estudantes têm a

oportunidade de estarem sob a orientação de professores-pesquisadores qualificados, o que possibilita um aprendizado de técnicas e métodos de pesquisa, já que acompanham e participam com seus orientadores do desenvolvimento da pesquisa, dando os primeiros passos na atividade.

Identificadas as categorias dos sujeitos, em seguida é preciso saber sobre a experiência de cada um deles na atividade, o que permitirá encaminhar as análises de acordo com o nível de vivência na docência, docência e pesquisa e iniciação à pesquisa.

2.2.2 Tempo de exercício de docência na graduação

A segunda pergunta visou inquirir os professores participantes da pesquisa sobre o **tempo de atuação no ensino** para saber se os sujeitos são iniciantes ou não na atividade.

De acordo com a Figura 2, 91% da maioria dos professores pesquisados declararam que atuam na docência do ensino superior há mais de dez anos. Somente 9% dos respondentes têm apenas cinco anos de atuação docente.

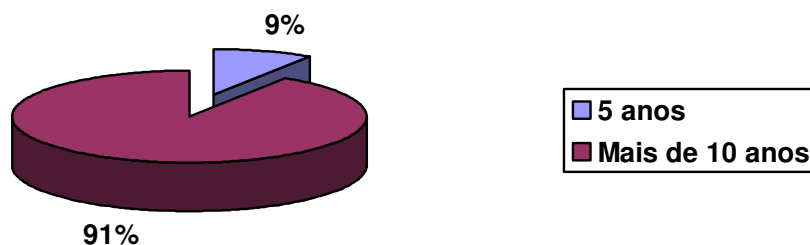


Figura 2 – Tempo de atuação no ensino superior
Fonte: Dados da pesquisa

O tempo de atuação na docência do ensino superior e a experiência são fatores discutíveis, já que, segundo Dewey, apud Nóvoa (2001)¹², “quando se afirma que o professor tem dez anos de experiência, dá para dizer que ele tem dez anos de experiência ou que ele tem um ano de experiência repetido dez vezes”. Nóvoa (2001) comenta que experiência, por si só, pode ser uma mera repetição, uma rotina, não é ela que é formadora. E, assim, a reflexão sobre cada experiência ou a pesquisa sobre experiência.

Para Tardiff (2005) os professores, na sua prática diária, desenvolvem saberes, experiências, que são específicos, baseados no trabalho cotidiano e no conhecimento do seu meio. Esses saberes nascem da experiência e são por ela validados, e se manifestam por meio de um saber-ser e de um saber-fazer. Não provêm da formação formal e, sim, da prática. Mas há que se afirmar também que os saberes da experiência estão permeados por saberes oriundos da teoria.

Por outro lado, Pimenta (2002) diz que o tempo no ensino se estrutura diferentemente do tempo na pesquisa. No ensino não há flexibilidade, tendo o processo de ensinar e aprender que se adequar ao semestre. Já o tempo na pesquisa é habitualmente previsto em blocos, conforme o projeto ou o nível de avanço da pesquisa, comportando alterações justificadas por imprevistos, levantamento de novos problemas ou questões a superar, novos processos, estando dessa forma submetido a certa flexibilidade.

Com base no que disseram os autores citados, acredita-se que a experiência na atuação na docência e na pesquisa pode fazer uma grande diferença na produção do conhecimento de ambos, porque se considerar que essa experiência foi rica e significativa possibilitará que futuras práticas se desenvolvam ou melhorem a partir dessa, pois se constrói algo sempre a partir do já sabido e experimentado. A esse respeito, existe uma tendência do professor iniciante de seguir o exemplo de algum professor que esteve presente em determinada fase de sua vida escolar. Tendo essa experiência sido vivenciada de forma positiva, leva-o a repetir essa forma de “ser professor”. Mas esse modelo é seguido por um determinado período e, à medida que o cotidiano se repete, deve-se refletir sobre essa prática e a partir daí desenvolver sua própria maneira de atuação, ou, ainda, uma experiência vivenciada de forma negativa pode mostrar que esse modelo não deve ser seguido.

¹²Não foi possível identificar a obra original em que está a citação, já que esse comentário foi retirado de entrevista e não consta de bibliografia.

O tempo da repetição também pode dizer alguma coisa, até porque somos sujeitos pensantes. A questão que se manifesta é a seguinte: Qual é a finalidade da repetição?

Em contrapartida o tempo de exercício profissional do docente, quer seja na pesquisa, quer exclusivamente na docência, pode traduzir muito, como a repetição, mas também descobertas, experiências das práticas/ações, modos de fazer postos em prática que traduzem descobertas de *modus operandi*, que concorrem sobremaneira para facilitar a aprendizagem por parte dos alunos.

2.3 TEMPO DE EXERCÍCIO NA PESQUISA

O tempo de atividade relacionada à prática da pesquisa tanto para o professor-pesquisador quanto para o aluno-PIBIC, configura-se como um fator determinante para entendimento dessa prática e, conseqüentemente, para o domínio das técnicas, da disciplina que requer a pesquisa científica e, ainda, para o conhecimento acumulado e vivenciado na prática.

2.3.1 Professor-pesquisador

Sobre o tempo de **atuação como professor-pesquisador**, há 83% atuando há mais de dez anos e 17%, dez anos, conforme se verifica na Figura 3.

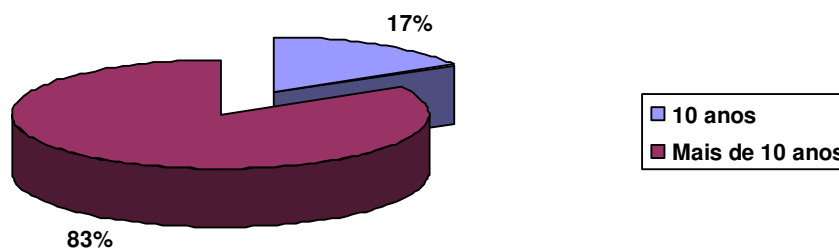


Figura 3 – Tempo de atuação do professor-pesquisador na pesquisa
Fonte: Dados da pesquisa

Os dados mostram que se está investigando pesquisadores com bastante tempo na pesquisa e, conseqüentemente, com uma vasta produção do conhecimento como resultado disso. Tal afirmação origina-se da análise do currículo Lattes desses professores, que podem ser definidos como pesquisadores, especialistas, por conhecerem a literatura da sua área específica de interesse. Quando conseguem ir além dessa informação, estão contribuindo para a ampliação do conhecimento, ou seja, produzindo um novo conhecimento científico (MILANESI, 2002).

A construção do conhecimento se dá pela prática da pesquisa. Ensinar e aprender só ocorrem significativamente quando decorrem de uma postura investigativa de trabalho (SEVERINO; PIMENTA, 2002, p. 17). Fazer pesquisa é fazer ciência, ela que,

como modalidade de conhecimento, só se processa como resultado de articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico. Não se reduz a mero levantamento e exposição de fatos ou a uma coleção de dados. Estes precisam ser articulados mediante uma leitura teórica. Só a teoria pode caracterizar como científicos dados empíricos. Mas, em compensação, ela só gera ciência se tiver articulando dados empíricos (SEVERINO, 2002, p. 70).

Para a construção de um novo conhecimento sabe-se que o ponto de partida é algo já construído. A teoria existente dá suporte para iniciar, para questionar ou, ainda, para analisar, considerando outro contexto ou momento histórico. Mas essa teoria precisa estar articulada à prática e essa articulação possibilita sistematizar uma reflexão dessa prática e daí, então, construir um novo conhecimento.

O ensino com pesquisa, porém, exige da universidade, além do trabalho docente qualificado, a existência de laboratórios equipados e bibliotecas com acervos bibliográficos impressos e não bibliográficos, que apresentem informações úteis e atualizadas, com prestação de serviços eficientes. Além disso, essas bibliotecas ou unidades de informação precisam estar interconectadas em redes de informação, com todas as formas possíveis de acesso à informação, como por exemplo, bases de dados, livros eletrônicos, acesso a catálogos coletivos, etc.

O tempo é uma variável muito significativa na atividade da pesquisa e para a construção/produção do conhecimento, já que, conforme dito anteriormente, a experiência é adquirida pelo tempo de atuação na atividade. A demarcação do tempo é uma criação humana e, conforme afirma o sociólogo e filósofo Norbert Elias

(1998), o tempo é antes de tudo um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem. É um meio de orientação que hoje se concebe e se experimenta. A crescente importância dada ao tempo em nossa sociedade tende a ser fruto do próprio desenvolvimento social, que fez dele um item primordial para regulação da vida em sociedade. Essa regulação permite que categorias específicas sejam criadas para orientar e determinar se tais profissionais são mais ou menos experientes, a partir do tempo de atuação em suas áreas específicas.

Esse tempo que o professor-pesquisador passa dedicado à pesquisa deve ser visto como um aprendizado permanente, sendo que a cada dia, mês e ano se configura num acúmulo de conhecimento construído e vivido. Elias (1998) trabalha também com as expressões “passado”, “presente” e “futuro”. Trazendo o passado para o tempo na pesquisa, nesse caso ele seria todo o aprendizado já experimentado; o presente é o que está sendo desenvolvido e produzido a partir do passado, somando-se às novas descobertas de outros pesquisadores juntamente com a análise feita acima de todo esse cenário. O futuro provavelmente será uma continuação desse processo, porque o conhecimento é dinâmico. Isso torna o tempo na pesquisa extremamente importante e faz toda a diferença entre um professor-pesquisador, com atuação há mais de dez anos, e um pesquisador iniciante ou, ainda, um aluno-PIBIC.

O conceito de tempo, no uso que se faz dele, situa-se num alto nível de generalização e de síntese, que pressupõe um riquíssimo patrimônio social do saber no que concerne aos métodos de mensuração das seqüências temporais e às regularidades que elas apresentam (ELIAS, 1998, p. 35).

2.3.2 Aluno-PIBIC

O tempo de participação na iniciação à pesquisa científica pelos alunos-PIBIC está representado na Figura 4. Dos alunos pesquisados, 70% estiveram envolvidos por apenas um ano, 20% por cinco anos e 10% por um período de três anos. Isso demonstra pouco tempo de envolvimento nessa atividade, bem como, para a grande maioria desses alunos, não houve interesse de prosseguir como pesquisador e produtor de novo conhecimento. A análise pode sugerir que a participação em grupo

de pesquisa se deu no último ano da graduação e, portanto, não seria possível a continuidade com o término do curso, ou, ainda, que o trabalho de pesquisa não despertou a vocação necessária para esse tipo de atividade.

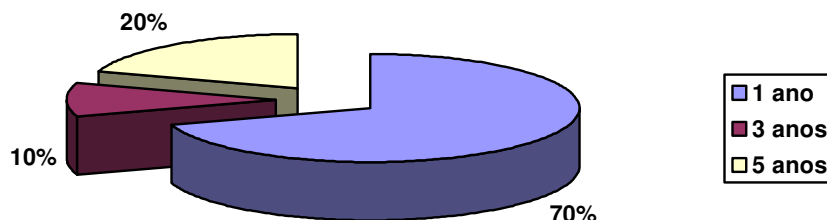


Figura 4 – Tempo de atuação do aluno na pesquisa
Fonte: Dados da pesquisa

O aluno, no entanto, deve ser motivado, desafiado a procurar respostas para indagações não respondidas, complementar seu aprendizado. O incentivo à pesquisa é uma das missões do professor-orientador. De acordo com Freire-Maia (1992), o jovem deve iniciar a atividade de pesquisa ao lado de um pesquisador mais experimentado, capaz de orientá-lo pouco a pouco e que esteja em plena fase de produção científica. Esse aprendizado é diário, lado a lado com o orientador, o qual, ao mesmo tempo necessita ter um perfil motivador e dedicado à ciência.

Em relação ao tempo de pesquisa de um aluno-PIBIC, pode-se afirmar que se trata de um tempo prematuro, porque ele está iniciando na atividade da pesquisa científica e ainda não tem uma bagagem para utilizar, ou seja, não tem um passado como pesquisador. Nesse ponto, cabe destacar a importância do orientador para motivar e ensinar os procedimentos metodológicos, os passos iniciais para realização de uma pesquisa científica. O aluno, inicialmente, necessita ser guiado pelo orientador até que esteja em condições de alçar os primeiros vãos sozinho. A partir daí, irá vivenciar e acumular suas próprias experiências.

2.4 USO DA BIBLIOTECA

Sobre a **freqüência de uso da Biblioteca Central**, as respostas estão representadas na Figura 5.

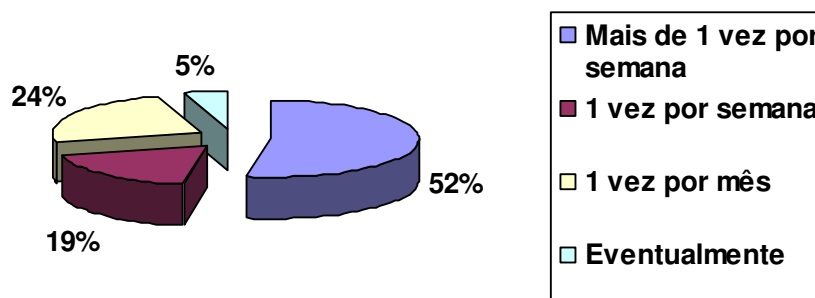


Figura 5 – Freqüência de uso da Biblioteca Central

Fonte: Dados da pesquisa

Foi de 52% a opção “mais de uma vez por semana”, que corresponde a onze respostas, dentre as quais sete são dos alunos-PIBIC e apenas quatro são de professores. A grande maioria dos docentes freqüenta a biblioteca “uma vez por semana”, obtendo-se 19% com quatro respostas e “uma vez por mês”, 24%, com cinco respostas. Um respondente informa freqüentar a biblioteca eventualmente, justificando que isso ocorre por ter uma biblioteca particular. Já a opção “todos os dias” não obteve nenhum voto. Fica demonstrada pouca freqüência à biblioteca por parte dos docentes em relação aos alunos-PIBIC, o que leva a acreditar que eles, na grande maioria, adquirem e formam suas coleções específicas com materiais de uso permanente em biblioteca particular. Além disso, o fator tempo distribuído entre preparar e ministrar aulas, realizar o trabalho de produção acadêmico/científica e orientar trabalhos, pode influenciar a não ida com mais freqüência à biblioteca.

Outra análise possível pode ser a de que o professor, e nesse caso principalmente o pesquisador, especialista numa área de interesse, pode coletar informações exclusivamente pela internet, coleta essa feita de seu computador pessoal. A possibilidade de consultar sites especializados, ter acervo particular ou ir à biblioteca são complementares, mas, se predominarem a primeira e a segunda

opções, certamente a ida à biblioteca diminuirá. O pesquisador que se abastece de informações exclusivamente acessando a Internet pode se configurar em um problema se ele não filtrar ou escolher os sites que ofereçam informações sérias e confiáveis.

Diversos materiais disponibilizados em bibliotecas, dependendo da área de atuação do pesquisador, constituem-se em única fonte de acesso a essa literatura por ser de alto custo para aquisição pessoal. Além do mais, é impossível que o pesquisador consiga montar sua biblioteca particular com tudo de que ele necessita, tanto por questões de custo quanto por espaço físico. Sabe-se, entretanto, que para produzir um texto por mais simples que seja é necessário explorar e aprofundar o assunto sob vários pontos de vista, para refletir e então iniciar o processo de criação. Esse aprofundamento no tema se dá a partir de muitas leituras de materiais obtidos de todas as formas disponíveis, biblioteca, internet, aquisição de obras, enfim, todas as formas de busca pela informação são válidas.

O volume de informação produzido no mundo, que circula em todos os canais disponíveis, é simplesmente incomensurável. Essa quantidade de informações vem desafiando tanto aqueles que precisam encontrá-las quanto os encarregados de selecioná-las e organizá-las. Quanto mais informações há ao nosso dispor, mais é difícil e demorado chegar exatamente à informação desejada. Por essa razão, hoje cada vez mais a biblioteca, por meio de seu acervo, é mais exigida no sentido de responder, de um lado, às crescentes exigências de atualização e, de outro lado, às demandas geradas pela produção do conhecimento por meio da pesquisa de natureza científica.

Os pesquisadores necessitam ter conhecimento do que já foi ou está sendo pesquisado sobre o tema de interesse por outros grupos. Nesse contexto entra o bibliotecário, procurando, selecionando e disseminando a informação, ou seja, oferecendo serviços com eficiência e rapidez à comunidade científica.

2.5 USO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Num segundo bloco de perguntas, levantou-se, pelo instrumento de coleta de dados, informações **sobre uso do acervo da Biblioteca**, solicitando-se aos sujeitos

da pesquisa que referissem o tipo de serviços e/ou produtos prestados pela biblioteca que conhecem e utilizam, bem como sua opinião geral sobre eles. Inicialmente, far-se-á uma breve descrição dos serviços e/ou produtos oferecidos pela Biblioteca Central e, em seguida, a análise das respostas dos participantes.

Vale informar que o uso dos serviços oferecidos na internet é bastante acessado, e que no ano de 2007 o site da Biblioteca foi o terceiro *link* mais acessado do Portal da IES.

2.5.1 Uso de base de dados da biblioteca virtual

O setor da **biblioteca virtual** é o local em que os usuários podem acessar bibliotecas ou bases de dados remotas de referência eletrônica ou texto completo, usando um catálogo *on-line* local ou uma rede de computadores como meio de ligação (Internet/Intranet), em qualquer lugar do mundo, a qualquer hora do dia ou da noite.

A biblioteca virtual é composta basicamente de periódicos eletrônicos¹³ e e-books¹⁴. Os artigos dos periódicos eletrônicos são os textos mais atualizados sobre diversos assuntos por serem publicados em menor tempo. É uma facilidade que o pesquisador tem, já que pode acessar os conteúdos e imprimi-los, se for o caso, de seu escritório, sua residência, a qualquer hora. São materiais atualizados porque são incluídos conteúdos novos diariamente.

A importância para a pós-graduação e pesquisadores de terem acesso a essas fontes de conhecimento científico é demonstrada pelo Governo Federal Brasileiro com a criação, em 2004, do Portal de Periódicos da Capes, que

oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 11.419 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas instituições ou por elas autorizado. Todos os

¹³ Periódicos aos quais se têm acesso mediante o uso de equipamentos eletrônicos. Podem ser *on-line* e em CD-ROMs, acesso gratuito ou pago. No caso desse acervo, os títulos são disponibilizados mediante pagamento em forma de assinatura anual, com um custo elevado.

¹⁴ Livro disponível na internet em formato eletrônico para ser lido na tela do computador ou impresso.

programas de pós-graduação, de pesquisa e de graduação do País ganham em qualidade, produtividade e competitividade com a utilização do Portal que está em permanente desenvolvimento (www.periodicos.capes.gov.br).

A Biblioteca Central coloca à disposição de sua comunidade acadêmica o acesso remoto às bases de dados com milhares de títulos de periódicos com texto completo, além de uma base de dados com livros eletrônicos de aproximadamente cinquenta mil títulos.

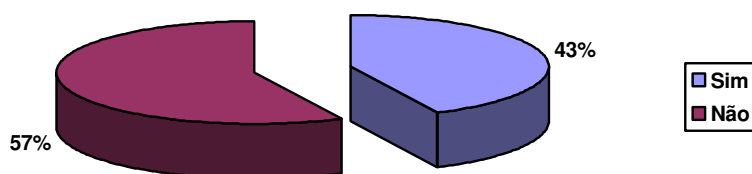


Figura 6 – Uso da Biblioteca Virtual

Fonte: Dados da pesquisa

Nessa questão, conforme mostra a Figura 6, a opção negativa aparece com 57%, pois a predominância é dos alunos que responderam não utilizar porque não conheciam o serviço ou porque não sentiram necessidade dele. Já a resposta afirmativa é de 43% e predomina na categoria “professor”, que conhece a literatura de sua área e sabe onde e o que procurar. Desse modo, significa, por um lado, que apesar desse porcentual ser importante em relação aos alunos, por outro ele demonstra que 57% está fora do entendimento da possibilidade que a biblioteca virtual oferece com acesso imediato à produção científica mundial atualizada. Portanto um porcentual maior e significativo em se tratando de docentes e pesquisadores. Do ponto de vista dos alunos parece ser compreensível que deixem de utilizar a biblioteca virtual, o que pode ser atribuído à disponibilização de cópias xerográficas, internet ou mesmo à compra de livros. Por que não?

2.5.2 Uso da consulta local de livros e periódicos

A Biblioteca Central da IES estudada oferece também a **consulta local ao acervo de livros e periódicos**. Esse é um procedimento de utilização do material bibliográfico dentro do espaço físico da biblioteca para, estudo, leitura, reprodução, etc. O fato de se manter um exemplar do livro que faz parte da bibliografia básica dos cursos oferecidos pela IES na modalidade de consulta local, faz-se necessário para que todos os usuários tenham a mesma oportunidade de acesso à informação. Já o periódico como consulta local deve-se ao fato de que as bibliotecas, em geral, possuem apenas um exemplar de cada fascículo, o que se torna inviável emprestá-lo.

O livro impresso ainda é muito utilizado, principalmente na graduação, onde se encontra o conhecimento que é a base para gerar um novo conhecimento, pois, como dito anteriormente, nenhum conhecimento parte do zero. O periódico se caracteriza como um veículo de divulgação dos resultados de pesquisa. É mais rápido em comparação ao livro impresso. Tem como função primeira a comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados; como também a preservação do conhecimento registrado (MUELLER, 2003). Além disso, a CAPES¹⁵ tem incentivado o uso deles tanto no ensino de graduação como no de pós-graduação. Sua circulação também tende a ser mais fácil, dada a maior rapidez com que pode chegar ao estudante, destacadamente os estrangeiros.

Conforme a Figura 7 a seguir, 86% de professores e alunos consultados se valem de livros e periódicos dentro da biblioteca, e apenas 14% disseram não utilizá-los. Uma justificativa para o não uso do serviço aparece na fala seguinte: “Gosto de ler escutando música, conversando, andando e infelizmente isso não é possível na biblioteca” (ALUNO-PIBIC 3).

¹⁵ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os Estados da Federação (www.capes.gov.br/sobre/historia.html).

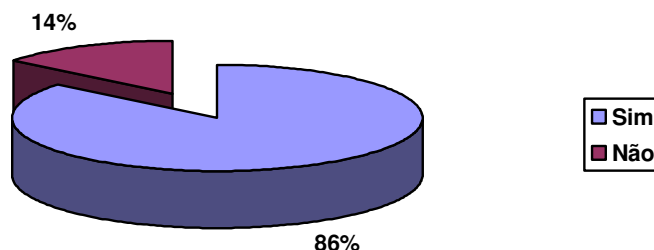


Figura 7 – Uso de livros e periódicos como consulta local
Fonte: Dados da pesquisa

Os livros e periódicos são os materiais de uso mais freqüente como fonte de informação pelos usuários, sendo que na BC o livro impresso é usado localmente para consulta numa média de 21.174 por mês, e o periódico com 6.624 consultas, conforme dados de relatórios estatísticos (out. 2007) da própria biblioteca.

2.5.3 Biblioteca digital de teses e dissertações

A **Biblioteca digital de teses e dissertações** disponibiliza eletronicamente toda a produção científica da IES, facilitando ao usuário o acesso remoto e permitindo a obtenção de textos na íntegra, que podem ser lidos na tela do computador, baixados ou impressos.

O uso da biblioteca digital aparece na Figura 8, a seguir, com 57% de respostas positivas e 43% de respostas negativas dos alunos-PIBIC inquiridos. A razão predominante do não uso foi não haver necessidade. Selecionamos a fala de um aluno que justifica o interesse pelo serviço:

Por estar envolvido com a pesquisa científica, é muito importante o uso de dissertações anteriores que envolvam a mesma temática do que se está pesquisando. A Biblioteca Digital é um elemento facilitador para o pesquisador, pois tendo acesso à internet, o mesmo poderá consultar as teses e dissertações produzidas nos Programa de Pós-graduação *stricto sensu* da IES (ALUNO-PIBIC 4).

Essa fala confirma o que já havia sido dito anteriormente: os pesquisadores necessitam ter conhecimento do que já foi ou está sendo pesquisado sobre o tema de interesse por outros grupos. Isso justifica a disponibilização desse tipo de serviço à comunidade acadêmica.

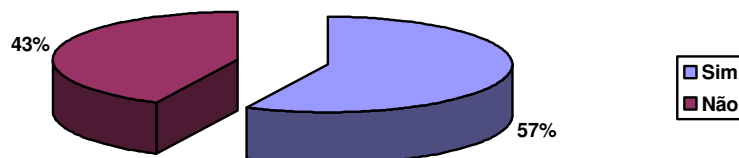


Figura 8 – Uso da biblioteca digital de teses e dissertações
Fonte: Dados da pesquisa

Com relação às teses e dissertações, vale frisar que essas têm sido disponibilizadas ao público, com texto completo e acesso *on-line*, somente nos últimos três anos pelos Programas de Pós-graduação no Brasil. Tal fato se manifesta como mais uma possibilidade de rapidez e, ao mesmo tempo, facilidade no acesso tanto de alunos como de professores e professores-pesquisadores ao conhecimento que está sendo produzido pela comunidade acadêmica do país.

Por outro lado é possível que a cultura do não uso da biblioteca digital de teses e dissertações naquele sentido ainda não esteja instalada em virtude de ser um recurso recente. Ela ainda não faz parte, por assim dizer, da cultura escolar universitária no sentido de sua tradição. O ambiente acadêmico está inserido em cultura própria, denominada cultura escolar, conceituada por Donimique Julia como sendo

um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sóciopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

A definição acima coloca expressões como “incorporação de comportamentos” que podem variar de acordo como a época em que estão inseridos, o que de certa forma pode explicar o uso ainda pouco significativo desse serviço. É um novo modo de veiculação do conhecimento científico para o qual há a necessidade também de incentivo, estímulo à sua utilização. Para que o estudante fomente a cultura do acesso ao conhecimento científico em formato digital e a incorpore à prática acadêmica, o professor deve fazê-lo já que dele podem advir modos de incentivo. É bom ter presente que a história do conhecimento científico está intimamente vinculada a modos impressos de divulgação. Nessa perspectiva, eles, ao que tudo indica, legitimam a veracidade do saber científico no tempo histórico.

2.5.4 Consulta local de multimeios / materiais audiovisuais

Outra possibilidade de uso da biblioteca se dá por meio de **consulta local ao acervo de multimeios** que também está disponível com todos os materiais não bibliográficos que possam dar alguma informação, tais como: mapas, diapositivos, microfilmes, jogos, dentre outros. Existe ainda a **consulta local ao acervo audiovisual**, por meio da qual o estudioso pode ter acesso a materiais, tais como: vídeos e dvds de filmes técnicos e de lazer que fazem parte do acervo. Também podem ser usados na própria biblioteca nas cabines destinadas para esse fim ou, ainda, locados para assisti-los em casa.

Nas questões referentes aos materiais não bibliográficos, e aqui estão incluídos os filmes, vídeos, dvds, imagens, *slides*, etc., 64% não se valem desses recursos e apenas 36% desses respondentes dizem utilizá-los. Tem-se uma fala que mostra a importância desse acervo:

A imagem é fundamental na minha área de atuação (PROFESSOR 9).

Isso leva a crer que, para determinados professores, esse acervo não faz diferença; já para outros é de suma importância. Por exemplo, para as áreas: arquitetura, *design*, publicidade, dentre outras.

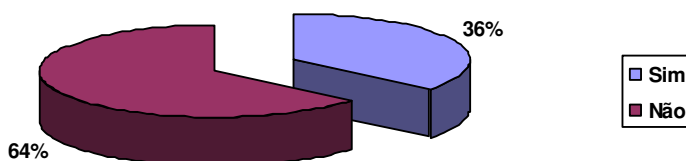


Figura 9 – Uso de materiais audiovisuais / multimeios
Fonte: Dados da pesquisa

Não é demais referir que esse dado é bastante curioso justamente porque esses materiais devem ser em grande medida usados pelos professores, quer atuantes exclusivamente na pesquisa, quer na docência. Mas por que isso ocorre? Cabe manifestar conjecturas nesse sentido. O não uso por um maior número de professores se daria pelo fato de entenderem que a biblioteca se destina apenas a armazenar livros? Ou mesmo a ser um espaço exclusivo para livros? Tudo leva a crer que sim.

Esse pensamento pode ser explicado pelo fato de que na história das bibliotecas predominou a idéia de que elas foram formadas e desenvolvidas a partir da necessidade de guarda e manuseio do material escrito, ou seja, depósito de livros. Elas se projetaram através do tempo no mundo em decorrência de sua existência estar diretamente ligada à educação, ao conhecimento, à cultura, à preservação da memória intelectual coletiva de um povo.

Ao pensar biblioteca, entretanto, deve-se ter o entendimento de que não se trata apenas de um espaço cheio de estantes de livros, mas de um espaço dinâmico, inclusive com livros, mas também com todas as possibilidades de acesso à informação que a tecnologia da informação e comunicação possibilita.

2.5.5 Empréstimo domiciliar

Um dos serviços mais antigos oferecidos nas bibliotecas é o **empréstimo domiciliar**. Trata-se da cessão temporária de materiais bibliográficos para fins de consulta, por um período pré-determinado. Esse empréstimo pode variar quanto aos prazos de devolução, dependendo da categoria do usuário ou tipo de material. É o serviço mais usual oferecido em todos os tipos de bibliotecas. Remetendo à história das universidades e das bibliotecas encontram-se referências a empréstimos de obras na biblioteca da Sorbonne, que continha uma pequena *libraria* de duplicatas de livros de uso menos freqüente, que ela emprestava mediante um depósito, fixado conforme o valor da obra indicada no catálogo.

Nessa questão, conforme mostra a Figura 10, constata-se que 71% dos respondentes afirmam que utilizam esse serviço. Desse percentual apenas um aluno não o utiliza. Entre os professores, os que menos fazem empréstimo são os professores-pesquisadores, pois 29% afirmam não ter necessidade de recorrer a esse serviço.

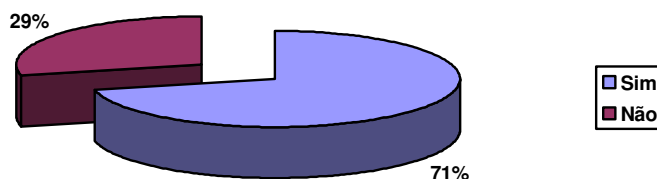


Figura 10 – Uso de empréstimo domiciliar
Fonte: Dados da pesquisa

Uma análise possível diante desses percentuais é que fica confirmada a questão 2.4 sobre o uso da Biblioteca, que demonstrou a baixa freqüência da categoria professor à mesma, por provavelmente não haver tempo, ou por possuírem os próprios livros de uso constante. Essa categoria prefere utilizar periódicos e, aqui, principalmente os periódicos *on-line* disponíveis em base de dados na Biblioteca Virtual, que mantém indiscutivelmente as informações mais atualizadas em comparação ao livro impresso. Essa afirmativa só é possível porque praticamente 50% deles disseram usar a Biblioteca Virtual para se atualizar e

procurar material para suas pesquisas. Convém lembrar que mesmo o professor podendo lançar mão de dados bibliográficos, por exemplo, oriundos de armazenamento virtual, muitos deles, dependendo da área, são pouco confiáveis.

Mas a BC, ainda assim, apresenta um volume de empréstimo domiciliar bastante significativo, já que de janeiro a setembro de 2007 emprestou duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e treze obras¹⁶. Esses números demonstram que o acervo bibliográfico está sendo bastante utilizado e, com isso, também mostra sua atualização e alinhamento com a bibliografia indicada nos PAs¹⁷.

É mister considerar o fato de que a biblioteca, em termos de acervo tradicional, ainda mantém a tradição de acessibilidade no sentido de fomentar o estímulo à formação acadêmica qualificada. Assim, a biblioteca mantém sua tradição histórica nesse particular pelo incentivo e disseminação do conhecimento científico.

2.5.6 Empréstimo entre bibliotecas

O **empréstimo entre bibliotecas** é um modo de se obter material bibliográfico emprestado de outras bibliotecas para atender as necessidades do usuário da IES. Torna-se impossível para as bibliotecas possuírem em seus acervos todas as obras publicadas por questões de espaço físico e também de recursos financeiros. Para Campello (1986, p. 2), a expressão empréstimo entre bibliotecas é "o ato de uma biblioteca ceder indiretamente a um indivíduo, por meio de outra biblioteca, materiais de seu acervo. Isso pode ser feito pelo empréstimo do próprio original ou de reprodução dele". Trata-se também de tornar viável o acesso de estudantes e pesquisadores a estudos produzidos e/ou disponíveis em outras instituições. É também um modo de democratizar o saber científico.

Os percentuais mostram, na Figura 11, que 76% não utilizaram o serviço e 24% responderam positivamente. Os números estatísticos fornecidos pela biblioteca mostram que de janeiro a setembro de 2007 foram solicitadas cento e trinta e três obras de outras bibliotecas e duzentas e cinquenta e seis foram emprestadas para

¹⁶ Dados fornecidos pela Biblioteca Central da IES trabalhada nesta pesquisa.

¹⁷ A IES adota desde 2000 o nome de programas de aprendizagem para as unidades de trabalho dos alunos com seus professores, em substituição à palavra disciplina.

bibliotecas de outras instituições. Acredita-se que esse percentual se justifique pelo desconhecimento da existência desse serviço.

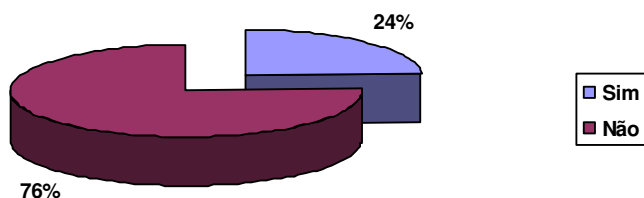


Figura 11 – Uso de empréstimo entre bibliotecas
Fonte: Dados da pesquisa

As categorias professor e professor-pesquisador foram praticamente unânimes em afirmar que não utilizam esse serviço e justificam: não sentiram necessidade dele, pois a BC supre as necessidades; já usou e gostou; é muito demorado; depois de ser mal atendido não o usou mais; um deles desconhecia o serviço. Já os alunos que afirmaram não usar o serviço justificam que dele não necessitaram ou desconheciam. Nota-se que várias são as razões da não utilização e entre elas está o desconhecimento, como se assinalou anteriormente.

2.5.7 Comutação bibliográfica

O **serviço de comutação bibliográfica**, inserido no Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) foi criado em 1980 pelo Ministério da Educação, por meio da CAPES, visando a dotar o país de um mecanismo para facilitar o acesso à informação. É um serviço de obtenção de artigos de periódicos, capítulos de livros, dissertações e teses não disponíveis no acervo da BC. Com a informatização certamente será mais fácil o acesso, por exemplo, às dissertações e teses com mais rapidez.

Esse serviço está entre os de “troca” que as instituições possibilitam, e mostrou-se com baixa procura, pois, conforme a Figura 12, 81% dos consultados não usam o serviço e apenas 19% afirmaram utilizá-lo.

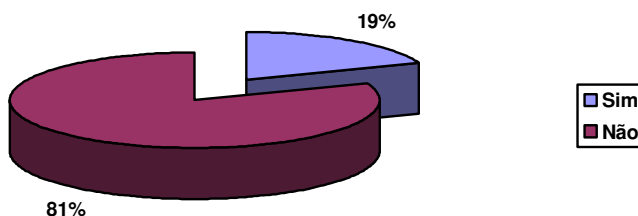


Figura 12 – Uso de comutação bibliográfica
Fonte: Dados da pesquisa

Na categoria professor as justificativas por não usar o serviço foram: ser muito caro; não haver necessidade. Um professor alega desconhecimento, outro afirma

Não há material da minha área nas outras bibliotecas, que não exista a contento na IES (Professor 9).

Essa resposta demonstra desconhecimento do que é o serviço. É impossível que a IES do estudo tenha em seu acervo tudo que foi e está sendo produzido na área de conhecimento, quer do professor, quer do professor-pesquisador. Num país extenso como o Brasil, serviços como esses são necessários para o acesso à produção científica de outras regiões.

Na categoria alunos, cinco disseram desconhecer o serviço; três já o utilizaram, sendo um deles incentivado por sua orientadora, outro aluno diz que não utilizou e justifica que

não usei porque “os dados referentes aos meus trabalhos são de fácil acesso na Biblioteca Central” (ALUNO-PIBIC 10).

Esses dados indicam o que poderíamos denominar de centralismo. Certamente há estudos que podem não constar de um acervo de bibliotecas e serem importantes para aprofundamento sobre um assunto, principalmente quando se deseja proceder a um estado-de-arte sobre uma problemática levantada.

2.5.8 Malote entre bibliotecas do SIBI

O serviço de **malote** entre bibliotecas da mesma instituição pesquisada é outra possibilidade de disponibilizar materiais bibliográficos que não fazem parte do acervo da BC, mas estão disponíveis em outras, ou, ainda, quando os materiais estão todos emprestados em uma das bibliotecas e disponíveis em outra. Esse material então é trazido para a biblioteca que dele estiver necessitando e repassado ao usuário solicitante.

O não uso desse serviço, demonstrado na Figura 12, é de 76% predominantemente nas categorias de professor e professor-pesquisador, em que a maioria justifica não precisar dele. As justificativas foram: necessidades atendidas pela BC; falta de necessidade; muito demorado. Apenas 24% disseram usar o serviço em questão.

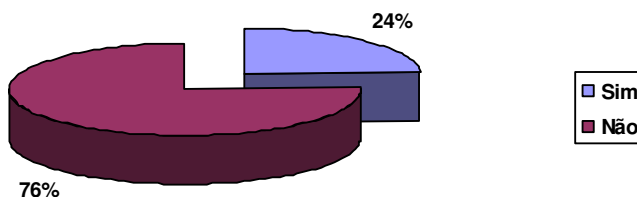


Figura 13 – Uso de malote entre bibliotecas do SIBI
Fonte: Dados da pesquisa

Nessa questão, a análise pode considerar que somente irão usar esse serviço os usuários cuja área de conhecimento se repete ou se relaciona diretamente nas três bibliotecas em que o malote é viável. Caso contrário, não haverá material pertinente para solicitar via malote. A pertinência desse serviço é facilmente justificada pelo número de pedidos atendidos, mas coincidentemente os sujeitos da pesquisa não necessitam e não o serviço.

2.5.9 Orientação para normalização de trabalhos científicos

Para a produção de um trabalho acadêmico de qualidade, de qualquer natureza, existem normas que precisam ser seguidas. A Biblioteca Central oferece à sua comunidade acadêmica o serviço de **orientação para normalização de trabalhos científicos**. Pode ser realizado na biblioteca pelos bibliotecários de referência, os quais orientam os usuários quanto às normas de apresentação de trabalhos técnico-científicos, por exemplo, *paper*, trabalhos de conclusão de curso (TCC); teses e dissertações, de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Essas normas também são disponibilizadas de forma *on-line* com exemplos para servir de guia aos usuários que desejarem tirar dúvidas de qualquer lugar e a qualquer hora, sem necessidade de deslocamento à biblioteca. O oferecimento desse serviço é um dos itens incluídos pelas comissões avaliadoras do MEC quando reconhecem ou renovam reconhecimento dos cursos de graduação no item biblioteca.

O acesso *on-line* a essas normas é monitorado pelo Google Analytics¹⁸, que fornece estatísticas de acesso por períodos e origens desses acessos. No período de abril a dezembro de 2007, o site recebeu dezenove mil quatrocentas e oitenta e uma visitas, originadas inclusive de outros países. O dado mostra a importância do serviço e o compromisso da biblioteca em manter as informações do site sempre atualizadas e a constante melhoria e aperfeiçoamento dos exemplos nele incluídos.

Desse modo, esse serviço se mostrou bastante utilizado pelos professores e alunos consultados, conforme a Figura 14, sendo que 76% utilizam o serviço e somente 24% não o fazem.

¹⁸ Ferramenta para monitorar o site da internet (www.google.com.br/analytics).

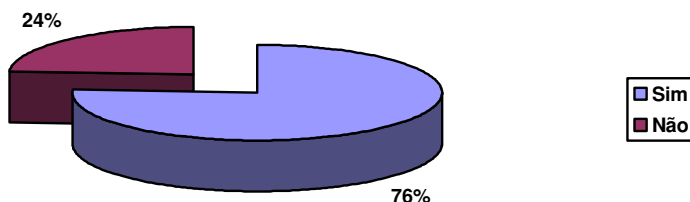


Figura 14 – Uso de orientações de normalização
Fonte: Dados da pesquisa

Destacam-se as seguintes falas dos participantes na pesquisa a respeito do serviço:

Acho muito bom estar com as normas à mão (PROFESSOR 10).

É uma boa fonte de consulta rápida sobre a normalização de trabalhos. Inclusive oriento meus alunos a utilizar (PROFESSOR 2).

É prático e a disponibilidade facilita nos momentos de dúvida (PROFESSOR 3).

É a norma do nosso curso (PROFESSOR-PESQUISADOR 4).

Uso quase todos os dias para orientar os alunos de mestrado e PIBIC (PROFESSOR-PESQUISADOR 6).

Adoto o padrão impresso (PROFESSOR-PESQUISADOR 8).

Acho este material produzido pela Biblioteca da IES excelente, e para todos que mostro adoram. Minha filha e diversas amigas [...] têm utilizado com frequência. Infelizmente, ainda é pouco divulgado aos professores da IES (PROFESSOR-PESQUISADOR 7).

Esse é um serviço indispensável para qualquer aluno da universidade, pois é bem completo e atende as minhas necessidades para os trabalhos (ALUNO-PIBIC 4).

Há um caráter, diga-se, de obviedade nesses dados. Os respondentes, de modo geral, fazem pesquisa ou já fizeram alguma incursão nesse sentido, daí a importância do serviço.

2.5.10 Catalogação na fonte

Outro serviço é de **catalogação na fonte**, oferecido pelo setor de processamento técnico que elabora fichas catalográficas¹⁹ de teses, dissertações e monografias defendidas na IES. A ficha catalográfica é um elemento pré-textual obrigatório²⁰ que deve figurar em trabalhos científicos, no verso da página de rosto.

O uso desse serviço aparece com 90% de respostas negativas, conforme mostra a Figura 15, e na sua grande maioria a justificativa é “desconhecimento do serviço” e “não ter necessidade”. Apenas 10% conhecem o serviço e o utilizam.

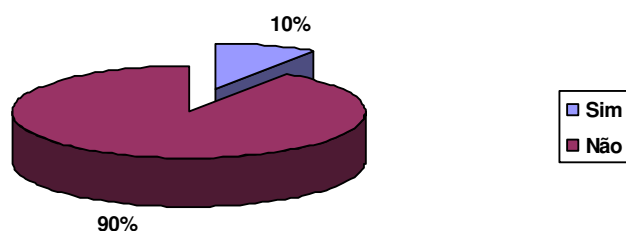


Figura 15 – Uso da catalogação na fonte
Fonte: Dados da pesquisa

Somente um aluno demonstrou realmente conhecer o que é e para que serve o serviço, quando disse:

Procedimento imprescindível para a inserção da monografia de pós-graduação no acervo da biblioteca da IES” (ALUNO-PIBIC 2).

Já os professores, de modo geral, alegam não ter essa necessidade. Tal justificativa mostra o desconhecimento das normas para publicações científicas, já que a ficha catalográfica é um elemento obrigatório, conforme dito anteriormente. Aqui cabe uma reflexão: a biblioteca com certeza está precisando divulgar mais e esclarecer melhor o que é e para que serve o serviço. Outra justificativa é que suas publicações são externas à IES, e há pessoal para realizar o serviço. Por outro lado, historicamente esse tem sido um serviço não realizado diretamente pelo pesquisador ou pelo estudante.

¹⁹ é uma ficha que contém as informações bibliográficas necessárias para localizar um livro, elaborada de acordo com normas e regras internacionais, localizada no verso da página de rosto.

²⁰ Elemento obrigatório de acordo com a NBR 14724 de 2005.

2.5.11 Oficinas de treinamento para uso das bases de dados

As **oficinas de treinamento para pesquisas em base de dados** também são propiciadas sob a forma de treinamentos para grupos de pessoas, com datas e horários pré-agendados, em que é demonstrado passo a passo como efetuar uma pesquisa bibliográfica nas diferentes bases de dados, geralmente voltada à área de interesse do grupo. A finalidade é mostrar como utilizar todos os recursos e ferramentas disponíveis, capacitando o aluno, professor e pesquisador para que ele possa realizar a pesquisa de forma independente. Se precisar relembrar alguma coisa conta com tutorias disponíveis *on-line* para cada base.

De acordo com a Figura 16, 71% das três categorias consultadas nunca participaram das oficinas, 29% disseram conhecê-las e ter participado delas.

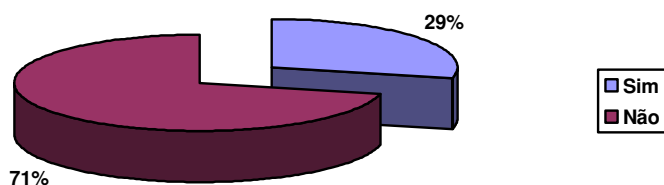


Figura 16 – Participação em oficinas para uso das bases de dados
Fonte: Dados da pesquisa

Os percentuais de pequena procura pelo serviço podem ser interpretados de diversas formas: que o serviço é pouco divulgado; que o professor, professor-pesquisador ou aluno, uma vez capacitado, torna-se independente, podendo realizar suas pesquisas sozinho; que devido à falta de tempo muitos professores solicitam pesquisas aos bibliotecários, fato esse mais marcante na área da saúde, entre outras.

2.5.12 Uso do laboratório de acessibilidade

Os serviços do **laboratório de acessibilidade**, cujo objetivo é promover a inclusão de todos os alunos da IES na Biblioteca Central, inaugurado em 2006, embora estivesse funcionando desde 2004 e atende os alunos portadores de necessidades educativas especiais. Para tanto está sendo desenvolvido um acervo especializado para o aluno deficiente visual, ou com baixa visão, composto por materiais em Braille, áudio-livro, livros digitais e outros. O laboratório conta com computadores com kit multimídia, sintetizador de voz, gravador de CD, aparelho de som com CD e fone de ouvido e impressora Braille. O espaço também está adequado para receber cadeirantes temporários ou definitivos e deficientes auditivos.

Nenhum usuário das três categorias consultado utiliza os serviços do laboratório de acessibilidade. A justificativa dos professores por não utilizarem o serviço em sua totalidade foram: por não terem se defrontado, ainda, com alunos que necessitassem desse tipo de serviço como apoio para desempenho de suas atividades em docência ou pesquisa. Já os alunos foram unânimes em afirmar que não precisam do serviço que, aliás, também é recente em universidades e bibliotecas. Na IES em questão pode-se afirmar que se trata de uma pioneira no Estado na prestação desse serviço; ela está preparada para acolher a comunidade especial que vier para a universidade.

2.6 OS DIZERES DOS PROFESSORES SOBRE A BIBLIOTECA

Os professores participantes da pesquisa foram selecionados dentro do universo de professores da IES lotados em um *campus* específico, com atuação somente em sala de aula na graduação, e professores-pesquisadores integrantes dos Grupos de Pesquisa da instituição, com atuação na graduação e pós-graduação. Totalizam cinco professores e seis professores-pesquisadores.

2.6.1 Desenvolvimento de um novo projeto de pesquisa ou PA

Os sujeitos da pesquisa responderam que verificam primeiro o material já existente no acervo da Biblioteca Central, via *web*, e depois iniciam o novo projeto. O fato que gerou curiosidade foi que apenas em uma fala aparece a solicitação para aquisição do material não encontrado na biblioteca, conforme segue:

Primeiro pesquiso o que há na biblioteca, aproveitando o que existe para compor a bibliografia do novo PA; depois, solicito a aquisição do material necessário (PROFESSOR 9).

Esse fato é preocupante, pois a política da IES em relação à solicitação de aquisição de materiais bibliográficos deve obrigatoriamente partir do professor responsável pelo PA ou projeto de pesquisa, o que permite afirmar que a grande maioria dos docentes não relaciona o PA ou projeto de pesquisa com o uso da biblioteca. Segundo eles, realizam a pesquisa no acervo da biblioteca para saber o que existe, mas ao constatar a não existência de certas obras, não solicitam a aquisição desse material que deve compor o acervo da biblioteca. Em apenas uma fala de professor aparece a necessidade de verificar junto a livrarias o que existe de novidades na área de interesse em livros ou periódicos.

2.6.2 Relação entre biblioteca universitária e conhecimento na universidade

Perguntados como vêem a relação entre biblioteca universitária e conhecimento na universidade, foram obtidas várias respostas, entre elas a que referimos a seguir:

É essencial, fundamental, de grande apoio e facilitadora do acesso ao conhecimento produzido. Sistematização e organização do material produzido, em suas diferentes formas (PROFESSOR 3).

A resposta é vaga, indicando que o entrevistado não usa a biblioteca como meio de pesquisa. Embora veja a relação entre biblioteca e conhecimento como essencial, o que parece óbvio, não aprofunda essa apreciação, principalmente no que pese a produção do conhecimento. Nesse sentido não parece ser vista como meio que contribua para tal produção. A expressão “facilitadora do acesso ao conhecimento produzido” aparece na fala do professor, demonstrando o entendimento sobremaneira mecânico dessa relação.

Por outro lado, na resposta a seguir, o professor menciona a Internet como meio de acesso ao conhecimento pela sua facilidade. Todavia, isso não tira da biblioteca sua função maior, segundo ele, de espaço para reflexão e acesso à informação, a qual poderá ser transformada em conhecimento e transmitida por meio da produção científica da comunidade acadêmica. Chama atenção o caráter de sabedoria atribuído à biblioteca. Percebe-se que, embora possua esse entendimento sobre a internet não retira da biblioteca o valor que possui:

Faço minhas as palavras escritas na placa inaugural da Biblioteca central: a sabedoria construiu para si uma morada. Penso que biblioteca e conhecimento são coisas indissociáveis, muito embora a utilização da Internet tenha ganhado corpo, especialmente pela facilidade e não linearidade da pesquisa. Ainda assim, a biblioteca é o espaço de calma e silenciosa reflexão. Nem que seja apenas para um passeio por entre as prateleiras e uma descompromissada procura por aquela referência bibliográfica que fará toda a diferença num trabalho, monografia, dissertação ou tese (PROFESSOR 2).

No entanto, a fala seguinte sugere que o professor demonstra ter clareza sobre a relação entre biblioteca e conhecimento na universidade, quando afirma que

[..] a biblioteca perde um pouco o papel de local de pesquisa, mas ganha um papel de centralizador do processo de pesquisa, interconectando as diversas bases e permitindo uma flexibilidade maior no acesso à informação., (PROFESSOR-PESQUISADOR 1).

Mostra que as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) transformaram a visão da biblioteca antiga, de guardiã ou depósito de livros. Hoje, ela significa bem mais que isso, pode-se dizer que contribui para a reflexão necessária à produção do conhecimento por meio da pesquisa.

A biblioteca é um dos elementos fundamentais na transmissão do conhecimento ao permitir aos estudantes e pesquisadores acesso ao conhecimento desenvolvido no passado. Hoje, com as modernas tecnologias de informação, permite mais do que isto, ao possibilitar não só o acesso, mas principalmente o filtro e seleção do material por palavras-chave, sem o qual o processo de pesquisa e localização dos livros e artigos seria muito mais demorado e ineficiente. [...] por outro lado, ainda é importante como um espaço devotado ao estudo ao permitir aos estudiosos um espaço onde possam esquecer o mundo e se concentrar no foco de estudo, possibilitando uma cápsula de proteção e isolamento para permitir um mergulho mais profundo na matéria em estudo (PROFESSOR-PESQUISADOR 1).

Fica, pois, claro que o “espaço físico biblioteca” com todo o seu significado, como centro difusor do saber, da cultura, ou apenas para o trabalho acadêmico, ainda é um espaço privilegiado dentro da universidade para a produção do conhecimento. No depoimento acima pode-se constatar o entendimento sobre a biblioteca como mediadora seja do ensino, seja da pesquisa, ao conectar-se também com outros meios tecnológicos de acesso ao conhecimento. É espaço de reflexão, de concentração, de recolhimento, necessários ao estudo e à descoberta. Finalmente, ainda permanece a concepção de biblioteca e sua relação com o conhecimento produzido no passado. Parece haver aqui um sentido de história exclusivamente como algo que já foi e não está sendo.

Na fala seguinte aparece a idéia de que conhecimento não parte do zero e sim de algo pré-conhecido, acumulado e transformado em novo conhecimento de acordo com o momento de desenvolvimento da sociedade e que esse conhecimento se encontra na biblioteca.

Acredito ser uma relação bilateral e estreita, pois creio que existe uma interdependência entre a biblioteca e o conhecimento, e principalmente na universidade que é um local de construção do conhecimento. Não se pode construir o conhecimento sem um local no qual uma grande parte do conhecimento já está presente (PROFESSOR 10).

É correto afirmar que ela é um “espaço de conservação do patrimônio intelectual, artístico e literário. Ela não é apenas um lugar de diálogo com o passado, mas também de criação e inovação” (JACOB; BARATIN, 2000). Atualmente, além de

guarda e manutenção do acervo bibliográfico, seu espaço é também utilizado como centro cultural para: exposições, promoções de eventos educativos, lançamentos de livros, apresentação de filmes e espaços de lazer em geral. Pode conter livros, periódicos, jornais, folhetos, materiais especiais, como audiovisuais (vídeos, dvds, discos, etc.), e também possibilitar acessos a redes e portais, ou seja, coabitar em seu espaço o impresso e o virtual, conforme as exigências da evolução científica e tecnológica e as necessidades de sua comunidade acadêmica. A biblioteca da IES pesquisa e oferece todas essas possibilidades de acesso à informação.

Como se pode observar na fala seguinte, o professor-pesquisador percebe a importância da biblioteca como mediadora na produção do conhecimento. Mas, no entanto, coloca a questão, tão discutida atualmente, sobre o acesso livre a informações científicas.

O desafio da biblioteca, a meu ver, é o de inverter esse processo, quebrando essas barreiras e fazendo com que a comunidade (alunos e professores) tenham acesso a um conhecimento de mais valor científico e tecnológico daquele veiculado pela internet (PROFESSOR-PESQUISADOR 6).

As observações sobre esse acesso, também existente na fala desse professor, vai mais além quando levanta a questão igualmente debatida e vivenciada no cotidiano escolar, que é o uso indiscriminado de informações extraídas de sites, muitas vezes com conteúdo questionável.

Como professor vejo que a biblioteca é um centro agregador e disseminador do conhecimento tanto interno quanto externo. Disponibiliza o acesso às informações e facilita a integração com outros centros de informação. Entretanto vejo os alunos (grande maioria em termos de usuários do sistema) ainda se servindo de informações e conhecimentos através de sistemas eletrônicos (internet). Os conhecimentos científicos e tecnológicos que são significativos ainda estão restritos aos usuários pagantes, e os alunos têm restrição ao acesso a essas fontes. Com isso os trabalhos escolares têm uma qualidade menor. O desafio da biblioteca, a meu ver, é o de inverter esse processo, quebrando essas barreiras e fazendo com que a comunidade (alunos e professores) tenham acesso a um conhecimento de mais valor científico e tecnológico daquele veiculado pela internet (PROFESSOR-PESQUISADOR 6).

Mas essas barreiras vão além das fronteiras da biblioteca, passam por uma esfera maior até da própria universidade, principalmente as privadas. Por exemplo,

no caso do Portal de Periódicos da CAPES²¹, a IES precisa ter curso de doutorado com nota igual ou superior a cinco para acesso gratuito. Nesse caso, as políticas públicas para democratizar o acesso a informações precisam avançar no Brasil.

De modo geral, todos os professores inquiridos reafirmam a importância da biblioteca para o ensino e a produção de conhecimento. É também missão do educador fomentar o gosto pela descoberta, pela reflexão, elaboração e reconstrução de idéias próprias acerca de algo não conhecido anteriormente, por parte do educando. O educador deve estar disponível para orientar e, ainda, dar exemplos a serem seguidos.

Na fala que segue, o professor reconhece a importância do uso da biblioteca e afirma que ela é,

fundamental, é indispensável, embora alunos utilizem a biblioteca somente quando o professor pede (PROFESSOR-PESQUISADOR 8).

Com base nessa fala, pergunta-se: Não faz parte do trabalho do professor incentivar o uso da biblioteca? Mostrar que nela estão formas diferenciadas de acesso ao conhecimento? Por outro lado, cabe ressaltar que esse professor-pesquisador informa utilizar apenas consulta local de livros e periódicos.

Segundo Demo (2000b, p. 98-99), orientar significa: a) motivar o aluno a questionar e a reconstruir conhecimento, cada vez com maior originalidade e autonomia; b) indicar pistas de pesquisa, chamar a atenção para alternativas teóricas e práticas, discutir literaturas; c) empurrar para a auto-suficiência não para a dependência; não se pode oferecer receita pronta, leitura encurtada, respostas feitas; d) questionar o aluno para instigá-lo a abrir horizontes; a cada pergunta do aluno, o orientador, em vez de respostas facilitadas ou arranjadas, acrescenta outras; e) acompanhar a evolução da pesquisa e de elaboração própria, de preferência em fases cumulativas, para permitir melhor controle e organicidade; f)

²¹ O Portal de Periódicos CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 11.419 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. São elegíveis para acesso gratuito ao Portal de Periódicos da Capes: a) as instituições federais de ensino superior; b) as instituições de pesquisa e instituições públicas de ensino superior (estaduais ou municipais), com pós-graduações avaliadas trienalmente pela CAPES, etc.; as instituições privadas que tenham curso de doutorado com nota igual ou superior a cinco na avaliação trienal da CAPES.

avaliar o estudo pela capacidade produtiva, mesmo que não concluída de todo, mas denotativa de competência em visível formação.

Na fala seguinte também há comentário sobre o pouco uso da biblioteca apenas pelos professores pesquisados. Segundo Milanesi (1998, p. 65), “professor na biblioteca não é a regra”. Essa afirmação foi constatada nas respostas obtidas na questão 3.4, em relação aos alunos-PIBIC.

O acervo bibliográfico de uma universidade, além das aulas teóricas e práticas, é o centro do conhecimento. É também por meio de pesquisa bibliográfica que se dá o conhecimento, ou se solidifica o conhecimento no estudante. Uma biblioteca bem equipada, com bons títulos e diversidade se traduz em mais conhecimento, em mais cultura. Talvez esse comentário não tenha muito a ver com a questão, ou posso estar equivocada, mas não vejo, por exemplo, muitos professores na biblioteca. Pode ser uma coincidência, mas raramente vejo docente na biblioteca. Sem dúvida seria uma presença fundamental para o maior interesse pela busca do conhecimento especificamente pensando na biblioteca (PROFESSOR 11).

Sem uma boa biblioteca não há como desenvolver o aprendizado dos alunos, nem manter a atualização aos docentes. O acervo atualizado é fundamental para um bom ensino (PROFESSOR 9).

Esses depoimentos mostram que os professores percebem a necessidade de uma boa biblioteca para o acesso à informação, que dá suporte tanto ao aprendizado quanto à produção do conhecimento.

A esse respeito Milanesi (1998) afirma ser impossível a existência de uma universidade de alto nível com uma biblioteca com acervo ridículo, pessoal incompetente e espaço inadequado.

Convém, no entanto, observar que para autorização de funcionamento de uma instituição de ensino superior no Brasil, existe uma exigência formal, que deve ser atestada por um órgão federal, quanto à organização e manutenção de acervo bibliográfico diversificado e atualizado, de acordo com a proposta dos cursos ofertados. Essa exigência se torna mais acentuada para alimentar a pesquisa nos programas de pós-graduação.

Infelizmente essa exigência nem sempre é cumprida de forma satisfatória. Algumas bibliotecas funcionam de forma precária e inoperante, outras são subutilizadas nos recursos de que dispõem, funcionando apenas para emprestar livros.

2.7 OS DIZERES DOS ALUNOS-PIBIC SOBRE A BIBLIOTECA

Alunos-PIBIC que participaram da pesquisa foram os que tiveram seus trabalhos publicados nos Cadernos de Pesquisa da IES no período de 2002 a 2005, num total de dez alunos.

2.7.1 Incentivo ao uso da biblioteca universitária para pesquisa e como apoio aos PAs

Quando inquiridos sobre o incentivo que recebem de seus orientadores para usar a biblioteca em busca de informações pertinentes ao desenvolvimento de suas pesquisas e nos diferentes PAs, tivemos os seguintes depoimentos dos alunos:

Demanda dos trabalhos de pesquisa e riqueza do acervo. Por meio de indicações bibliográficas efetuadas por professores e alunos de especialização e mestrado, bem como pela facilidade e agilidade com que posso identificar os materiais existentes na biblioteca via internet (site da IES) em qualquer localidade (ALUNO-PIBIC 2).

Os pesquisadores do laboratório e professores da instituição sugerem algumas bibliografias relacionadas aos meus interesses de pesquisa. Então, vou até a biblioteca e procuro os livros para empréstimo ou consulta local para aprofundar meu conhecimento em assuntos específicos (ALUNO-PIBIC 6).

É um meio rápido e bem disponível de acessibilidade didática a todas as áreas de pesquisa. Acesso por meio da *web* e ida à Biblioteca Central (ALUNO-PIBIC 5).

Outro depoimento aparece o alto custo do material, sendo os mesmos encontrados na Biblioteca. Dois alunos-PIBIC, foram categóricos em afirmar que não recebem nenhum incentivo para utilizar os serviços e produtos da biblioteca por parte de seus orientadores. O aluno-PIBIC 3, diz que não costuma ler a bibliografia dos PAs: “Leio só o que me interessa”. Já outro aluno diz que para desenvolver pesquisas do PIBIC utiliza textos fornecidos pelo orientador e, portanto, não necessita da biblioteca para essa atividade, o que fica demonstrado o pouco ou nenhum incentivo para uso da biblioteca na busca de informações por parte desse professor-orientador. Aqui fica uma interrogação: O professor-orientador não

incentiva porque não tem o hábito de recorrer à biblioteca como recurso de apoio informacional? Por que não tem tempo? Por que não conhece os serviços da biblioteca? Sabe-se que não se valoriza o que não se conhece. Ou ainda, por que não teve boas experiências em relação ao uso da biblioteca?

O universitário relaciona-se com os registros do conhecimento de acordo com as suas experiências anteriores (MILANESI, 2002, p. 66). Portanto, se esse aluno que está se iniciando na pesquisa científica não recebeu anteriormente incentivo para utilizar os recursos e serviços da biblioteca universitária, dificilmente irá reconhecer e procurar lá o apoio para desenvolvimento de suas pesquisas. Cabe ao professor-orientador estimular e criar essa necessidade em seu orientando. Mas para que isso aconteça ele próprio precisa usar e reconhecer essa necessidade em relação à biblioteca, porque não é possível convencer alguém de algo se não se tem convicção disso.

Também de acordo com as falas dos alunos, os que utilizam a biblioteca para apoio e aprofundamento de seus conhecimentos dizem acessar, em um primeiro momento de pesquisa, para saber o que existe sobre o tema via *web*. Os professores, da mesma forma, referem-se à busca no acervo da biblioteca inicialmente por pesquisa via *web*.

2.7.2 Relação entre biblioteca universitária e conhecimento na universidade

A percepção dos alunos-PIBIC em relação à biblioteca e ao conhecimento é mostrada nas falas selecionadas que seguem:

Falta comunicação interna entre esses dois segmentos (ALUNO-PIBIC 3).

Esse aluno manifesta sua opinião de forma incisiva: que não há uma relação entre os três segmentos. Os outros nove alunos têm clareza de que ela é uma fonte de informação indispensável à produção do conhecimento na universidade. Mas a avaliação deles gira em torno da quantidade de livros e periódicos que a biblioteca disponibiliza. Isso leva novamente a se recorrer à história da biblioteca, que nasceu da necessidade de abrigar e organizar coleções de obras impressas. Essa visão

ainda predomina sobre ela, embora atualmente ofereça outras fontes de informação, como vídeos, DVDs, etc. como centro cultural ou de lazer.

A biblioteca apresenta um rico acervo bibliográfico capaz de fornecer uma base inicial para a pesquisa científica (revisão de literatura). Dessa forma, é possível saber o que já foi feito em relação à área de interesse, qual a visão de outros autores a respeito, entre outras informações importantes. A meu ver a forma mais rica de estabelecer uma base teórica sobre determinado assunto é a leitura de livros a ele relacionados. A biblioteca, ainda, possui a marca da interdisciplinaridade. Possui obras com as mais variadas ópticas, oriundas das mais diversas áreas de atuação, contando com inúmeros assuntos de interesse. Isso é fundamental para ampliar horizontes pessoais através da cultura (ALUNO-PIBIC 8).

Nessa fala o aluno considera que essa relação deve ser buscada tanto pelo aluno como pelo professor, mas que esse deve estar orientando e incentivando o aluno.

A relação entre biblioteca e conhecimento na universidade depende exclusivamente do interesse do aluno, uma vez que este é o principal interessado em aprender e obter conhecimento. A busca incessante pelo aprendizado não é só tarefa do professor, pois esse tem a função de orientar e difundir seu conhecimento, orientando o aluno sobre onde conseguir mais informações na biblioteca (ALUNO-PIBIC 10).

Uma relação de dependência e mutualidade. Apesar dos sites técnico-institucionais existentes para a busca de informações científicas, nada pode substituir o valor intelectual que os serviços e materiais existentes em uma biblioteca agregam ao conhecimento e ao desenvolvimento do trabalho científico. É possível afirmar que o conhecimento na universidade é diretamente proporcional à riqueza do acervo, estrutura e serviços disponíveis em sua biblioteca. Ademais, a organização da base de dados e do acervo, bem como a quantidade de exemplares existentes, viabiliza maior acesso das pessoas ao acervo e, portanto, ao conhecimento (ALUNO-PIBIC 2).

Na fala que segue o aluno demonstra surpresa ao responder o questionário e ao perceber que não tinha conhecimento das possibilidades que a biblioteca oferece. Conclui que não a explorou como poderia, inclusive para sua atividade de iniciação à pesquisa.

Quando comecei a responder este questionário achei que conhecia a biblioteca da universidade. Portanto, acho que a cultura de utilização deste serviço, no meu caso, não faz parte do dia-a-dia da pesquisa. Entendo, sim, a biblioteca como uma poderosa ferramenta de difusão do conhecimento, no entanto, pouco explorada (ALUNO-PIBIC 9).

Isso confirma o já dito: que o aluno-PIBIC necessita ser incentivado e motivado ao uso da biblioteca pela necessidade de aprofundamento do tema da pesquisa. O desconhecimento dos serviços e produtos da biblioteca pode sugerir que os mesmos precisam ser mais divulgados. Outra hipótese possível é que o aluno-PIBIC entre no programa apenas para conseguir a bolsa de ajuda financeira e que não tenha perfil para a pesquisa. Nesse caso, irá fazer apenas o que lhe for cobrado. Trabalhar com pesquisa exige uma nova postura do aluno, que deixa de ser objeto de ensino para ser parceiro de trabalho (DEMO, 2000b). Para desenvolver o espírito investigativo é preciso certo tempo na atividade, o que no caso dos alunos-PIBIC incluídos na pesquisa não aconteceu, porque 70% deles permaneceram apenas um ano no programa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação tem como objeto de pesquisa a Universidade e o conhecimento: biblioteca universitária com centro difusor da história e suas contribuições para a atuação do professor como pesquisador e docente. O problema de pesquisa foi assim formulado: A biblioteca universitária, como centro difusor do saber, tem contribuído para a atuação do professor como pesquisador e docente? Teve-se como fio condutor o seguinte objetivo: Analisar de que modo a Biblioteca Central de uma IES contribui para a produção científica de seus pesquisadores e para a atuação docente.

A universidade é local de construção do conhecimento científico. A biblioteca universitária está inserida na universidade e pode ser entendida como fonte de criação e inovação, tendo como apoio toda a informação e cultura preservadas, com sua organização, para facilitar o acesso a elas.

Nas respostas dos docentes percebe-se que eles, pensam a biblioteca mais para fins de apoio aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Já os professores-pesquisadores percebem a biblioteca como mediadora entre a informação e a produção do conhecimento. Os alunos-PIBIC, em sua grande maioria, utilizam e percebem a biblioteca como um apoio à aquisição de conhecimento, mas ao mesmo tempo referem-se a ela como se seu acervo fosse formado apenas de livros. Utilizam os serviços de empréstimo de forma predominante e não exploram as muitas possibilidades de acesso ao conhecimento por meio dela.

Mas um fato indiscutível é que tanto o professor que atua exclusivamente na docência como o professor-pesquisador ou ainda o aluno-PIBIC necessitam obrigatoriamente levantar informações bibliográficas ao iniciar um novo projeto de pesquisa ou PA. Isso independe de como esses levantamentos são realizados, que podem ser em livros e periódicos impressos, livros e periódicos eletrônicos via acesso *on-line*, na biblioteca ou em casa por acesso remoto. Para material *on-line* deve-se ter o cuidado de acessar sites técnico-científicos que, no Brasil, ainda se concentram em acessos pagos na sua grande maioria, que normalmente são assinados por bibliotecas universitárias e que possibilitam o acesso remoto.

O conhecimento é dinâmico e as bibliotecas continuam sendo o local para abrigar esse conhecimento local e global, quer seja em livro impresso ou virtual,

disquetes, CDs, DVDs, *chips*, enfim, todas as possibilidades de armazenamento de informação que a tecnologia de informação e comunicação possibilitam. Mas, não só isso, pois de nada adianta armazenar, porque o que vai fazer a diferença é a socialização desse conhecimento, a possibilidade de acesso a ele dada ao usuário, principalmente do que não está armazenado localmente.

Com um volume muito grande de informações disponibilizadas atualmente, torna-se impossível ter conhecimento de tudo; portanto, filtros são necessários na busca dessas informações. A biblioteca universitária, que tem por missão apoiar e mediar o acesso a essas informações, entra em cena selecionando para sua comunidade acadêmica os grandes portais técnico-científicos com acesso restrito a pagantes e também a portais confiáveis com acesso livre. No entanto, para que essa escolha seja eficiente e eficaz, torna-se imprescindível que exista um canal de comunicação entre esses segmentos, ou seja, professores, professores-pesquisadores, alunos e bibliotecários, para que a biblioteca universitária ofereça à comunidade acadêmica o que ela realmente necessita e cumpra sua missão.

Os integrantes das três categorias pesquisadas, quando se referem ao uso da biblioteca, foram unânimes em afirmar que iniciam a busca no catálogo *on-line* da Biblioteca Central, o que mostra a importância da biblioteca disponibilizar serviços e produtos via *web*. Facilmente se percebe nessa análise, de acordo com as respostas obtidas, que a biblioteca, no entendimento dos sujeitos da pesquisa, está subliminarmente contribuindo para a produção científica dos pesquisadores, alunos-PIBIC e atuação docente, quer por meio da biblioteca virtual e digital, quer por meio das diferentes possibilidades de acesso à informação de que dispõe e serviços/produtos oferecidos, como, por exemplo, serviços de normas para apresentação de trabalhos científicos. No caso de empréstimo domiciliar, ficou demonstrado nas respostas não ser muito utilizado, provavelmente pelo uso de biblioteca particular ou de textos fornecidos por docentes.

A biblioteca está, sim, contribuindo para a produção do conhecimento de seus pesquisadores e na atuação docente. Essa contribuição se dá a partir de seu acervo armazenado localmente, bem como pelo acesso a milhares de títulos de periódicos disponibilizados em sua biblioteca virtual, na biblioteca digital por meio da produção científica da IES, Isso além de outros serviços/produtos, como ficou comprovado nos resultados da pesquisa, por exemplo, a orientação sobre as normas para trabalhos científicos, dentre outros.

Percebe-se, entretanto, que a contribuição da biblioteca para a produção do conhecimento não está totalmente visível por parte da comunidade pesquisada neste estudo. Sabe-se que essa percepção pode e deve ser ampliada. Para tanto, são sugeridas algumas ações que podem ser implementadas pela biblioteca para que a percepção em relação à contribuição seja mais aparente: 1) propõe-se que sejam feitos estudos de usuários periodicamente, para que a biblioteca tenha conhecimento efetivo da comunidade e, assim, possa antecipar suas necessidades; 2) aumentar a oferta de serviços/produtos por meio da internet; 3) divulgar mais efetivamente os serviços/produtos que já existem; 4) aproximar mais a biblioteca do professor, oferecendo recursos informacionais que ampliem o conhecimento na sua especialidade; 5) conhecer os programas e os grupos de pesquisa da IES para disseminar a informação específica a cada interessado; 6) planejar e implementar ações envolvendo os alunos, estimulando o uso da biblioteca como ambiente de aprendizagem livre, cultural e de lazer.

Considera-se esta pesquisa de relevância social, já que visa a conhecer o nível de utilização da biblioteca universitária, sua contribuição para a produção científica e atuação docente e, quando necessário, alinhar objetivos para aumentar essa contribuição. O processo de alinhamento de serviços/produtos aos interesses da comunidade acadêmica em geral deve ser constante, porque somente dessa forma a biblioteca universitária atingirá seu objetivo e se tornará cada vez mais visível à comunidade que serve de sua importância na produção do conhecimento científico. Nesse sentido, todos os envolvidos nos processos de ensino, aprendizagem e pesquisa serão beneficiados, bem como a sociedade em geral.

Assim, não seria demais deixar registrado no item a seguir o que significou essa experiência de pesquisa para esta autora.

Aprendizagens da pesquisadora

Está pesquisa iniciou-se como os primeiros passos da pesquisadora, num primeiro momento foi tomada por uma insegurança frente ao novo, ao desconhecido. Embora tenha feito anteriormente pesquisa em nível de *lato sensu* para especialização, na condição de mestranda a dificuldade aumenta significativamente.

Há mais um fato que contribui para uma sensação de angústia: o trabalho é individual. Fazer esse tipo de trabalho é interessante em alguns momentos, em outros passa a ser um problema, pois quando surge uma dúvida não se tem o colega ao lado para trocar uma idéia. Há evidentemente o apoio do orientador, mas construção do conhecimento tem que partir do aluno, que deve ser capaz de reunir dados, processar informação, fazer sobre elas inferências, formular conclusões e, ao mesmo tempo, construir significados, estabelecendo conexões com o conhecimento anterior. Esse processo é um momento muito difícil, até penoso.

Ao avançar na pesquisa, na fase de coleta de dados o sentimento foi muitas vezes de frustração pela dificuldade de conseguir que as pessoas participassem da pesquisa, o que teoricamente deveria ser fácil já que praticamente todos os selecionados trabalham com esse tipo de atividade.

Em certos momentos, já na fase da análise de dados, o sentimento foi de surpresa com algumas respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa. Questões relacionadas à utilização de serviços/produtos oferecidos pela biblioteca e que se acreditava ser de conhecimento de toda a comunidade nem sempre a assertiva era correta.

A sistematização do conhecimento é um processo lento, trabalhoso e difícil. Mas apesar de tudo isso, é um processo ao mesmo tempo único, que deve ser aproveitado ao máximo pelo mestrando. Nessa fase, tem-se o acompanhamento e orientação, no caso da pesquisadora, por uma professora experiente em pesquisa que, com todo o seu conhecimento, conseguiu mostrar o outro lado da questão, outro ponto de vista a ser analisado, que com a pouca experiência em pesquisa não havia percebido. Muitas vezes desvia-se do objetivo da pesquisa e a recondução é feita pela orientadora.

Um primeiro passo foi dado nessa caminhada como pesquisadora e com isso se agrega muito para a formação profissional e pessoal. Ainda não dá para considerar-se uma pesquisadora, porque, como dito, esse foi o primeiro passo. Tem-se uma longa caminhada pela frente. Já como professora iniciante no ensino superior, existe a preocupação de avaliar a atuação, adaptando-se e revendo conteúdos. Define-se como uma professora “reflexiva”, preocupada e consciente da responsabilidade de ser educadora e com a certeza de que está ajudando os alunos a construírem seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C. Derrubando-se as barreiras ao fluxo transfronteira do conhecimento. In: LUBISCO, N.M.L., BRANDÃO, L.M.B. (Org.) **Informação e informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 37-63.

ALFONSO-GOLDFARB, A.M. **O que é história da ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 286).

BARRETO, A. M. Informação e conhecimento na era digital. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 11-122, maio/ago. 2005.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros do Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2003.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2007.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES n. 37/2007**. Aprovado em: 01 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

BROWNING, J. Libraries without walls for books without pages. Disponível em: <<http://www.wired.com/wired/archive/1.libraries.html>>. Acesso em: 19 jan. 2007.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CAMPELLO, B. S. Empréstimo entre bibliotecas. **Revista da Escola de Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, 7-34, mar. 1986.

CANFORA, L. **A biblioteca desaparecida**: histórias da biblioteca de Alexandria. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 164 p. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola ; v.16).

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

FERREIRA, A. B.H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CONHECIMENTO. In: GLOSSÁRIO da sociedade da informação. [S.l.]: APDSi, 2005.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985a.

_____. **Educar pela pesquisa**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2000b.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992c.

DIRETRIZES para o ensino de graduação: o projeto pedagógico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: Champagnat, 2000.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade do Brasil 1**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

FAZER uma universidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 232 p.

FREIRE-MAIA, N. **A ciência por dentro**. Petrópolis: Vozes, 1991.

IES em dados 2004. Disponível em: <<http://www.IES.br/template.php?codlink=146>>
Acesso em: 16 abr. 2005.

JACOB, C. Prefácio. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros do Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p. 9-17.

JANOTTI, A. **Origens da universidade**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista brasileira de história da educação**. Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

JULIATTO, C. I. Pensando na biblioteca da universidade. **Educação brasileira**. Brasília, v. 10, n. 21, p. 105-123, 1988a.

_____. **Um jeito próprio de investigar: a produção do conhecimento pela pesquisa**. Curitiba: Champagnat, 2005b.

_____. **Uma nova biblioteca para a PUCP-PR e para Curitiba**, 1994c.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARQUES, M.O. Escrita e pesquisa na universidade. In: **Escrever é preciso**. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed., rev. e atual. São Paulo: Ática, 2002.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção primeiros passos; 94).

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORAES, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

MORAIS, R. Problemas do conhecimento científico e da linguagem que o comunica. In: **Filosofia da ciência e da tecnologia**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1988. cap. 3, p.83-96.

MORIN, E. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUELLER, S. P. M. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KRAEMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. p. 73-95.

NOVA enciclopédia barsa. São Paulo: Encyclopaedia Barsa, 2002. v. 14.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995a. p. 15-33.

_____. **O professor pesquisador e reflexivo**. TVE Brasil, 13 set. 2001b. Entrevista. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/entrevistas/antonio_novoa.thm>. Acesso em: 11 out. 2007.

OLIVE, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (coord.). **Educação superior no Brasil**. Brasília: Capes, 2002. p. 31-42.

ANDERY, M.A.P.A; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P. O pensamento exige método, o conhecimento depende dele. In: **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999. cap. 3, p. 57-96.

PIMENTA, S.G. (Org.) Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. p.15-60.

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L.G.C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002. v.1.

OLIVEIRA, N.M. de. A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 207-221, jul./dez. 2002.

PROGRAMA Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/programasespeciais/pibic/index.htm>> Acesso em: 12 fev. 2007

REIS, M.M.O., BLATTMANN, U. Gestão de processos em biblioteca. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n. 2, p. 1-17, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.server01.bc.unicamp.br/php>> . Acesso em: 20 abr. 2005.

SANTOS, B.S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

SANTOS, O.J. Fundamentos sociológicas da educação. In: **Pós-graduação lato sensu em psicopedagogia. Faculdade Ciências Humanas**, Universidade FUMEC. Belo Horizonte, 2005.

RODRIGUES JÚNIOR, J.M. et al. Produção do conhecimento tecnológico na UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, p. 231-242, jul./dez. 2000.

RUIVO, M.C. A ciência tal qual se faz ou tal qual se diz? In: SANTOS, B.S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006a, p. 585-599.

SCHWANITZ, D. **Cultura geral**: tudo o que se deve saber. São Paulo: M. Fontes, 2007.

SERRAI, A. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975.

SETZER, V. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero – Revista de ciência da informação**. n. zero, dez. 1999. Disponível em <http://www.dgz.org.br/dez99?Art_01.htm>. Acesso em 18 ago. 2006.

SEVERINO, A. J. Pós-Graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: BIANCHETTI, L; MACHADO, A. M. (Orgs.). **A Bússola do escrever**: desafios e estratégias de teses e dissertações. Florianópolis: Ed. da UFCS; São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, A.J.; PIMENTA, S.G. Apresentação da Coleção docência em formação. In: PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L.G.C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002a. p.11-19.

SOUZA, P.N.P. de. **Como entender e aplicar a nova LDB (Lei n. 9.394/96)**. São Paulo: Pioneira, 1997.

SUAIDEN, E.; LEITE, C. Dimensão social do conhecimento. In. TARAPANOFF, K. (org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, 2006. p. 99-114.

TEIXEIRA, A. **A universidade de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

UNESCO. **Política de mudança e desenvolvimento no ensino universitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

VERGER, J. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Ed. UNESP, 1990.

WANDERLEY, L.E.W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 83 p. (Coleção primeiros passos; 91).

YIN, R.K. **Estudo de caso**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEN, A.M.D. A comunicação científica como literatura: o lugar do sujeito na construção do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v.10, n.1, p. 11 - 22 jan./jun. 2004.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE PESQUISA UTILIZADO NA COLETA DOS DADOS DE PROFESSORES

Curitiba, 16 de abril de 2007.

Prezado (a) Sr. (a):

Sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e estou realizando uma pesquisa sobre “Universidade e conhecimento: biblioteca universitária como centro difusor da história e suas contribuições para atuação docente”. Gostaria de contar com seu auxílio para responder este questionário. Sua participação neste levantamento é fundamental para a pesquisa.

Agradeço antecipadamente sua atenção,

Heloisa Helena Anzolin

Tel.: 3271-1576 ou 3338-1242

E-mail: hh.anzolin@uol.com.br

QUESTIONÁRIO

I. Dados de Referência

1. Assinale em que categoria você está inserido:

- Professor
- Professor-pesquisador

2. Qual é o tempo de atuação no ensino?

- Um ano
- Cinco anos
- Dez anos
- Mais de dez anos

3. Qual é o tempo de atuação na pesquisa científica?

- Um ano
- Cinco anos
- Dez anos
- Mais de dez anos

4. Qual é a frequência de uso da Biblioteca Central?

- Todos os dias
- Mais de uma vez por semana
- Uma vez por semana
- Uma vez por mês

Eventualmente. Por quê?

II. Sobre uso do acervo da Biblioteca.

5. Refira o tipo de serviços e/ou produtos da Biblioteca que você utiliza.

a) Utiliza base de dados da biblioteca virtual (periódicos e E-books on-line)?

- Sim
- Não

Se responder afirmativamente, como utiliza?

b) Utiliza consulta local ao acervo de livros e periódicos?

- Sim

Não

Por quê?

c) Utiliza biblioteca digital de teses e dissertações?

Sim

Não

Por quê?

d) Utiliza consulta local ao acervo audiovisual (vídeos, dvds)?

Sim

Não

Por quê?

e) Utiliza consulta local ao acervo de multimeios (slides, CDs, mapas, etc.)?

Sim

Não

Por quê?

f) Utiliza empréstimo domiciliar?

Sim

Não

Se afirmativamente, com que periodicidade?

Se responder negativamente, por quê?

g) Utiliza empréstimo entre bibliotecas?

Sim

Não

Por quê?

h) Utiliza serviço de comutação bibliográfica?

Sim

Não

Por quê?

i) Utiliza serviço de malote entre bibliotecas da IES?

Sim

Não

Por quê?

j) Utiliza orientação para normalização de trabalhos científicos?

Sim

Não

Por quê?

k) Utiliza catalogação na fonte (elaboração de ficha catalográfica para publicações)?

Sim

Não

Por quê?

l) Participa de oficinas de treinamento para pesquisas em bases de dados

Sim

Não

Justifique _____

m) Usa serviços do laboratório de acessibilidade (serviços para portadores de necessidades especiais)?

Sim

Não

Justifique _____

_____.

III. Contribuições do participante

6. Como procede ao iniciar um novo projeto de pesquisa ou desenvolver um PA em relação à bibliografia necessária para efetivar seu trabalho na universidade?

7. Como vê a relação entre biblioteca e conhecimento na universidade?

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE PESQUISA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS

Curitiba, 13 de abril 2007.

Prezado (a) Sr. (a).

Sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e estou realizando uma pesquisa sobre “Universidade e conhecimento: biblioteca universitária como centro difusor da história e suas contribuições para atuação docente”. Gostaria de contar com seu auxílio para responder este questionário. Sua participação neste levantamento é fundamental para a pesquisa.

Agradeço antecipadamente sua atenção:

Heloisa Helena Anzolin

Tel.: 3271-1576 ou 3338-1242

E-mail: hh.anzolin@uol.com.br

QUESTIONÁRIO

I. Dados de Referência

1. Assinale em que categoria você está inserido.

- Professor
- Professor-pesquisador
- Aluno-PIBIC.

2. Qual é o tempo de atuação na pesquisa científica?

- Um ano
- Cinco anos
- Dez anos

Mais de dez anos

3. Qual a é freqüência de uso da Biblioteca Central?

Todos os dias

Mais de uma vez por semana

Uma vez por semana

Uma vez por mês

Eventualmente. Por quê?

II. Sobre uso do acervo da Biblioteca.

4. Refira o tipo de serviços e/ou produtos da biblioteca que você utiliza.

a) Utiliza base de dados da biblioteca virtual (periódicos e E-books on-line)?

Sim

Não

Se responder afirmativamente, como utiliza?

b) Utiliza consulta local ao acervo de livros e periódicos?

Sim

Não

Por quê?

c) Utiliza biblioteca digital de teses e dissertações?

Sim

Não

Por quê?

d) Utiliza consulta local ao acervo audiovisual (vídeos, dvds)?

Sim

Não

Por quê?

e) Utiliza consulta local ao acervo de multimeios (slides, CDs, mapas, etc.)?

Sim

Não

Por quê?

f) Utiliza empréstimo domiciliar

Sim

Não

Se afirmativamente, com que periodicidade?

Se responder não, por quê?

g) Utiliza empréstimo entre bibliotecas?

Sim

Não

Por quê?

h) Utiliza serviço de comutação bibliográfica?

Sim

Não

Por quê?

i) Utiliza serviço de malote entre bibliotecas da IES?

Sim

Não

Por quê?

j) Utiliza orientação para normalização de trabalhos científicos?

Sim

Não

Por quê?

k) Utiliza catalogação na fonte (elaboração de ficha catalográfica para publicações)?

Sim

Não

Por quê?

l) Participa de oficinas para treinamento de pesquisas em bases de dados

Sim

Não

Justifique _____

_____.

m) Usa serviços do laboratório de acessibilidade (serviços para portadores de necessidades especiais, p.ex. confecção de provas em braile, etc.)?

Sim

Não

Justifique _____

_____.

III. Contribuições do participante

5. Como você faz uso da biblioteca por meio dos diferentes Programas de Aprendizagem?

_____.

6. Que incentivos recebe para uso da biblioteca para iniciação à pesquisa e por meio de quê?

_____.

7. Como vê a relação entre biblioteca e conhecimento na universidade?

_____.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EU _____,
RG nº _____, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado: “Universidade e conhecimento: a biblioteca universitária como centro difusor da história e suas contribuições para a atuação do professor como pesquisador e docente”, cujo objetivo é analisar de que modo a Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, contribui para produção científica e atuação docente de seus professores.

Sei que para o avanço da pesquisa a participação de voluntários é de fundamental importância. Caso aceite participar desta pesquisa eu responderei a um questionário elaborado pelos pesquisadores, que consta de questões fechadas e objetivas, referentes a utilização de serviços e produtos na Biblioteca Central para produção científica.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome, ou qualquer outro dado confidencial, será mantido em sigilo. A elaboração final dos dados será feita de maneira codificada, respeitando o imperativo ético da confidencialidade.

Estou ciente de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, nem sofrer qualquer dano.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são, Heloisa Helena Anzolin e Prof^a. Dr^a. Rosa Lydia Teixeira Correia, com quem poderei manter contacto pelos telefones: (41) 3271-1576 / (41) 3338-1242.

Estão garantidas todas as informações que eu queira saber antes, durante e depois do estudo.

Li, portanto, este termo, fui orientado quanto ao teor da pesquisa acima mencionada e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Concordo, voluntariamente em participar desta pesquisa, sabendo que não receberei nem pagarei nenhum valor econômico por minha participação.

Assinatura do sujeito de pesquisa

Assinatura dos pesquisadores

Curitiba 13 de abril de 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)